

**MADIANITA NUNES DA SILVA**

**INDÚSTRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ARAUCÁRIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Olga Lúcia Castreghini  
de Freitas Firkowski

**CURITIBA**

**2006**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MADIANITA NUNES DA SILVA

### **INDÚSTRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ARAUCÁRIA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski  
Departamento de Geografia, UFPR

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Encarnação Beltrão Sposito  
Departamento de Geografia, UNESP

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gislene Pereira  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPR

Curitiba, 16 de março de 2006

## AGRADECIMENTOS

Esta reflexão significa para mim o encerramento de duas etapas. A primeira conclui o meu Mestrado no curso de Geografia experiência que significou a possibilidade de lançar, através desta ciência, um olhar mais crítico sobre a cidade e o urbano. A segunda encerra minha atuação de quase oito anos como técnico da Secretaria Municipal de Planejamento de Araucária. Ao longo deste tempo, muitas descobertas, muitos desafios, muita luta. Tempo para aprender, para superar limites, para conhecer a cidade, sua realidade, suas mazelas, suas riquezas, seu povo e suas contradições. Tempo de semear e tempo de colher.

Ao longo deste percurso foram muitas as pessoas que contribuíram, e neste momento quero agradecer e lembrar.

De início gostaria de resgatar a importância do Secretário de Planejamento de Araucária Leonardo Afonso Brusamolin Jr, fundamental para a existência desta reflexão. Obrigada por liberar-me da presença na Secretaria para a realização dos créditos, por confiar, incentivar e abrir espaço para a criatividade e a capacitação dos seus técnicos, sempre procurando transformar a atuação no serviço público, uma atividade prazerosa e instigante, mesmo que por vezes cheia de embates e lutas perdidas. Acabamos aprendendo todos juntos que a história se faz através dos conflitos. A você gostaria de dizer que valeu a pena seu esforço e seu exemplo, não somente pela luta em criar e estruturar um processo de planejamento no município, mas, por semear entre seus técnicos a necessidade de tratar o serviço público e a cidade com o respeito que merecem. Obrigada pela oportunidade.

Gostaria de agradecer a todos os meus colegas de trabalho, caros amigos da Prefeitura, que ao longo do tempo incentivaram, vibraram e contribuíram para que este projeto se concluísse, em especial ao Pedro, à Paula, ao Humberto, ao Henrique, ao José Luiz e à Maria José. Foi bom compartilhar com vocês este tempo.

Quero agradecer duplamente à Profª Drª Olga Firkowski. Primeiro, por ter aceitado meu projeto de pesquisa, mesmo quando não existiam vagas disponíveis para sua orientação e quando as suas tarefas acadêmicas já tinham comprometido todo o seu tempo, mostrou-se aberta e disponível para acolher-me. Obrigada. Segundo, pelo exemplo de comprometimento e seriedade em relação à pesquisa e à Universidade Federal do Paraná, qualidades demonstradas durante a atuação como docente numa das disciplinas que cursei e ao longo da minha orientação.

Desejo fazer um agradecimento especial à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gislene Pereira, amiga e colega arquiteta de outros tempos e outros desafios. Sua disposição, na ajuda com o projeto de pesquisa para a minha seleção no mestrado e no decorrer do curso foram fundamentais. Obrigada pelo tempo a mim dedicado, tempo caro e cheio de significados para você nos últimos anos.

Agradeço a geógrafa Rosa Moura, pessoa que primeiro me mostrou como a atuação dos geógrafos e arquitetos precisa ser próxima e afinada, e como pode ser rica também. Obrigada pelas contribuições no início da pesquisa e pelas demonstrações de incentivo e amizade.

Agradeço ainda aos geógrafos Henrique Fraga e Helena Lisboa. Ao primeiro pela dedicação e responsabilidade no georeferenciamento dos dados, e à segunda pela ajuda e paciência na editoração dos mapas.

Gostaria de agradecer ainda à minha família, todos foram, e são, igualmente importantes. Todavia tenho que nomear alguns que por envolverem-se diretamente nesta jornada possibilitaram a conclusão desta etapa. À minha cunhada Vanessa pela ajuda com as traduções e pelas aulas de inglês, que significaram a possibilidade de meu ingresso no curso de mestrado. À minha irmã Aletéia pela sua disposição e pela ajuda fundamental nas formatações dos trabalhos, além do incansável exercício de compreender as normas. Aos meus pais Sônia e Manuel por sempre terem incentivado e valorizado o prazer do conhecimento, não somente neste tempo, mas ao longo da vida, nas conversas, nas críticas, nas reflexões e nos exemplos, demonstrando e acreditando que através de nossa atuação profissional podemos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, ética e livre. Gostaria ainda de resgatar o papel de minha mãe, exemplo de educadora e estudiosa. Obrigada por nos ensinar que a vida, independente da idade, é um eterno recomeço e que neste desafio ela se faz mágica porque ao nos lançarmos ao novo, rejuvenescemos. A vida é mesmo um eterno aprender, eis a chave.

Por fim gostaria de agradecer ao meu companheiro Tarquino, que ao longo de todas as jornadas de minha vida sempre incentivou e apoiou incondicionalmente minhas decisões. Durante este tempo foram muitas as horas e os dias não compartilhados, mas saiba, que os que ficaram na lembrança foram aqueles onde sua presença e seu apoio me deram força para continuar na luta. Obrigada por sua compreensão, seu respeito e seu carinho.



## RESUMO

Nesta pesquisa estuda-se a dinâmica de produção do espaço urbano de Araucária, município integrante do aglomerado metropolitano de Curitiba, à luz do desenvolvimento industrial ocorrido na década de 1970. Tendo como referência este marco temporal a instauração e concretização do processo é analisado a partir do fenômeno de expansão do capitalismo industrial no plano mundial e da desconcentração espacial das indústrias dinâmicas no Brasil, que se materializaram no município no ano de 1972 com a implantação da Refinaria de Petróleo Presidente Getúlio Vargas da PETROBRAS. A partir das relações derivadas dos processos de industrialização e urbanização, analisa-se a dinâmica de reestruturação do seu espaço intra-urbano caracterizada pela consolidação de novas centralidades e pela constituição de uma morfologia marcada pela expansão e descontinuidade do tecido urbano. Estes processos são aprofundados tendo como base as articulações existentes entre as transformações espaciais ocorridas nas escalas local e metropolitana, manifestadas no espaço através da emergência de novas relações entre centro e periferia.

Palavras-chave: Aglomerado Metropolitano de Curitiba, Araucária, Indústria, Reestruturação Urbana; Produção do Espaço Urbano.

## **ABSTRACT**

This research aims to study the dynamics of the urban space production in Araucária, a town that integrates the metropolitan agglomerate of Curitiba, in light of the industrial development that occurred in the 1970's. Having this timeline as reference, the instauration and concretization of the process was analyzed from the phenomena of the expansion of the industrial capitalism in a world-wide scenario, as well as in the lack of spatial concentration in the dynamic industries in Brazil; which materialized in the town in the year of 1972, with the implantation of PETROBRAS Petroleum Getúlio Vargas Refinery. From the derived relations of the industrialization and urbanization process, we analyze the dynamics of the restructuring of the intra-urban space, characterized by the consolidation of new centers, and by the constitution of a morphology set by the expansion and discontinuity of the urban tissue. These processes were deepened having as basis the existing articulations between the spatial transformations that happened in a local and metropolitan scale, manifested in space through the emergency of new relations between downtown and the periphery.

Key-words: Metropolitan Agglomerate of Curitiba, Araucária, Industry, Urban Restructuring; Urban Space Production.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1	- Região Metropolitana de Curitiba e aglomerado metropolitano: localização, limites e identificação dos municípios componentes – 2006.....	6
MAPA 2	- Aglomerado metropolitano de Curitiba, Município e área urbana de Araucária: localização, limites e municípios componentes – 2006.....	12
MAPA 3	- Localização da Cidade Industrial de Curitiba e do Centro Industrial de Araucária.....	21
MAPA 4	- Localização e data de inauguração das refinarias de petróleo no Brasil – 1950/1980.....	23
FIGURA 1	- Serraria Senhor Emílio Voss – 1890.....	28
FIGURA 2	- Fábrica de massa de tomate Archelau de Almeida Torres – [196?]......	29
FIGURA 3	- Vista aérea das companhias São Patrício e São Manoel, em Araucária – [195?]......	30
GRÁFICO 1	- Participação das indústrias na composição do VA por década de instalação no Município de Araucária – 2002.....	32
GRÁFICO 2	- Gêneros industriais segundo número de estabelecimentos em Araucária – 2002.....	32
GRÁFICO 3	- Número de indústrias segundo década de instalação, Araucária – 2002.....	35
GRÁFICO 4	- Contribuição no VA municipal conforme classes de indústrias de Araucária – 2002.....	36
GRÁFICO 5	- Número de estabelecimentos segundo classes de indústrias, Araucária – 2002.....	36
GRÁFICO 6	- Gêneros de atividades mais significativas quanto á participação na composição do VA municipal de Araucária – 2002.....	38
GRÁFICO 7	- Gêneros de atividades mais significativas quanto á participação na composição do VA municipal de Araucária exclusive a REPAR – 2002.....	39
GRÁFICO 8	- Crescimento demográfico do Município de Araucária- 1970/2000.....	43
FIGURA 4	- Mancha de ocupação da RMC – 1955/2000.....	44

MAPA 5	- Limites e localização do centro urbano tradicional, da colônia Thomaz Coelho e do CIAR, Araucária – 2005.....	48
FIGURA 5	- Antiga estrada geral Curitiba - Lapa, rio Iguaçu e centro urbano tradicional de Araucária – 2003.....	49
FIGURA 6	- Situação do centro urbano tradicional de Araucária – 2004.....	50
FIGURA 7	- Estruturas espaciais do primeiro século de ocupação de Araucária – 1875/1951.....	51
FIGURA 8	- Estrutura espacial após a instauração do processo de desenvolvimento industrial, Município de Araucária – 1975/1998.....	54
GRÁFICO 9	- Loteamentos residenciais: áreas (m <sup>2</sup> ) totais parceladas segundo bairros de Araucária – 2005.....	56
MAPA 6	- Localização dos bairros de Araucária – 2006.....	57
MAPA 7	- Evolução temporal do parcelamento do solo urbano em Araucária – 1970-2000.....	59
GRÁFICO 10	- Área (m <sup>2</sup> ) parcelada em loteamentos legais segundo décadas, Araucária – 2004.....	64
MAPA 8	- Evolução temporal dos limites do perímetro urbano, Araucária – 1890/1977.....	65
MAPA 9	- Evolução temporal da ocupação do solo urbano de Araucária – 1975/1998.....	66
GRÁFICO 11	- Área total (m <sup>2</sup> ) parcelada por tamanho de lote segundo décadas, Araucária – 2004.....	68
GRÁFICO 12	- Tamanho de lotes: porcentagem de área parcelada segundo décadas no município de Araucária – 2004.....	71
MAPA 10	- Localização dos parcelamentos com padrão de lotes mínimos segundo décadas, Araucária – 1970/2000.....	72
MAPA 11	- Mancha da ocupação urbana da RMC – 2000.....	81
MAPA 12	- Indústrias existentes no município de Araucária no ano de 2002, segundo décadas de instalação – 1970/2002.....	82
MAPA 13	- Agrupamento das indústrias conforme participação na composição do valor adicionado, Araucária – 2002.....	84
MAPA 14	- Gêneros industriais mais significativos segundo número de estabelecimentos em Araucária – 2002.....	85
MAPA 15	- Loteamentos e localização das indústrias de Araucária – 2000.....	88

GRÁFICO 13	- Porcentagem da população urbana segundo bairros, Araucária – 2000.....	94
MAPA 16	- População urbana segundo bairros de Araucária – 2000.....	95
MAPA 17	- Atividade imobiliária segundo bairros de Araucária – 1970-2000.....	96

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS INDÚSTRIAS DINÂMICAS: BRASIL, REGIÕES METROPOLITANAS E OUTRAS LOCALIDADES – 1973.....	18
TABELA 2	- INDÚSTRIAS INSTALADAS E EM FASE DE IMPLANTAÇÃO NO CENTRO INDUSTRIAL DE ARAUCÁRIA – 1976.....	31
TABELA 3	- PARTICIPAÇÃO DOS GÊNEROS DE ATIVIDADE INDUSTRIAL NA COMPOSIÇÃO DO VA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – 2002.....	33
TABELA 4	- PARTICIPAÇÃO DOS GÊNEROS DE ATIVIDADE INDUSTRIAL NA COMPOSIÇÃO DO VA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA EXCLUSIVE A REPAR – 2002.....	34
TABELA 5	- AGRUPAMENTO DAS INDÚSTRIAS EM CLASSES CONFORME PARTICIPAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DE ARAUCÁRIA - 2002 .....	35
TABELA 6	- CLASSES DE INDÚSTRIAS, EMPRESA, ATIVIDADE, DÉCADA DE INSTALAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO VA DE ARAUCÁRIA 2002.....	37
TABELA 7	- ATIVIDADES MAIS SIGNIFICATIVAS QUANTO À PARTICIPAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO VA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – 2002.....	37
TABELA 8	- ATIVIDADES MAIS SIGNIFICATIVAS QUANTO À PARTICIPAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO VA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA EXCLUSIVE A REPAR – 2002.....	38
TABELA 9	- TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NO BRASIL – 1940/2000.....	42
TABELA 10	- TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NO PARANÁ – 1940/2000.....	42
TABELA 11	- ÁREA PARCELADA E PADRÃO DE PARCELAMENTO, ARAUCÁRIA – 1875.....	53
TABELA 12	- TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS – 1970/1996.....	61

TABELA 13 - LOTES MÍNIMOS (m <sup>2</sup> ) DEFINIDOS NA LEGISLAÇÃO URBANA MUNICIPAL SEGUNDO ZONAS, ARAUCÁRIA – 2005.....	68
TABELA 14 - LOTES MÍNIMOS, GABARITO MÁXIMO E TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA DEFINIDOS NA LEGISLAÇÃO URBANA MUNICIPAL SEGUNDO ZONAS, ARAUCÁRIA – 2005.....	69
TABELA 15 - PORCENTAGEM DE ÁREA PARCELADA POR TAMANHO DE LOTE SEGUNDO DÉCADAS, ARAUCÁRIA – 2004.....	70
TABELA 16 - PARTICIPAÇÃO NO VAF DO PARANÁ, RMC – 1975/2000.....	78
TABELA 17 - POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO BAIRROS DE ARAUCÁRIA – 2000.....	94

## LISTA DE SIGLAS

AI5	- Ato Institucional número cinco
BNDE	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	- Banco Nacional da Habitação
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIAR	- Centro Industrial de Araucária
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
COCELPA	- Companhia de Celulose e Papel do Paraná
COHAB - CT	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CNPU	- Comissão Nacional de Política Urbana e Região Metropolitana
DEE	- Departamento Estadual de Estatística
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FJP	- Fundação João Pinheiro
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MINTER	- Ministério do Interior
PDI	- Plano de Desenvolvimento Integrado
PETROBRÁS	- Petróleo Brasileiro SA
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDU	- Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
REPAR	- Refinaria de Petróleo Presidente Getúlio Vargas
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná
SAREM	- Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios
SEFA	- Secretaria de Estado da Fazenda
SEPL	- Secretaria de Estado de Planejamento
SERETE	- Sociedade Serete de Estudos e Projetos LTDA
SFH	- Sistema Financeiro de Habitação
SISA	- Secretaria Municipal de Saúde
SMAD	- Secretaria Municipal de Administração
SMCT	- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SMFI	- Secretaria Municipal de Finanças
SMPL	- Secretaria Municipal de Planejamento
SMSA	- Secretaria Municipal de Saúde
SMUR	- Secretaria Municipal de Urbanismo
VA	- Valor Adicionado
VAF	- Valor Adicionado Fiscal



## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>v</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>xii</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS.....</b>	<b>13</b>
2.1 AS ORIGENS EXTERNAS DAS TRANSFORMAÇÕES LOCAIS.....	15
2.2 “UM NOVO TEMPO”: A INSTALAÇÃO DA REFINARIA E A CRIAÇÃO DO CIAR.....	20
2.3 A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA INDUSTRIAL DE ARAUCÁRIA: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	27
<b>3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A ESTRUTURA URBANA DE ARAUCÁRIA.....</b>	<b>41</b>
3.1 A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO INTRA-URBANO.....	46
3.2 ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA, EXPANSÃO URBANA E PERIFERIZAÇÃO.....	61
<b>4 INDUSTRIALIZAÇÃO / URBANIZAÇÃO: A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ARAUCÁRIA.....</b>	<b>76</b>
4.1 O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE URBANA.....	77
4.2 CENTRO E PERIFERIA: A PRODUÇÃO DA DESCONTINUIDADE E DA DESIGUALDADE TERRITORIAL.....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>

## **2 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO - ESPACIAIS**

Compreender a produção do espaço urbano de Araucária nos últimos trinta anos remete a uma leitura histórica das transformações econômicas e sociais ocorridas no município a partir da década de 1970.

De acordo com a perspectiva defendida por GOTTDIENER (1997, p. 265), uma ciência que pretenda estudar as formas de espaço de assentamento deve procurar reconhecer a articulação entre organização social e espaço, identificando a mudança histórica presente na estrutura da sociedade. Segundo o mesmo autor, estas mudanças não se apresentam como estágios rígidos e únicos mas como fases que se superpõem, uma vez que os traços essenciais do modo de produção capitalista têm sido preservados ao longo da sua evolução histórica. Esta mesma compreensão perpassa o pensamento de SOJA (1993, p. 206) ao afirmar que a história evolutiva do capitalismo tem sido marcada por reestruturações parciais e seletivas, mas sem mudanças estruturais profundas.

Para o estudo de caso de Araucária, a reestruturação sócio-espacial verificada associa-se a um novo momento vivido pelo modo de produção capitalista no nível mundial, que se materializou no espaço da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) através da industrialização ocorrida a partir da década de 1970. Esta nova fase é explicitada por HARVEY (1992, p. 135), quando pontua que a partir da segunda metade da década de 1960, à política de substituição das importações adotada por vários países da América Latina, somou-se um processo inédito de instalação de multinacionais em territórios até então inexplorados pelo capitalismo industrial.

Até a década de 1960, segundo SCHIFFER (2004, p. 84), a estrutura industrial brasileira, em relação à localização, caracterizava-se por indústrias produtoras de bens de consumo tradicionais dispersas pelo território nacional e indústrias dinâmicas concentradas no centro-sul do país, especialmente em São Paulo. De acordo com a mesma autora, na década de 1970 inicia-se no Brasil um processo de desconcentração das atividades industriais a partir da metrópole paulista, que teve como objetivo incrementar a acumulação intensiva do capital através da ampliação e unificação do mercado interno e desarticular o processo

crescente de movimentos sindicais que abalavam o controle da produção pela classe dominante.

No Paraná, historicamente, este novo momento foi marcado pela ocorrência de dois processos em especial:

- a) a implantação de uma política de desenvolvimento de âmbito nacional, alavancada pela industrialização, que perseguia o sucesso no campo econômico como forma de legitimar o governo autoritário que se impunha e que soube explorar a conjuntura especial vivida pela economia mundial naquele período;
- b) o acelerado processo de urbanização ocorrido no Brasil a partir da década de 1960, fenômeno que no Paraná, segundo FIRKOWSKI (2001, p. 31), foi intensificado pela crise do café e que teve como uma das principais consequências a migração da população do campo em direção às cidades, elevando os índices de desemprego no aglomerado metropolitano de Curitiba.

Esta conjuntura, caracterizada por transformações econômicas, políticas e sociais de escala mundial, nacional e regional, desencadeou no município e no aglomerado o processo de reestruturação espacial objeto deste estudo. Tal processo foi marcado pela criação da CIC e do CIAR, espaços que ao longo das décadas de 1970 e 1980 concentraram a maioria dos estabelecimentos industriais da RMC. Assim, para compreender o processo de produção, reprodução e sustentação do espaço urbano de Araucária à luz da industrialização, a investigação deverá ser iniciada pela explicitação e reflexão das origens geográficas e históricas destas transformações.

Levando em conta este contexto, torna-se necessário aprofundar duas questões fundamentais para a compreensão da instauração e a concretização do processo de industrialização ocorrido em Araucária a partir de 1970. A primeira procurará recuperar a conjuntura histórica e econômica das transformações sócio-espaciais presentes no município a partir daquele momento e a segunda, buscará identificar as características do espaço industrial do município procurando articulá-las às transformações sofridas pela estrutura produtiva industrial brasileira ao longo do mesmo período.

## 2.1 AS ORIGENS EXTERNAS DAS TRANSFORMAÇÕES LOCAIS

Para entender o fenômeno de industrialização ocorrido em Araucária a partir de 1970, faz-se necessário resgatar o papel do Estado e as características peculiares da conjuntura econômica mundial daquele momento.

Do final da Segunda Guerra mundial até o início da década de 1960, o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações levou a economia brasileira a expandir-se num ritmo superior ao de qualquer país latino-americano, comparável naquele momento, às taxas de crescimento de grandes potências mundiais<sup>7</sup>. A partir de 1963 o ritmo do crescimento econômico caiu pela metade, provocando um amplo debate nacional a respeito das reformas necessárias para a retomada do desenvolvimento.

De acordo com HARVEY (1992, p. 135), na metade da década de 1960, o capitalismo mundial começou a apresentar sinais de transformação, manifestados pelo início da crise do fordismo nos países industrializados da América do Norte, Europa Ocidental e Ásia e pela redução do poder norte americano na regulamentação do sistema financeiro internacional. Esta conjuntura provocou um movimento de instalação de multinacionais na América Latina e no Sudeste da Ásia, e teve como consequência a inauguração de uma nova fase de industrialização em países localizados nestas regiões.

É neste cenário de transformações de escala mundial, que se instaurou no Brasil em 1964 o golpe militar de Estado. Ao assumir, o novo governo montou uma equipe econômica que defendia, para a retomada do desenvolvimento do país, a adoção de estratégias liberais baseadas na economia de mercado, reservando ao Estado o papel de garantir a estabilidade monetária e um sistema de tributação que incentivasse o investimento. Segundo PRADO e EARP (2003, p. 218), para aproveitar o cenário internacional favorável, o governo adotou medidas internas que tinham como objetivos, facilitar o financiamento e a captação de empréstimos externos para empresas brasileiras, ampliar a presença do capital estrangeiro no país e aproveitar as condições de crescimento do comércio mundial.

---

<sup>7</sup> Segundo PRADO e EARP (2003, p. 209), entre 1946 e 1960 a taxa média anual de crescimento da economia brasileira foi de 6,3%, uma das mais altas do mundo naquele período. No mesmo período a Alemanha cresceu a uma taxa de 10,5%, o Japão 9,1%, a Coreia do Sul 6,5% e Taiwan 7,6%.

A conjuntura da economia internacional, somada às estratégias liberais e conservadoras implementadas pelo governo militar, criou condições favoráveis para a retomada do crescimento econômico do país no final da década de 1960, período que ficou conhecido no Brasil como “milagre econômico”. No plano político, o crescimento econômico almejado tinha um papel fundamental: legitimar perante a sociedade civil o governo autoritário que se impunha pela força, num cenário marcado pelo crescimento do movimento estudantil, pela instauração do Ato Institucional número cinco (AI5) e pelo início da luta armada.

Como forma de atingir este objetivo, no início da década de 1970<sup>8</sup>, o governo federal apresentou dois planos, o *Metas e bases para a ação do governo* onde foram apresentados os objetivos e as metas estratégicas setoriais para o desenvolvimento pretendido, e o *I Plano Nacional de Desenvolvimento* (I PND) que definia os programas prioritários para investimento, especialmente direcionados para o fortalecimento da siderurgia, petroquímica, corredores de transporte, construção naval, energia elétrica e nuclear, comunicações e mineração. Para a viabilização das estratégias traçadas, cumpririam papel fundamental o fortalecimento das grandes empresas estatais, a disponibilidade de crédito da rede de bancos oficiais, em especial o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e um conjunto de incentivos coordenados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial.

A centralização do poder e das decisões conferidas ao poder executivo de forma autoritária e antidemocrática a partir do golpe militar de 1964, significou a instauração de uma política econômica sem obstáculos, onde o planejamento estatal e centralizado desempenhou papel fundamental. Para COMIN (1998, p. 22), os Planos Nacionais de Desenvolvimento, implantados pelos governos militares a partir da década de 1970, tiveram como objetivo planejar e direcionar a participação do Estado no desenvolvimento industrial, conjugando esforços de modo a criar condições atrativas para o capital, em especial o estrangeiro. Buscavam ainda a desconcentração industrial com objetivo de alcançar maior equilíbrio regional nos investimentos industriais, até então predominantemente alocados no eixo São Paulo – Rio de Janeiro.

---

<sup>8</sup> Segundo PRADO e EARP (2003, p. 221), no governo do presidente General Emílio Garrastazu Médici, o regime militar assumiu sua fase mais autoritária e repressiva. Neste período, a equipe econômica formada pelos Ministros Delfin Netto da Fazenda e João Paulo Reis Velloso do Planejamento apresentaram dois planos: o *Metas e bases para a ação do governo* em 1970, e o I PND em 1971.

O papel dos Planos Nacionais de Desenvolvimento no crescimento da atividade industrial em regiões do país até então pouco representativas é identificada por TORRES (1993, p. 49). Este autor afirma que, apesar da maioria dos estudos<sup>9</sup> acerca da desconcentração industrial no Brasil ocorrida entre 1970 e 1985, terem muitas vezes relativizado a abrangência do processo, ela não só ocorreu como alterou o padrão de localização da atividade industrial no país. Ao analisar separadamente o padrão locacional dos três grupos de indústria (bens intermediários, tradicional e tecnológica<sup>10</sup>), ressalta o papel fundamental do Estado no processo de desconcentração industrial. Em especial no grupo das indústrias intermediárias em atividades ligadas à química, siderurgia e papel e celulose através da implantação de empresas estatais e no grupo das tecnológicas por meio de incentivos fiscais com a criação do pólo industrial em Manaus<sup>11</sup>. Conclui ressaltando que, a partir de 1970 o eixo Rio de Janeiro – São Paulo, que até então concentrava três quartos da indústria nacional, passou a perder em participação para outras regiões do país, emergindo um padrão mais desconcentrado de localização com tendência à especialização por regiões.

Em 1975, o Programa de Ação do Governo na Área de Desenvolvimento Urbano, integrante do II PND, utilizou o grau de concentração de indústrias dinâmicas como o fator responsável pelo dinamismo da rede urbana brasileira, especialmente no que tange ao nível de importância das regiões metropolitanas recém criadas<sup>12</sup>. Neste documento, as disparidades regionais em relação ao número de indústrias dinâmicas<sup>13</sup> existentes no Brasil, (TABELA 1), foram utilizadas pelo

---

<sup>9</sup> TORRES (1993, p. 49), cita as qualificações “desconcentração para o campo aglomerativo de São Paulo” (AZZONI, 1986), “desconcentração centralizada” (MARTINE e DINIZ, 1991), “reversão da desconcentração” (DINIZ, 1991) e “reconcentração de atividades em São Paulo” (CANNO e PACHECO, 1990 e DINIZ, 1991), como estudos que tendem a apontar uma tendência de localização da atividade industrial na região do entorno ou na região polarizada por São Paulo.

<sup>10</sup> Segundo definição dos gêneros no Censo Industrial, a indústria de bens intermediários agrega os minerais não metálicos, metalurgia, papel e papelão e química; a tradicional agrega os gêneros madeira, mobiliário, couros e peles, têxteis, vestuário, alimentícia, bebidas, fumo, editorial e gráfica e diversas, e a tecnológica agrega os gêneros mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, borracha, farmacêuticos, perfumaria, sabões e velas e plásticos.

<sup>11</sup> Criado pelo Decreto – Lei nº 288 de 1967, tinha como objetivo de integrar a Amazônia à economia do país, promovendo sua ocupação e assim garantindo a “sua segurança para a manutenção da sua integridade”. (BRASIL, 2006)

<sup>12</sup> A Lei Complementar número 14, de 08 de junho de 1973, criou as primeiras oito regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Um ano depois, em 01 de julho de 1974, a Lei Complementar número 20 criou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

<sup>13</sup> No documento produzido pelo Ministério do Interior (MINTER) (BRASIL, 1975), o termo “indústria dinâmica” não fica claramente definido, todavia, de acordo com FIRKOWSKI (2002, p. 81) citando a classificação de STORPER (1984), são aquelas que apresentam proporções mais elevadas

governo para justificar a existência de programas federais diferenciados para cada uma das regiões metropolitanas existentes.

De acordo com o documento produzido pelo Ministério do Interior (BRASIL, 1975, p. 17) a estratégia nacional de desconcentração espacial do processo de desenvolvimento econômico, baseava-se na redução da fragilidade econômica das regiões metropolitanas menos dinâmicas, de forma que elas pudessem vir a assumir no futuro o seu papel de centros regionais de apoio. Observa-se na TABELA 1 que a RMC, pelo número de indústrias dinâmicas que possuía, estava entre aquelas consideradas frágeis, comparada à de Salvador, e bem aquém das regiões metropolitanas mais industrializadas naquele momento.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS INDÚSTRIAS DINÂMICAS: BRASIL, REGIÕES METROPOLITANAS E OUTRAS LOCALIDADES – 1973

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE INDÚSTRIAS	%
Fortaleza	6	1,2
Recife	8	1,6
Salvador	16	3,3
Belo Horizonte	26	5,3
Rio de Janeiro	89	18,3
São Paulo	232	47,7
Curitiba	15	3,1
Porto Alegre	33	6,8
Outras localidades	61	12,6
Brasil	486	100,00

FONTE: MINTER

NOTA: Dados extraídos do II PND - Programa de Ação do Governo na área do Desenvolvimento Urbano (1975-1979).

Para DINIZ (1993, p. 40) a história do processo de expansão econômica brasileira a partir da segunda metade do século XX deve ser contada tendo como referência os investimentos industriais feitos pelo Estado. Já na década de 1940, de acordo com SCHIFFER (2004, p. 86) o Estado torna-se o principal investidor do país atuando na instalação de indústrias de base com o objetivo de suprir a falta de infraestrutura energética e siderurgia que representavam um entrave para a expansão do mercado interno. Na década seguinte, 1950, ocorre um aumento do investimento estatal em infra-estrutura, especialmente após a criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial (1952), da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-

---

de tecnologia e capital por pessoa empregada, diferenciando-se de outro grupo de indústrias que se caracterizam pela predominância do trabalho intensivo e um número mais elevado de trabalhadores. Assim, o conjunto das indústrias dinâmicas englobaria os seguintes gêneros industriais: metalúrgica, papel e papelão, química, farmacêutica, borracha, mecânica, material de transporte, material elétrico e de telecomunicações e produtos de matéria plástica.

1953) e do Grupo Misto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 1953<sup>14</sup>. Em meados da década de 1960, a instauração de um planejamento autoritário, justificado pela ideologia de segurança nacional, significou investimentos públicos elevados em setores considerados estratégicos. Estes investimentos ocorreram na maior parte dos casos fora do estado de São Paulo, e seguiram a Resolução número 14 do Conselho de Desenvolvimento Industrial, que disciplinou em meados da década de 1970 a desconcentração industrial do país.

O fenômeno de industrialização experimentado pelo município de Araucária a partir da década de 1970 vincula-se, portanto, a esta nova fase da economia nacional e estadual, marcada pela implantação de um segmento industrial até então pouco significativo nesta região do País. Nesta época, alinhadas às estratégias implementadas no nível nacional, ações de desenvolvimento econômico foram concomitantemente executadas pelo governo do estado e tinham como objetivo comum reforçar a industrialização no Paraná. A reestruturação sócio-espacial havida foi consequência da soma das estratégias adotadas pelos vários níveis de governo, e representou a alteração do perfil econômico vigente na região, através da implantação de políticas de atração industrial.

Segundo FIRKOWSKI (2001, p. 24), a década de 1970 constitui um marco fundamental para a compreensão do processo histórico de industrialização do Paraná e o Estado aparece como grande indutor deste processo. Esta década foi marcada por mudanças estruturais na sociedade brasileira, sentidas tanto no campo político, quanto no social e econômico. Tais transformações, ligadas dialeticamente, desencadearam profundas alterações na organização espacial da RMC. No caso de Araucária, o processo de reestruturação espacial ocorreu através da concretização das estratégias de planejamento econômico e territorial, materializadas na instalação da Refinaria de Petróleo Presidente Getúlio Vargas (REPAR) e na criação do CIAR, com a posterior inserção do município à RMC recém criada.

---

<sup>14</sup> De acordo com SCHIFFER (2004, p. 87) os projetos elaborados por estas comissões resultaram na criação do BNDE (1952), Petrobrás (1953), Eletrobrás (1954), entre outros.



## 2.2 “UM NOVO TEMPO”: A INSTALAÇÃO DA REFINARIA E A CRIAÇÃO DO CIAR

O município de Araucária passou a fazer parte da história da industrialização do Paraná e da RMC, ao ser o local escolhido pela Petróleo Brasileiro SA (PETROBRAS) para a instalação da REPAR<sup>15</sup>, no ano de 1972, decisão esta alinhada às estratégias do I e do II PND, conforme visto anteriormente.

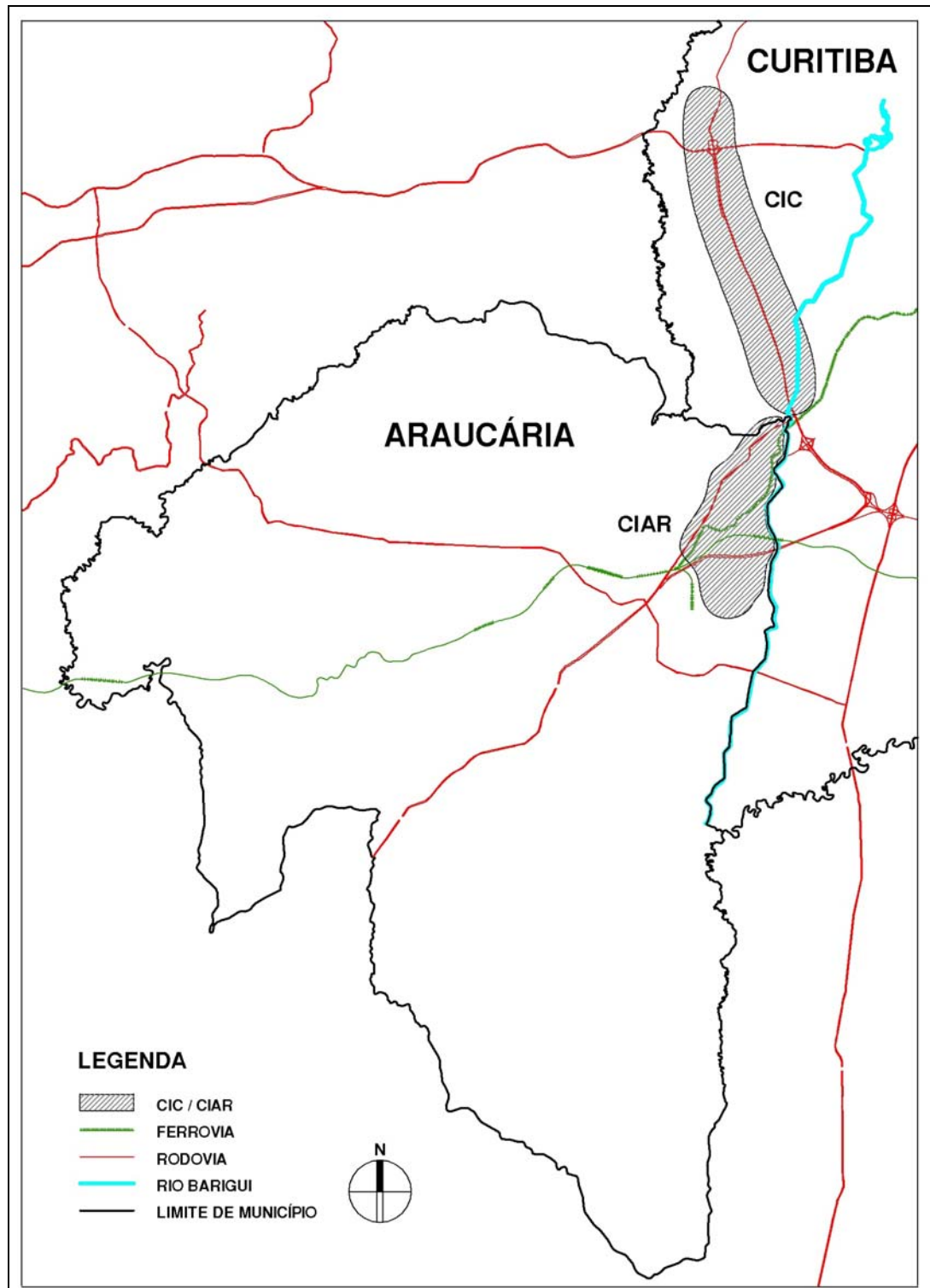
No final da década de 1960, a economia do Paraná enfrenta a crise do café e inaugura o processo de mecanização da agricultura, fenômenos responsáveis por desencadear um processo de migração da população do campo em direção às cidades, que teve como uma das principais consequências a elevação dos índices de desemprego na região de Curitiba. Como forma de criar condições de trabalho para o contingente populacional que se concentrava de forma crescente neste espaço e somadas às estratégias de desenvolvimento nacional, ações voltadas à atração de indústrias na RMC foram também implementadas pelo governo do estado e pela Prefeitura Municipal de Curitiba. De acordo com FIRKOWSKI (2002, p. 81), historicamente as ações governamentais visando a industrialização do estado têm se concentrado na RMC, concentração esta que durante a fase estudada, aconteceu de forma mais intensa nos municípios de Curitiba e Araucária, viabilizada pela implantação dos distritos industriais da CIC<sup>16</sup> e do CIAR e pela atração de empresas multinacionais para a região.

Araucária inseriu-se nas estratégias de desenvolvimento industrial da região pelo fato de possuir a área com as melhores características locais em relação à CIC, para a instalação da refinaria de petróleo, e a criação do distrito industrial do CIAR em 1973 tem uma vinculação direta com tal decisão. A contigüidade espacial da CIC e do CIAR explicita este fato e encontra explicação na abrangência do projeto definido pela Petrobras na época (MAPA 3).

---

<sup>15</sup> De acordo com PETROBRAS (2003, p. 54) a refinaria começou a ser construída em 1973 e entrou em operação em 27 de maio de 1977. Responsável atualmente por 12% da produção nacional de derivados de petróleo, a REPAR destina 85% dos seus produtos aos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, além da região sul de São Paulo. Os demais 15% completam o abastecimento de outras regiões ou são exportados. O petróleo usado pela REPAR na produção de derivados vem em sua maior parte da Bacia de Campos – RJ, é trazido por via marítima até o Terminal de São Francisco do Conde – SC e de lá é bombeado até Araucária por um oleoduto com 117 quilômetros de extensão.

<sup>16</sup> Distrito industrial criado no ano de 1973 pela Prefeitura Municipal de Curitiba como parte das estratégias de desenvolvimento econômico do município, fazia parte das diretrizes definidas pelo Plano Diretor Municipal elaborado em 1965.



MAPA 3 – Localização da Cidade Industrial de Curitiba e do Centro Industrial de Araucária

FONTE: COMEC

NOTAS: dados trabalhados pelo autor.

Editoração: Tarquino Luis Silveira da Mota.

De acordo com ARAUCÁRIA (1999a, p. 46) o governo federal planejava instalar um pólo petroquímico na outra margem do rio Barigüi, em área contígua à refinaria, no município de Curitiba. Esta parte do projeto acabou não se concretizando e o pólo petroquímico foi instalado em Camaçari, Bahia, porém a área definida para sua implantação já havia sido desapropriada pela Prefeitura de Curitiba. Atualmente, esta área faz parte do bairro Tatuquara e integra um dos Setores Especiais de Habitação de Interesse Social do município de Curitiba, onde a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB – CT)<sup>17</sup> tem instalado loteamentos habitacionais voltados para a população de baixa renda. É importante ressaltar ainda que até a instalação da REPAR, Araucária não possuía atividades industriais importantes e nem mantinha com Curitiba relações econômicas que justificassem a criação do CIAR concomitantemente à instauração da CIC.

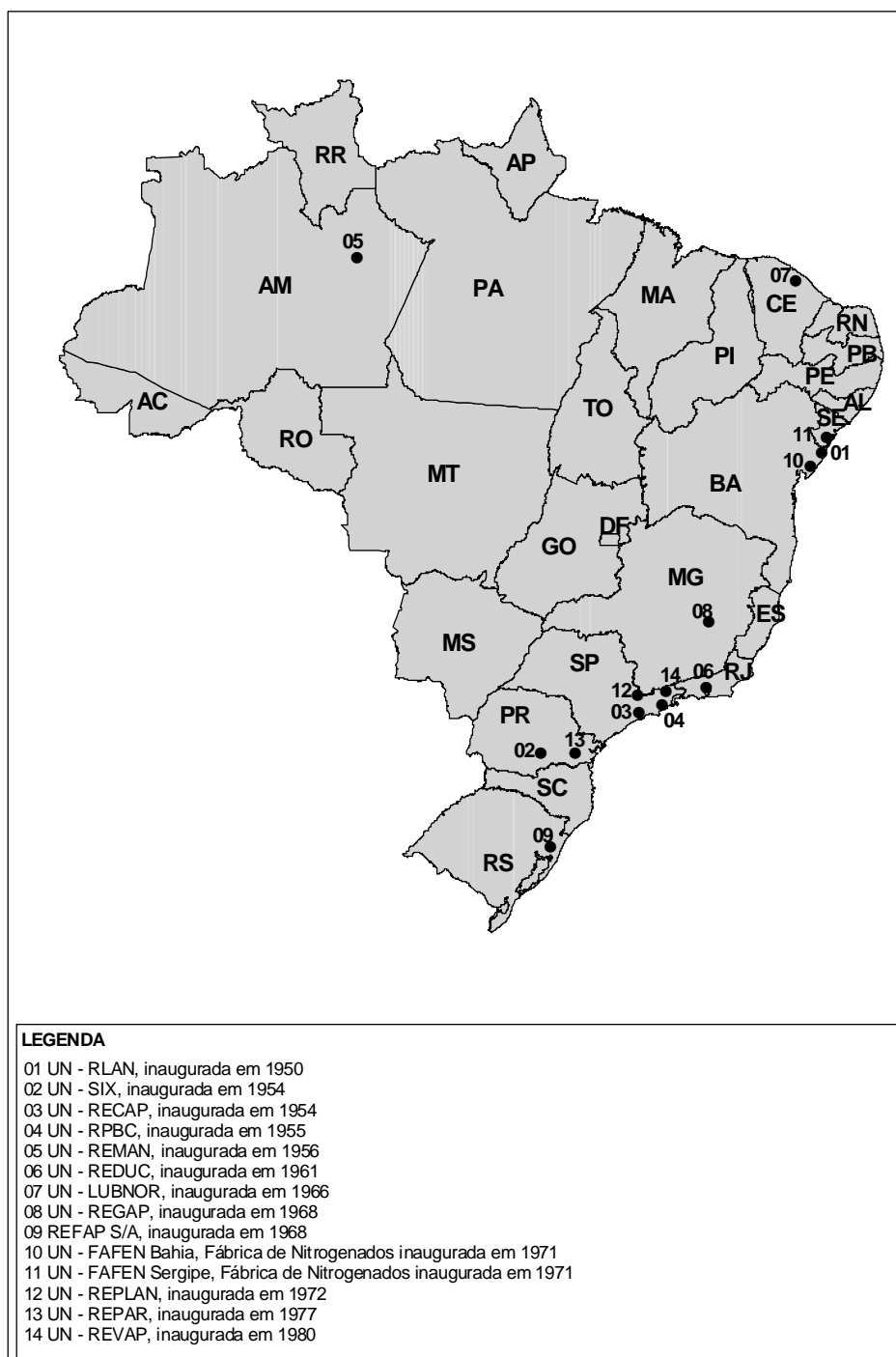
A implantação da REPAR na região de Curitiba relaciona-se ao processo de crescimento e expansão para a periferia brasileira da indústria de bens intermediários, responsável, segundo TORRES (1993, p. 43), por redefinir o padrão de distribuição espacial da atividade produtiva no Brasil a partir da década de 1970. Para este autor a emergência da indústria de bens intermediários, derivada da implementação das ações contidas no II PND (1975-1979) foi responsável por reconfigurar a estrutura industrial brasileira.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a indústria tradicional, até então predominante na composição do valor de transformação industrial e nas exportações brasileiras, passou a perder espaço para o segmento dos produtos intermediários<sup>18</sup>. Além do crescimento na participação no valor de transformação industrial, este grupo de indústrias foi o que mais se desconcentrou neste período e tal movimento pode ser comprovado ao se analisar o processo de implementação das refinarias de petróleo no Brasil (MAPA 4).

---

<sup>17</sup> A COHAB – CT foi fundada em 1965 para atuar como agente do recém criado Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Atualmente é uma empresa de economia mista responsável pela política habitacional do município de Curitiba, produzindo unidades habitacionais financiadas, promovendo a regularização fundiária e articulando órgãos públicos e sociedade para a prevenção de ocupações irregulares no município. (COHAB-CT, 2006)

<sup>18</sup> Segundo TORRES (1993, p. 44), em 1970 as indústrias de bens intermediários representavam 29,99% da participação no valor de transformação industrial brasileiro, enquanto as tradicionais contribuíam com 40,88% do total. Em 1985 esta relação se inverte e as intermediárias passam a representar 36,76% do total enquanto as tradicionais diminuem a sua participação para 33,38%.



MAPA 4 – Localização e data de inauguração das refinarias de petróleo no Brasil – 1950/1980

FONTE: PETROBRAS. Mapa das refinarias. **Caderno da PETROBRAS**, Rio de Janeiro: n. 3, p. 08-09, ago. 2003.

No MAPA 4 observa-se ainda que das catorze refinarias existentes no Brasil no ano de 2003, cinco foram implantadas na década de 1950 e sete entre as décadas de 1960 e 1970, sendo a maioria planejada durante os governos militares. Ressalta-se que nove delas encontram-se nas regiões de maior concentração industrial do país, o Sul e o Sudeste (PETROBRAS, 2003).

Na esfera regional, às estratégias federais e estaduais de desconcentração e reforço da industrialização, somaram-se as ações de planejamento urbano implementadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba na década de 1970, que culminaram com a criação da CIC em 1973. As diretrizes básicas do Plano Diretor de Curitiba elaborado no final da década de 1960 já apontavam como tendência prioritária, a localização industrial na região oeste do município em uma área contígua a Araucária.

Segundo MENDONÇA (1998, p. 23) na época de discussão do plano, a escolha da zona industrial de Curitiba procurou explorar o potencial de uso industrial existente e as características naturais de baixa declividade do solo, direção dos ventos dominantes, localização em uma bacia hidrográfica não destinada a manancial de abastecimento. Além dessas características, nesta região da cidade existiam muitas indústrias vinculadas à atividade madeireira, especialmente ao longo da Avenida João Bettge, que se conecta à antiga Estrada Velha Curitiba – Araucária, atualmente denominada Avenida das Araucárias.

A área industrial definida pelo Plano Diretor de Curitiba em 1965 só teve seus limites detalhados quase dez anos depois, quando em 1973 a Prefeitura Municipal declarou de utilidade pública 43,7 milhões de metros quadrados, definidos com uso prioritariamente industrial, dos quais 63,15% foram desapropriados pelo município<sup>19</sup>. A viabilização da infra-estrutura necessária à concretização do distrito

---

<sup>19</sup> De acordo com OLIVEIRA (1991, p. 226) em 1965 foi elaborado o Plano Diretor de Curitiba pela Sociedade de Serete de Projetos LTDA (SERETE), e entre 1970 e 1974 assume a prefeitura de Curitiba o grupo de arquitetos e engenheiros que havia composto a equipe local de acompanhamento da SERETE durante a execução do Plano Diretor passando a implantar as propostas nele contidas, dentre elas a implantação do distrito industrial.

industrial da CIC<sup>20</sup> aconteceu através da captação dos financiamentos públicos federais e estaduais disponíveis na época. Sua criação tinha como um dos objetivos principais a atração de empresas multinacionais, articulando-se ao novo momento vivido pelo capitalismo mundial e às estratégias de planejamento econômico traçadas pelo governo federal.

Em Araucária a criação do CIAR em 1973, parte da estratégia de incentivo à industrialização da região de Curitiba, materializou-se com a definição de uma área industrial denominada atualmente CIAR<sup>21</sup>, com 21.437.500 m<sup>2</sup> numa região contígua à CIC, que incorporou uma área de 10.000.000 m<sup>2</sup> onde no ano de 1972 a PETROBRÁS havia decidido instalar a refinaria Presidente Getúlio Vargas. No ano de sua criação, na área delimitada não havia praticamente ocupação, exceto pela presença da Colônia Thomaz Coelho, habitada desde o século XIX por imigrantes poloneses e pela existência da Companhia de Celulose e Papel do Paraná (COCELPA), indústria de papel instalada em 1963 em área limítrofe ao município de Curitiba nas margens do Rio Barigui.

Quatro anos após a criação do CIAR, a Prefeitura Municipal através de um convênio entre a SEPL e a COMEC, com financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH), contratou o Consórcio New Plan Consultoria Planejamento S.A. e Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., para a elaboração do seu primeiro Plano de Desenvolvimento Urbano. A sua execução alinhava-se às estratégias definidas pela *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano* (PNDU), integrante do II PND, que considerava a recém criada RMC uma área a ser controlada e cujo ritmo de crescimento populacional devia ser acompanhado e disciplinado através de planejamento, de modo a não alcançar o nível de comprometimento já atingido pelos então pólos nacionais de São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo SOUZA (2004, p. 119), a visão que norteava o PNDU considerava o planejamento um instrumento capaz de regular e controlar o acelerado crescimento urbano que se instalava nos grandes centros urbanos brasileiros. Para esta autora os planos executados através das diretrizes definidas no âmbito do PNDU caracterizaram-se por uma visão setorialista (transporte, saneamento,

---

<sup>20</sup> O zoneamento original da CIC previa uso industrial, habitacional e de serviços.

<sup>21</sup> No ano de 1978 através da Lei Municipal Número 536/78 foi incorporado ao CIAR uma área de 13.000.000,00 m<sup>2</sup> denominada CIAR II, e no ano de 1981, através da Lei Municipal Número 584/81, incorporou-se mais 11.700.000,00 m<sup>2</sup> denominada CIAR III. Atualmente o CIAR possui uma área total de 46.137.500,00 m<sup>2</sup>.

habitação etc...) e equivocada do urbano, afastando-se de uma perspectiva de promoção do desenvolvimento da totalidade do território.

O *Plano de Desenvolvimento Urbano de Araucária* em 1977 foi, portanto, elaborado de acordo com os princípios definidos no PNDU e estava estruturado em dois grandes temas: o Plano Diretor Físico-Territorial e o Plano Urbanístico Básico do Centro Industrial. A justificativa da elaboração deste instrumento, de acordo com o documento produzido, encontrava-se no fato de que a criação do CIAR e sua contigüidade com a CIC tornaram necessário o estabelecimento de normas e diretrizes sócio-econômicas e físico-territoriais, capazes de orientar o crescimento da atividade industrial no município. Desta forma, o Plano Urbanístico Básico do Centro Industrial seria um instrumento de planejamento municipal que daria suporte à ação governamental, com o objetivo de estimular o progresso e acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico (ARAUCÁRIA, 1977a, p. 5). Para tanto, o Plano previa duas linhas de ação: a definição de um zoneamento para as áreas industrial e urbana do município e a projeção de um conjunto de investimentos em infraestrutura (redes de água, esgoto, energia elétrica, implantação e pavimentação de vias) até o ano de 1990, e estava norteado pelos seguintes objetivos:

- a) diminuir o custo de implantação das empresas industriais que tinham interesse em se instalar no CIAR, criando um fator de atratividade para novos investimentos no município;
- b) maximizar os investimentos públicos na área industrial, de acordo com o entendimento de que a concentração de indústrias numa só área da cidade levaria ao aproveitamento máximo da infra-estrutura instalada;
- c) disciplinar o uso das áreas urbanas de Araucária, garantindo a inexistência de conflitos entre as áreas residenciais, de comércio e de serviço e o CIAR, com o objetivo de assegurar que tais conflitos não viessem representar no futuro um obstáculo ao crescimento e à expansão industrial, bem como às atividades a eles relacionadas.

O documento afirmava ainda que a implantação da REPAR e a criação da CIC deram impulso ao desenvolvimento industrial do município e identificava que uma das condições fundamentais para a nova fase de industrialização encontrava-se no fato de Araucária pertencer a RMC, área considerada pelo estudo como um mercado consumidor em expansão para os produtos manufaturados. Ao ressaltar as potencialidades do município, considerava o custo da terra no CIAR um importante

diferencial de atração de indústrias em relação à CIC. De acordo com a ARAUCÁRIA (1977a, p. 7), em maio de 1976 o preço da terra para fins industriais em Araucária estava avaliado em CR\$ 15,00 (quinze cruzeiros) o metro quadrado, enquanto em Curitiba o valor era mais que o dobro, CR\$ 35,00 (trinta cinco cruzeiros) o metro quadrado.

### 2.3 A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA INDUSTRIAL DE ARAUCÁRIA: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Até o início do século XX a história econômica de Araucária acompanhou os ciclos responsáveis pela formação da economia paranaense e da burguesia local: o tropeirismo no século XVIII, o ciclo do mate no século XIX e o da madeira nas primeiras décadas do século XX.

Do final do século XIX até o início da década de 1970, a presença da indústria no município vinculou-se à existência de atividades tradicionais cuja produção era destinada em sua grande maioria ao abastecimento do mercado regional. De acordo com SCHIFFER (2004, p. 84) neste período as indústrias de bens intermediários e de bens de produção concentravam-se predominantemente em São Paulo e Rio de Janeiro e a política econômica adotada pelo governo federal tinha como objetivo impor como padrão de consumo os produtos produzidos nestes pólos. Em 1950, São Paulo detinha aproximadamente 40% do pessoal ocupado na indústria do país. O Sudeste era responsável por 70% do valor de transformação industrial nacional, o Sul por 12,2% e o Nordeste por apenas 9,3% do total, taxas que explicitam a disparidade em relação à distribuição espacial das atividades industriais naquela década.

A presença da indústria no Paraná e na região de Curitiba refletia portanto a conjuntura nacional. Em Araucária, do final do século XIX até as duas primeiras décadas do Século XX, a exploração da madeira desempenhou um papel fundamental na economia do município e foi responsável pela instalação das suas primeiras indústrias (FIGURA 1). A existência da matéria prima abundante na região, significou o estabelecimento de várias serrarias nas áreas urbana e rural do município.



Naquela época, esta atividade foi relevante para o desenvolvimento econômico de Araucária, e ainda hoje, apesar de contribuir com apenas 1,37%<sup>22</sup> da composição do VA municipal, representa 8,14% do total das unidades industriais instaladas.

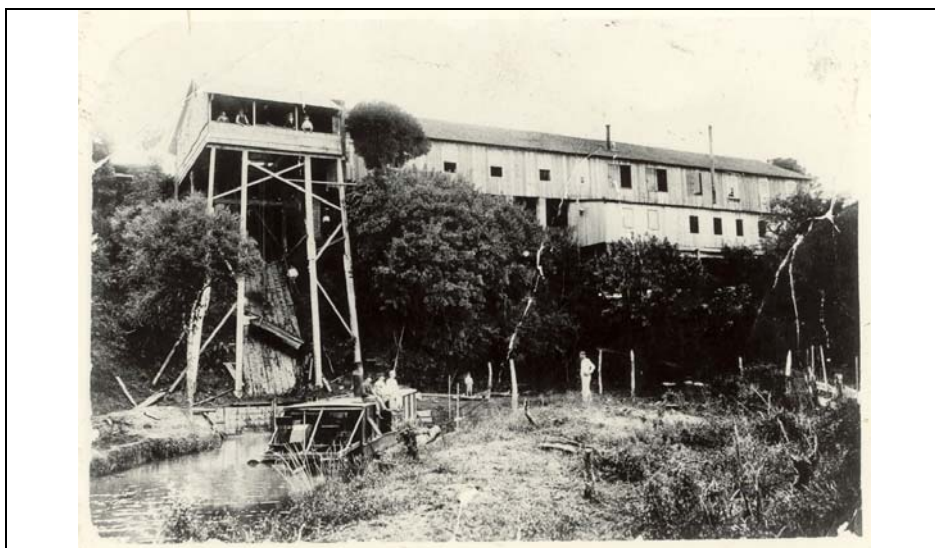


FIGURA 1 – Serraria Senhor Emílio Voss, em Araucária - 1890  
FONTE: Fotografia extraída do Acervo Histórico Archelau de Almeida Torres, Museu Tindiquera, Prefeitura Municipal de Araucária.

Na década de 1930, com o declínio da exploração da madeira na região, instalou-se em Araucária uma nova atividade industrial pertencente ao gênero de produtos alimentares. Estas unidades, vinculadas à tradicional indústria alimentícia, tinham características produtivas artesanais e empregavam entre duas e cinco pessoas, quase sempre familiares. As novas fábricas processavam o tomate e o pimentão plantado no município e produziam massa de tomate para abastecer os mercados de Curitiba e São Paulo, destacando-se a de propriedade de Archelau de Almeida Torres, localizada no atual Bairro Cachoeira (FIGURA 2).

De acordo com ARAUCÁRIA (1999a, p. 29), entre 1933 e 1949 foram registradas 164 indústrias de massa de tomate que produziam entre 500 quilos e três toneladas do produto anualmente. Na década de 1950, em função da concorrência de grandes empresas na produção do produto, as pequenas fábricas

---

<sup>22</sup> Dados obtidos em: PARANÁ. Governador (2003-2006: Requião). **Relatório de participação individual dos contribuintes na composição do valor adicionado no município de Araucária, Secretaria de Estado da Fazenda, ano base 2002, exercício 2003, benefício 2004.** Curitiba, 2003.

acabaram fechando, diminuindo assim a importância deste gênero na economia do município.

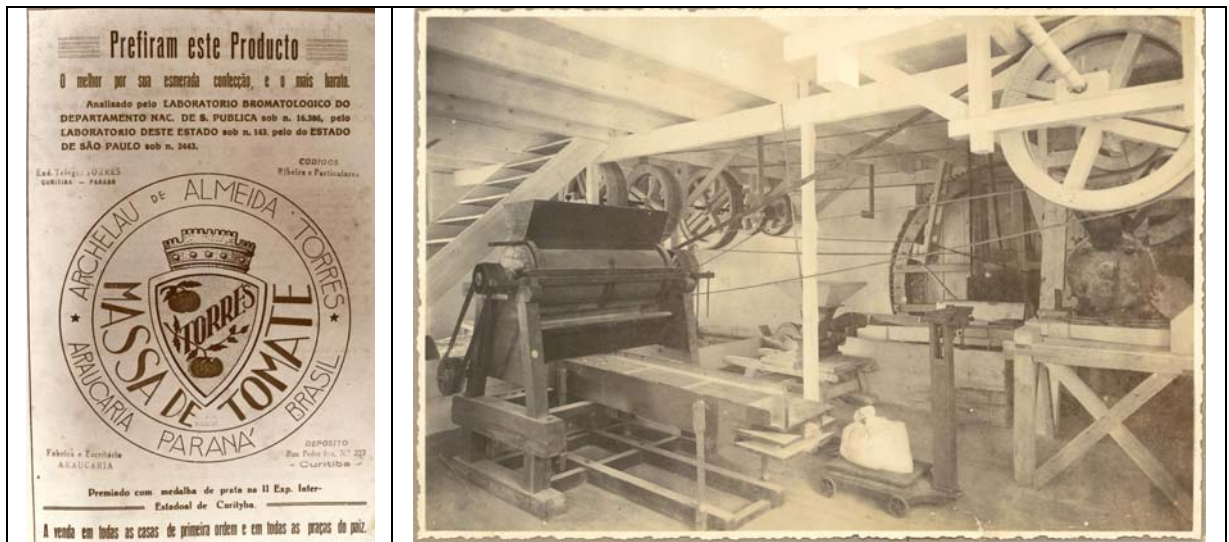


FIGURA 2 – Fábrica de massa de tomate Archelau de Almeida Torres, em Araucária – [196?]

FONTE: Figura e fotografia extraídas do Acervo Histórico Archelau de Almeida Torres, Museu Tindiquera, Prefeitura Municipal de Araucária.

Na década de 1940, a dificuldade de importação de matéria prima da Europa em função do início da Segunda Guerra Mundial provocou a transferência, de São Paulo para Araucária, da Companhia São Patrício de Tecelagem de Linho e da Companhia São Manoel de Beneficiamento de Linho (FIGURA 3). Instaladas na área urbana central de Araucária, foram fundadas pelos franceses Alfred Charvet e August Salmon, atraídos pelo clima favorável e pela presença de imigrantes poloneses e ucranianos, que haviam trazido de sua terra natal a técnica do plantio e do manejo do linho.

Segundo ARAUCÁRIA (1999a, p. 33) além destas duas indústrias, as maiores em tamanho e produção, existiam na década de 1940 aproximadamente trinta pequenas fábricas de beneficiamento de linho no município. Esta atividade econômica prosperou até o início da década de 1960, quando a entrada no mercado brasileiro dos tecidos sintéticos e o aumento da importação de tecidos provocou seu declínio.

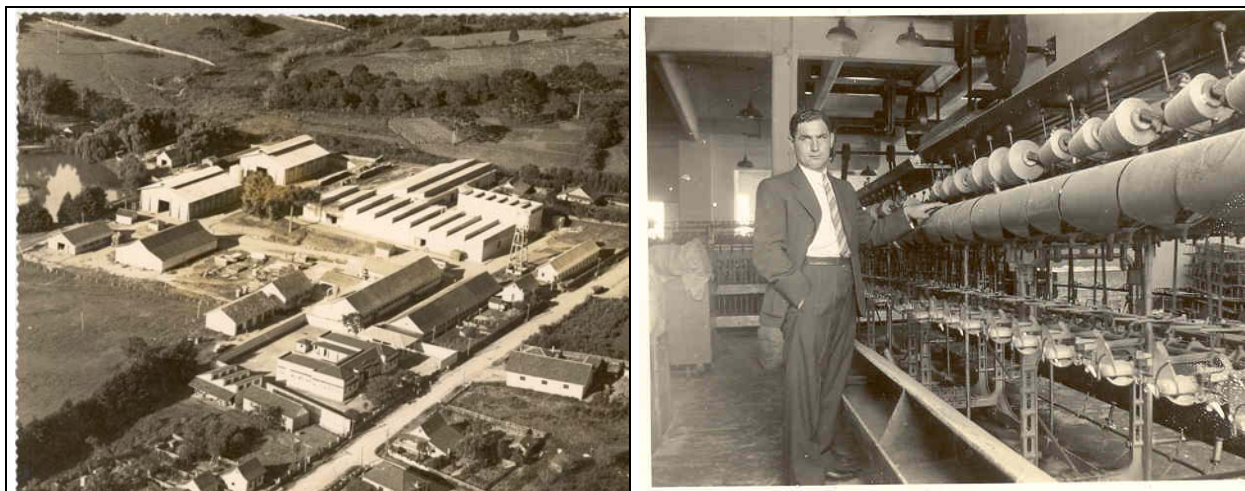


FIGURA 3 – Vista aérea das companhias São Patrício e São Manoel, em Araucária – [195?]

FONTE: Fotografia extraída do Acervo Histórico Archelau de Almeida Torres, Museu Tindiquera, Prefeitura Municipal de Araucária.

Tanto a indústria alimentícia quanto a têxtil, apesar de terem sido importantes para a história econômica do município, não tiveram peso significativo no contexto geral da economia paranaense. Naquela época era o café produzido no norte do estado o responsável pelo crescimento econômico do Paraná. Na década de 1960 as atividades ligadas à estes gêneros entraram em declínio e a economia local voltou-se exclusivamente para a produção agrícola. Na mesma década deflagrou-se a crise na produção do café no Paraná, provocando transformações sociais, econômicas e espaciais em todo o seu território. Esta conjuntura instalou um processo recessivo na economia do estado que até então, segundo FIRKOWSKI (2001, p. 31), tinha uma estrutura produtiva marcada pelos gêneros tradicionais da indústria destacando-se os produtos alimentares, madeira, minerais não metálicos, papel e papelão e têxtil.

Além disso, a partir da década de 1950 o Brasil passou a se inserir num novo padrão de acumulação caracterizado segundo SCHIFFER (2004, p. 98) pela difusão do trabalho assalariado e pela expansão da industrialização, tendo como consequência a instauração de um processo acelerado de urbanização do seu território. No Paraná, o novo momento vivido pelo capitalismo mundial, as estratégias de industrialização implementadas pelo estado e a crise do café ocorrida na década de 1960, aceleraram a migração campo-cidade e alteraram significativamente a estrutura produtiva do aglomerado metropolitano de Curitiba.

Esta nova fase da história econômica do estado foi marcada em Araucária pela decisão da instalação da REPAR no ano de 1972 e pela criação do CIAR em

1973, como visto anteriormente. A emergência deste novo momento, que significou a instalação de gêneros industriais até então inexistentes no município, foi identificado pelo Plano Urbanístico Básico do Centro Industrial de Araucária, ao avaliar a evolução do emprego industrial ao longo da década de 1970 (ARAUCÁRIA, 1977a, p. 16). Segundo o documento, os ramos da metalurgia, adubos e produtos químicos, artefatos plásticos e mecânica representavam 58% dos empregos industriais, enquanto as empresas de cerâmica, móveis e artefatos de madeira, óleos e cereais, praticamente exclusivas no início da década de 1970, significavam 31% do emprego industrial local.

Este processo de transformação é explicitado pelos dados apresentados na TABELA 2, que, ao quantificar os estabelecimentos industriais em fase de instalação no ano de 1976, demonstra o crescimento de atividades vinculadas à indústria dinâmica na primeira metade daquela década.

TABELA 2 – INDÚSTRIAS INSTALADAS E EM FASE DE IMPLANTAÇÃO NO CENTRO INDUSTRIAL DE ARAUCÁRIA – 1976

RAMO	ESTABELECIMENTOS
Metalurgia	4
Adubos e Produtos Químicos	3
Cerâmica	5
Móveis e Artefatos de Madeira	3
Artefatos Plásticos	2
Papel de Celulose	1
Mecânica	3
Óleos e Cereais	3
Máquinas e Implementos Agrícolas	1
Total	25

FONTE: ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Plano de desenvolvimento urbano de Araucária.** Plano Urbanístico Básico do Centro Industrial, v. 2, 1977a. 59 p.

A importância das transformações ocorridas neste período e suas repercussões na economia municipal são apresentadas no GRÁFICO 1, que demonstra que 91,07% do total do VA do município atualmente advém de indústrias instaladas naquela década, com peso decisivo da refinaria de petróleo.

A análise histórica do processo de instalação de estabelecimentos industriais no município permite reconhecer a década de 1970 como o marco temporal determinante para a compreensão da formação e da consolidação do atual perfil econômico de Araucária. A partir deste período o seu espaço industrial foi sendo estruturado através da instalação de indústrias vinculadas a diferentes atividades como pode ser observado no GRÁFICO 2.

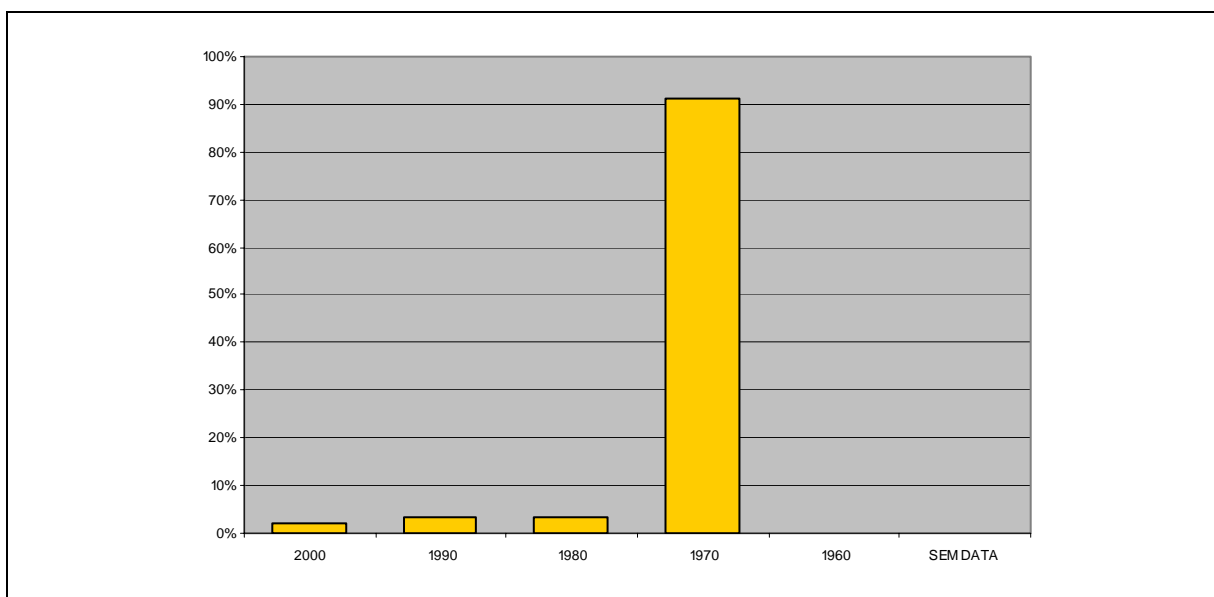


GRÁFICO 1 – Participação das indústrias na composição do VA por década de instalação no município de Araucária – 2002

FONTES: SEFA - Paraná, SMFI – Prefeitura do Município de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

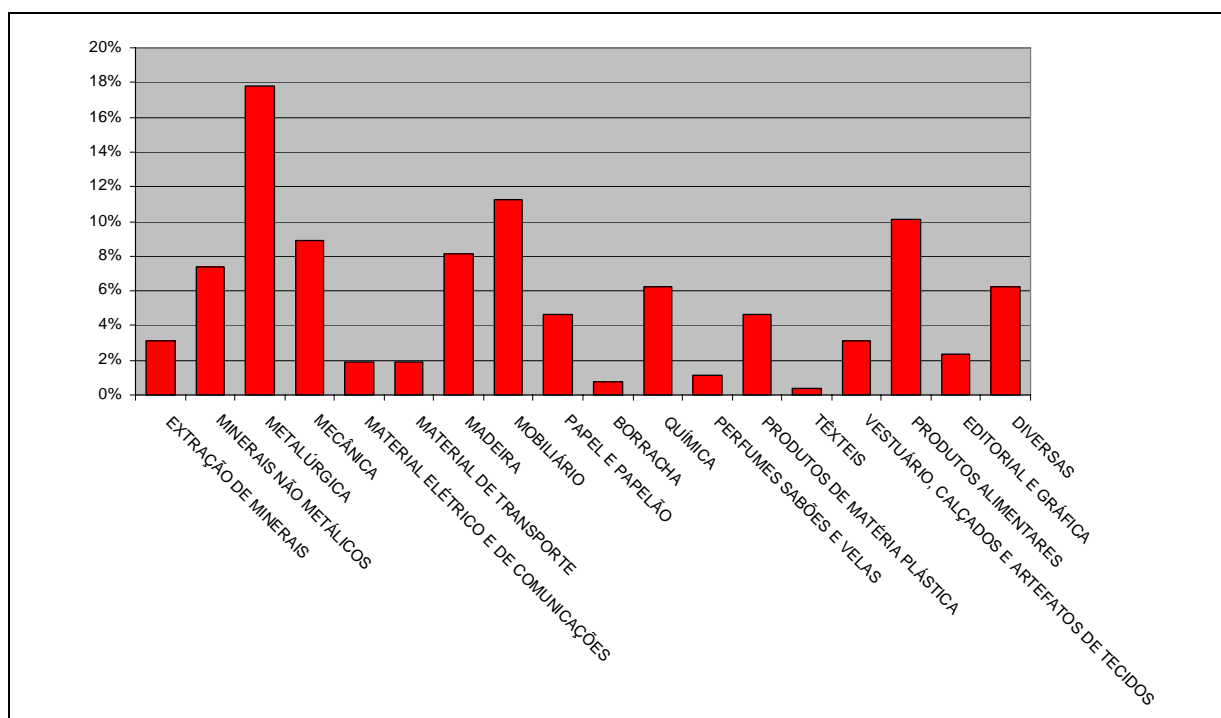


GRÁFICO 2 – Gêneros industriais segundo número de estabelecimentos em Araucária – 2002

FONTE: SEFA - Paraná

NOTA: dados trabalhados pela autora.

A identificação dos gêneros industriais presentes no município demonstra que das 258 unidades atualmente instaladas há um equilíbrio em número de estabelecimentos industriais no que diz respeito às atividades ligadas aos gêneros dinâmicos (46,90%) e tradicional (45,74%), destacando-se a metalurgia (17,83%), o

mobiliário (11,24%) e os produtos alimentares (10,08%), seguidos da mecânica (8,91%), madeira (8,14%) e minerais não metálicos (7,36%).

Se os dados apresentados explicitam certo equilíbrio em número de estabelecimentos entre indústrias tradicionais e dinâmicas, esta relação não se mantém quando a análise procura identificar a composição do VA do município segundo gênero de atividade industrial. Observa-se na TABELA 3 que a participação das indústrias dinâmicas na composição do VA municipal representa 97,48%, destacando-se o gênero química que sozinho contribui com 92,60% do total. Vale ressaltar o peso da REPAR para a constituição deste cenário, que isolada responde por 88,36% do total do VA municipal. A refinaria ocupa o primeiro lugar entre os contribuintes do estado e é responsável por 16% do total da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Paraná.

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DOS GÊNEROS DE ATIVIDADE INDUSTRIAL NA COMPOSIÇÃO DO VA DO MUNICÍPIO ARAUCÁRIA – 2002

GÊNERO DE ATIVIDADE INDUSTRIAL	VA (R\$)	%
Borracha	-12.121.970,00	-0,1791
Têxteis	0,00	0,0000
Material elétrico e de comunicações	70.894,00	0,0010
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	283.340,00	0,0042
Extração de minerais	1.355.847,00	0,0200
Perfumes sabões e velas	2.514.560,00	0,0372
Minerais não metálicos	3.908.948,00	0,0578
Mobiliário	4.793.901,00	0,0708
Editorial e gráfica	12.530.714,00	0,1852
Material de transporte	21.380.630,00	0,3159
Produtos alimentares	24.191.728,00	0,3575
Produtos de matéria plástica	25.045.052,00	0,3701
Diversas	28.466.451,00	0,4206
Papel e papelão	41.222.762,00	0,6091
Mecânica	52.709.544,00	0,7789
Madeira	92.585.627,00	1,3681
Metalúrgica	201.722.220,00	2,9808
Química	6.266.786.970,00	92,6019
Total	6.767.447.218,00	100,0000

FONTE: SEFA - Paraná

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Excluindo-se a REPAR da análise a cerca da participação dos gêneros industriais na composição do VA municipal, observa-se na TABELA 4 que ainda assim as indústrias dinâmicas detêm a maior proporção do total, 79,87%, sendo possível afirmar que o seu peso na economia municipal é um dos traços característicos da estrutura produtiva industrial consolidada em Araucária.



TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO DOS GÊNEROS DE ATIVIDADE INDUSTRIAL NA COMPOSIÇÃO DO VA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA EXCLUSIVE A REPAR– 2002

GÊNERO DE ATIVIDADE INDUSTRIAL	VA (R\$)	%
Borracha	-12.121.970,00	-1,5393
Têxteis	0,00	0,0000
Material elétrico e de comunicações	70.894,00	0,0090
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	283.340,00	0,0359
Extração de minerais	1.355.847,00	0,1721
Perfumes sabões e velas	2.514.560,00	0,3193
Minerais não metálicos	3.908.948,00	0,4963
Mobiliário	4.793.901,00	0,6097
Editorial e gráfica	12.530.714,00	1,5912
Material de transporte	21.380.630,00	2,7150
Produtos alimentares	24.191.728,00	3,0720
Produtos de matéria plástica	25.045.052,00	3,1803
Diversas	28.466.451,00	3,6148
Papel e papelão	41.222.762,00	5,2347
Mecânica	52.709.544,00	6,6934
Madeira	92.585.627,00	11,7571
Metalúrgica	201.722.220,00	25,6160
Química	286.824.704,00	36,4228
Total	787.484.952,00	100,0000

FONTE: SEFA - Paraná

NOTA: dados trabalhados pela autora.

A recuperação da história da instalação das unidades industriais em Araucária permite identificar ainda outra característica ímpar do fenômeno ocorrido do município. Comparando-se os GRÁFICOS 1 e 3, observa-se que nos últimos trinta anos, embora tenha havido um processo crescente e contínuo de instalação de estabelecimentos industriais, a partir da década de 1980 tal crescimento não representou acréscimo significativo no VA municipal.

Segundo dados apresentados no GRÁFICO 3, entre as décadas de 1990 e 2000 instalaram-se 75,58% das indústrias existentes em 2002, informações que comparadas às do GRÁFICO 1 permitem concluir que o acréscimo em número de estabelecimentos não alterou de forma significativa os níveis de arrecadação do município, confirmando a importância da década de 1970 para a análise.

O processo evolutivo de transformação da estrutura produtiva industrial de Araucária é verificado ao se analisar as atividades predominantes em número de indústrias instaladas ao longo das últimas três décadas. Dos estabelecimentos em funcionamento em 2002, oriundos da década de 1960, 100% deles vinculam-se à atividade da madeira; 99,79% dos instalados na de 1970 pertencem ao gênero química e na de 1980, 58,86% são metalúrgicas e 27,50% química. Na década de 1990 observa-se maior diversificação: 38,19% estão ligadas às atividades da

madeira, 22,66% à química e 14,68% ao papel e papelão e na de 2000, 43,67% metalúrgica e 35,81% à mecânica.

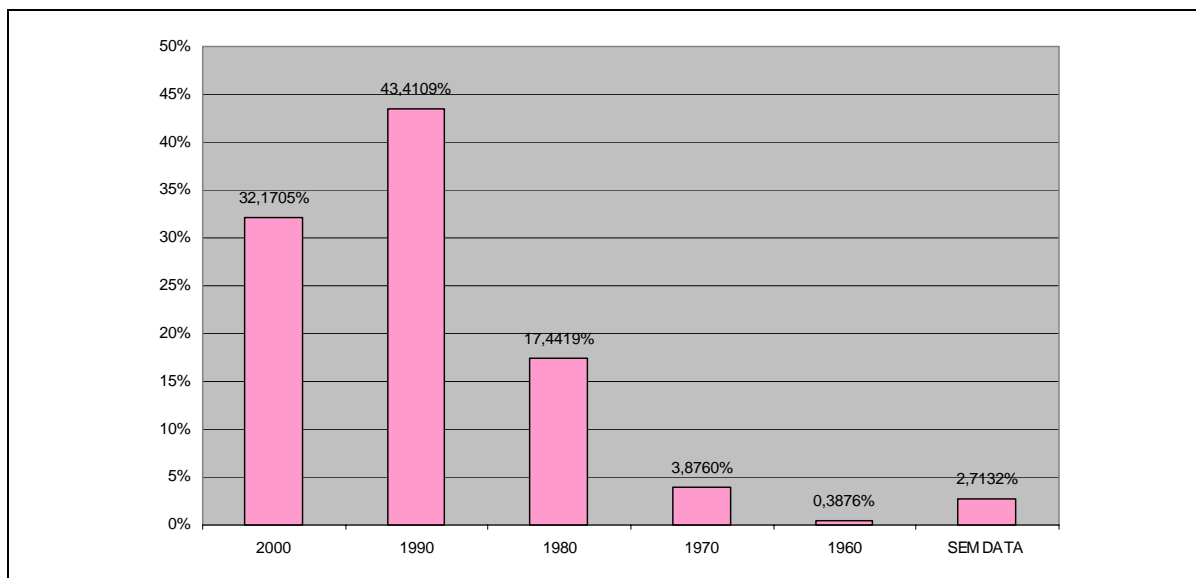


GRÁFICO 3 – Número de indústrias segundo década de instalação, Araucária - 2002

FONTES: SEFA - Paraná, SMFI – Prefeitura do Município de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

A especialização nos gêneros química e metalúrgica explicita o papel desempenhado pelo CIAR no que diz respeito à distribuição da indústria no interior da metrópole e a identificação das atividades instaladas indica que apesar do aglomerado estar vivendo uma nova fase de industrialização, Araucária não apresenta indícios significativos de alteração da sua estrutura produtiva industrial.

O peso de um pequeno número de estabelecimentos industriais na formação do montante da arrecadação municipal fica claro ao se agrupar as atividades industriais por classes de participação na composição do VA, cujos intervalos de contribuição são apresentados na TABELA 5.

TABELA 5 – AGRUPAMENTO DAS INDÚSTRIAS EM CLASSES CONFORME PARTICIPAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DE ARAUCÁRIA – 2002

CLASSE	CONTRIBUIÇÃO NO VA MUNICIPAL ENTRE (R\$)		PARCELA DO VA MUNICIPAL (%)	NÚMERO DE INDÚSTRIAS
C1	6.000.000.000,00 -	115.000.000,00	88,36	1
C2	114.999.999,00 -	90.000.000,00	3,27	2
C3	89.999.999,00 -	50.000.000,00	2,21	2
C4	49.999.999,00 -	15.000.000,00	4,68	12
C5	-	< 14.999.999,00	1,49	241

FONTE: SEFA - Paraná

NOTAS: dados trabalhados pela autora.

As classes denominadas C1, C2, C3, C4 e C5, foram definidas pela pesquisadora para ordenar as indústrias segundo a contribuição no VA municipal. O objetivo foi classificar cada uma delas pelo porte em relação ao total das unidades instaladas em Araucária.



O cruzamento dos dados apresentados nos GRÁFICOS 4 e 5, referentes à participação destas classes no montante do VA municipal, com o número de estabelecimentos industriais presentes em cada uma destas classes, demonstra que das 258 indústrias instaladas, 17 são responsáveis por 98,52% do total deste valor. Ou seja, dentro do universo total de indústrias existentes, 6,6% respondem por quase a totalidade do VA municipal.

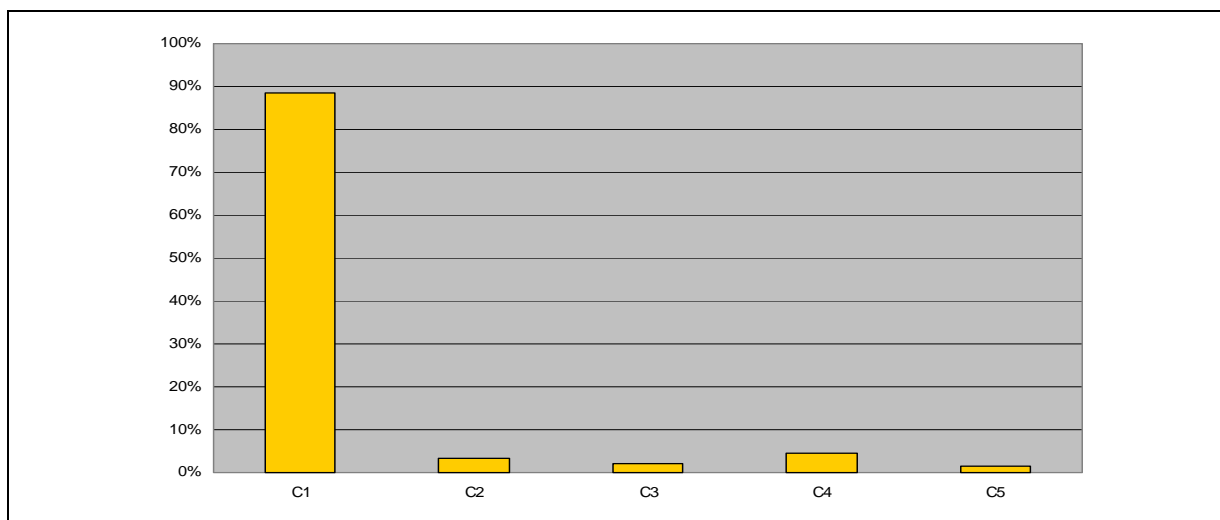


GRÁFICO 4 – Contribuição no VA municipal conforme classes de indústrias de Araucária – 2002

FONTE: SEFA - Paraná

NOTA: dados trabalhados pela autora.

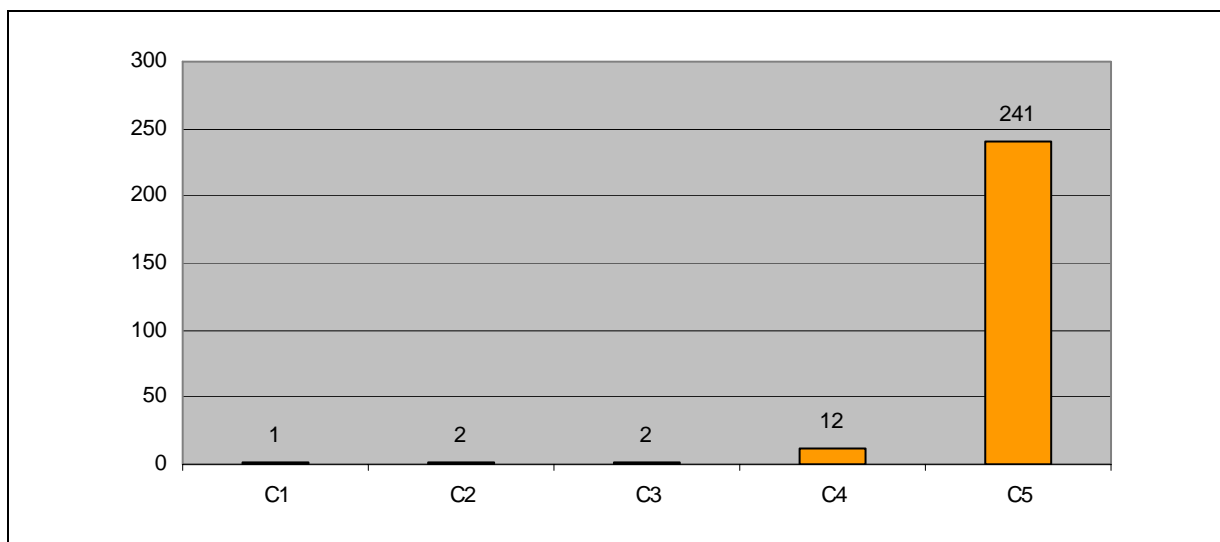


GRÁFICO 5 – Número de estabelecimentos segundo classes de indústrias, Araucária – 2002

FONTE: SEFA - Paraná

NOTA: dados trabalhados pela autora.

A TABELA 6 demonstra ainda que as classes C1 e C2, de maior contribuição, são compostas por indústrias ligadas aos gêneros química e metalúrgica e dentre as 17 mais representativas, classificadas de C1 a C4, 11

pertencem a estes gêneros. Tendo como referência a década de 1970, observa-se também que o processo de instalação de estabelecimentos vinculados a estes gêneros ocorreu de forma contínua ao longo dos últimos trinta anos.

TABELA 6 – CLASSES DE INDÚSTRIAS, EMPRESA, ATIVIDADE, DÉCADA DE INSTALAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO VA DE ARAUCÁRIA – 2002

CLASSE	EMPRESA	ATIVIDADE	DÉCADA
1 C1	Petróleo Brasileiro S. A – PETROBRAS	Química	1970
2 C2	Gerdau S. A.	Metalúrgica	1980
3 C2	Ultrafértil S. A.	Química	1970
4 C3	Berneck Aglomerados S. A.	Madeira	1990
5 C3	Imcopa Imp. Exp. e Indústria de Óleos Ltda	Química	1970
6 C4	Novozymes Latin América Ltda	Química	1980
7 C4	Cocelpa CIA de Celulose e Papel do Paraná	Papel e Papelão	1990
8 C4	CISA - CSN Indústria de Aços Revestidos S. A.	Metalúrgica	2000
9 C4	Synteko Produtos Químicos	Química	1990
10 C4	Companhia Siderúrgica Nacional	Metalúrgica	2000
11 C4	Ideal Standard Wabco Trane Ind. e Com. Ltda	Mecânica	2000
12 C4	SMA Demag Ltda	Mecânica	2000
13 C4	Risotolândia Ind. e Com. de Alimentos Ltda	Prod. Alimentares	1981
14 C4	Van Leer Embalagens Industriais do Brasil	Prod. Matéria Plástica	1990
15 C4	Dyno do Brasil S. A.	Química	1990
16 C4	Brafer Construções Metálicas S. A.	Metalúrgica	1980
17 C4	Adesi Indústria e Comércio de Adesivos Ltda	Química	1980

FONTE: SEFA - Paraná

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Através da análise dos dados apresentados depreende-se que, se a implantação da refinaria motivou a criação do CIAR, a desconcentração da indústria de bens intermediários, ocorrida no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, ajudou a consolidar o espaço industrial do município. A TABELA 7 e o GRÁFICO 6 reforçam esta conclusão ao demonstrarem que das 17 indústrias mais representativas, 15 são dinâmicas com predominância dos gêneros química e metalúrgica. A importância destas atividades na composição do VA municipal define o perfil produtivo característico do seu espaço industrial e indica sua especialização nestes gêneros.

TABELA 7 – ATIVIDADES MAIS SIGNIFICATIVAS QUANTO À PARTICIPAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO VA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – 2002

ATIVIDADE	Nº DE INDÚSTRIAS	VA (R\$)	PARTICIPAÇÃO NO VA TOTAL (%)
Produtos de matéria plástica	1	20.473.394,00	0,30
Produtos alimentares	1	22.309.822,00	0,32
Papel e papelão	1	33.755.193,00	0,49
Mecânica	2	49.657.291,00	0,73
Madeira	1	87.108.906,00	1,28
Metalúrgica	4	194.102.390,00	2,86
Química	7	6.259.366.160,00	92,49
TOTAL GERAL	17	6.666.773.156,00	100,00

FONTE: SEFA - Paraná

NOTA: dados trabalhados pela autora.

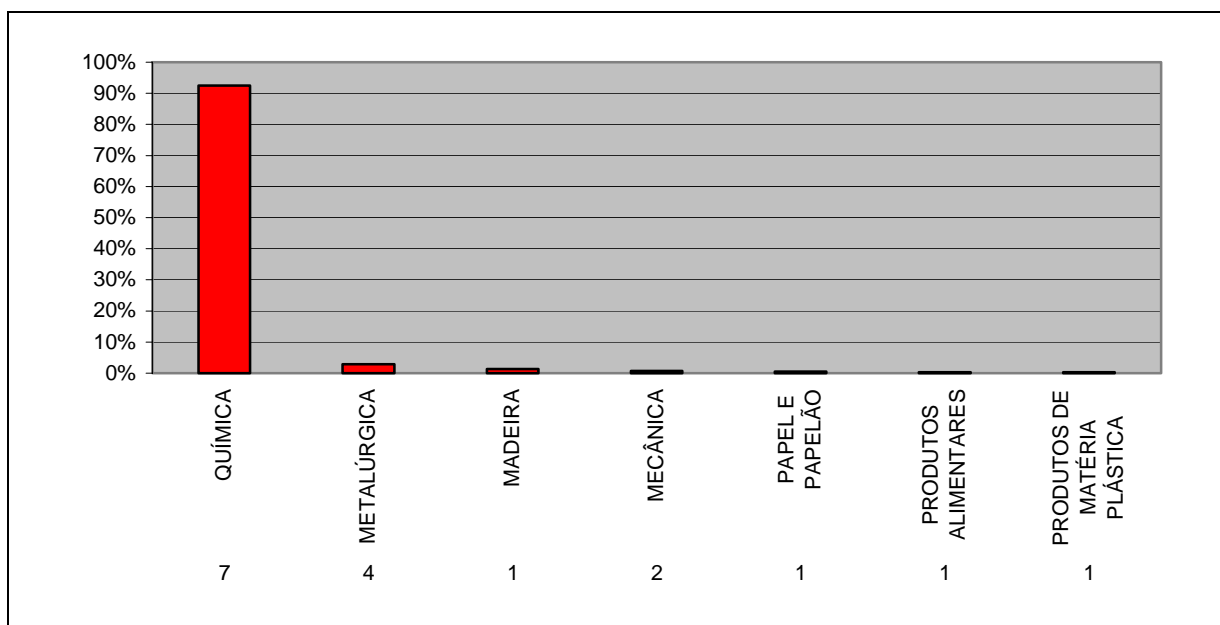


GRÁFICO 6 – Gêneros de atividades mais significativos quanto à participação na composição do VA municipal de Araucária – 2002

FONTE: SEFA - Paraná

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Ao se excluir a REPAR da análise, observa-se na TABELA 8 e no GRÁFICO 7, que embora não se altere a ordem de classificação das atividades industriais mais significativas na participação da composição do VA municipal, a indústria química com 36,42%, não apresenta uma posição tão diferenciada, identificando-se maior equilíbrio entre ela e a metalúrgica 25,61%, e ganhando destaque a da madeira com 11,75%.

TABELA 8 – ATIVIDADES MAIS SIGNIFICATIVAS QUANTO À PARTICIPAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO VA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA EXCLUSIVE A REPAR – 2002

ATIVIDADE	Nº DE INDÚSTRIAS	VA (R\$) EXCLUSIVE REPAR	PARTICIPAÇÃO NO VA EXCLUSIVE REPAR (%)
Produtos de matéria plástica	1	20.473.394,00	3,1803
Produtos alimentares	1	22.309.822,00	3,6148
Papel e papelão	1	33.755.193,00	5,2347
Mecânica	2	49.657.291,00	6,6934
Madeira	1	87.108.906,00	11,7571
Metalúrgica	4	194.102.390,00	25,6160
Química	6	286.824.704,00	36,4228
TOTAL SEM REPAR	16	787.484.952,00	100,0000

FONTE: SEFA - Paraná

NOTA: dados trabalhados pela autora.

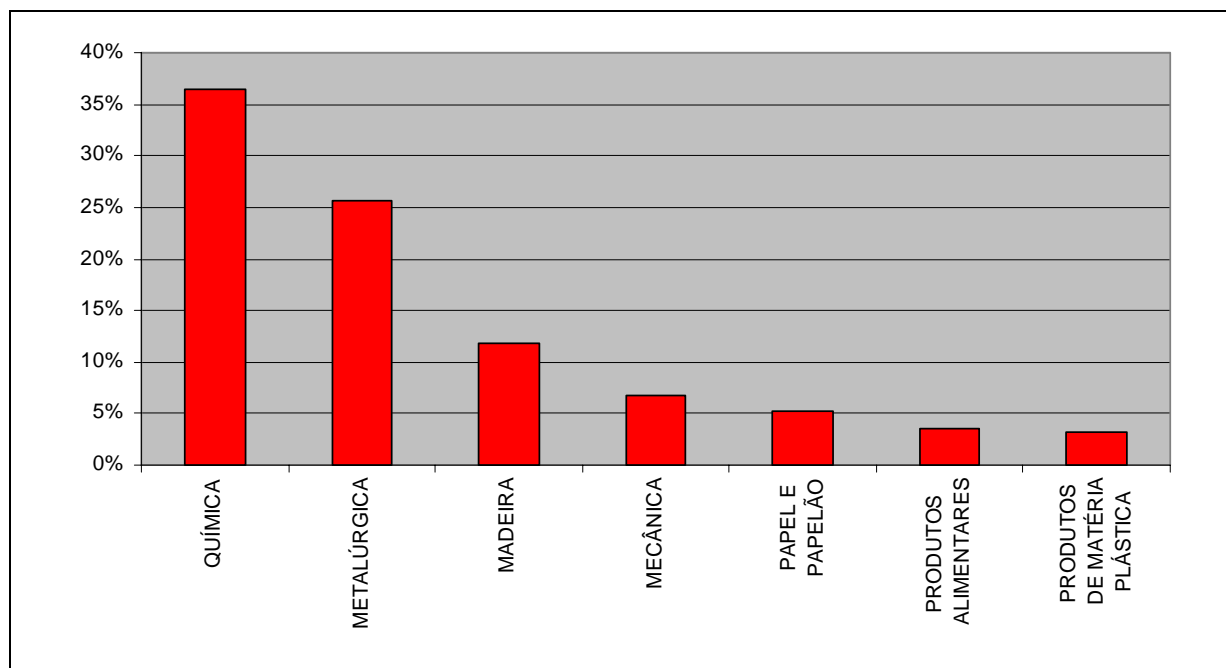


GRÁFICO 7 – Gêneros de atividades mais significativos quanto à participação na composição do VA municipal de Araucária exclusive REPAR – 2002

FONTE: SEFA - Paraná

NOTA: dados trabalhados pela autora.

DAVIDOVICH (2004, p. 218) ressalta que indústrias petroquímicas, siderúrgicas e automobilísticas caracterizam-se pela formação de núcleos produtivos verticalizados, predominando o estabelecimento de relações com suas unidades e seus fornecedores e originando poucas articulações horizontais capazes de integrá-las a outras indústrias e atividades locais. Esta afirmação aproxima-se da realidade encontrada em Araucária quando se verifica que das 258 indústrias instaladas, 11 vinculadas ao gênero química e metalúrgica, são responsáveis por 95,58% do total do VA municipal produzido, enquanto 4,42% deriva-se dos demais 247 estabelecimentos, cujas atividades predominantes estão ligadas aos gêneros mobiliário e produtos alimentares. Esta característica demonstra a baixa articulação ou mesmo inexistência de possíveis encadeamentos produtivos entre as classes C1 e C5 no interior do espaço do CIAR.

Os dados e as reflexões apresentadas no capítulo demonstram que o desenvolvimento industrial ocorrido no município a partir da década de 1970 teve origem num conjunto de ações que não foram formuladas a partir de uma iniciativa local ou de uma dinâmica econômica própria. Muito pelo contrário, a compreensão do processo ocorrido no município associa-se ao fenômeno de instalação da indústria dinâmica no Paraná, e numa escala ampliada, a uma nova fase de

industrialização nacional ocorrida a partir daquela década. Neste processo o Estado desempenhou papel fundamental na transformação da estrutura produtiva do município, através da decisão da instalação da refinaria, e cuja importância manifesta-se pelo destaque assumido pela indústria na economia local e regional.

Com o objetivo de reconhecer a articulação entre indústria e produção do espaço e referenciando-se em DAVIDOVICH (2004, p. 214) é importante lembrar que o papel das indústrias petroquímicas, siderúrgicas e automobilísticas, consideradas estratégicas para a economia do país, significou “a sustentação de uma espacialidade específica de periferias metropolitanas como áreas adequadas para a produção de escala”. Elas representaram marcos da endogeneização das cadeias produtivas no país, que tem na afirmação deste perfil industrial uma relação direta com a criação das primeiras regiões metropolitanas brasileiras. A autora afirma ainda ser possível relacionar a instalação destas atividades com a transformação destes espaços em locais privilegiados de produção e consumo. Além disso, ressalta que tais indústrias têm desempenhado um papel de estruturadoras de entornos e periferias metropolitanas em aglomerações como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Curitiba. Por se tratarem de estabelecimentos de grande porte constituem elementos de diferenciação espacial e social, cujas atividades acabaram produzindo espaços característicos, estabelecendo a reestruturação urbana dos lugares onde se instalaram.

Para atingir os objetivos da pesquisa e limitando-se ao estudo do fenômeno ocorrido no município de Araucária, este processo de reestruturação sócio espacial será objeto de investigação no capítulo seguinte.

### 3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A ESTRUTURA URBANA DE ARAUCÁRIA

O histórico e os elementos expostos no capítulo anterior demonstram que a década de 1970 representou uma nova fase de industrialização no Paraná, que teve no aglomerado metropolitano de Curitiba, especificamente nos municípios de Curitiba e Araucária, o lócus privilegiado dos investimentos. Articulado a este processo, no mesmo período, a cidade<sup>23</sup> de Araucária vivenciou um acelerado processo de urbanização, responsável por alterar a produção e a forma do seu espaço intra-urbano.

DAVIDOVICH (2004, p. 220) aponta que historicamente as indústrias têm sido responsáveis por desencadear o crescimento urbano do local onde se instalam, exercendo um papel relevante na diferenciação do espaço das periferias metropolitanas brasileiras. Em Araucária, tanto o crescimento industrial quanto a urbanização ocorridos nesta década relacionam-se a transformações sócio-espaciais, cujas origens extrapolam a escala municipal e vinculam-se a fenômenos regionais e nacionais.

Levando em conta as relações entre escalas e a urbanização, SPOSITO (2004, p. 307) ressalta que:

... na cidade atual, mais do que em qualquer período da História, as relações que se estabelecem entre diferentes escalas influenciam diretamente a estruturação dos espaços intra-urbanos: de um lado porque há interesses de ordem distante (global, supranacional ou nacional); de outro porque os atores locais redefinem esses conteúdos para estimular as relações em diferentes escalas, sempre na perspectiva de ampliação de seus mercados e/ou de seus espaços de atuação política.

Partindo-se das transformações ocorridas no âmbito do país, observa-se na TABELA 9 que a partir de meados do Século XX, acompanhando a ascensão do setor industrial na economia brasileira, elevaram-se as taxas de crescimento da população urbana e houve uma redução da população rural no Brasil.

---

<sup>23</sup> O conceito de cidade aqui utilizado aproxima-se daquele defendido por SPOSITO (2004, p. 38), entendido como a expressão de cada corte de tempo da urbanização, somatória desigual destes tempos e simultaneamente condição para a continuidade desse movimento. Considerando urbanização, processo e movimento de transformação, a perspectiva conceitual de cidade é compreendida pelo seu espaço ↔ tempo e pela dialética rural ↔ urbano, entendendo que o vetor deste movimento é dado pelas mudanças na divisão social e territorial do trabalho. Assim a abordagem teórica utilizada para conceituar o termo, ressalta a necessidade de reconhecer a cidade como realidade material mas não como paisagem estática.

TABELA 9 – TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NO BRASIL – 1940/2000

ANOS	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)		
	Situação de domicílio		Total
	Urbana	Rural	
1940/1950	3,91	1,60	2,39
1950/1960	5,15	1,55	2,99
1960/1970	5,22	0,57	2,89
1970/1980	4,44	0,62	2,48
1980/1991	2,97	-0,67	1,93
1991/2000	2,45	-1,32	1,63

FONTE: IBGE – Censos Demográficos

No Paraná, cujo território também foi incorporado ao mesmo processo demográfico ocorrido em nível nacional, a inversão dos padrões de crescimento observados para as populações urbana e rural deu-se a partir da década de 1970 (TABELA 10). A aceleração da urbanização acompanhou o desenvolvimento industrial do estado e a migração campo – cidade, provocada pela crise do café nas décadas de 1960/1970 e pela modernização da agricultura, de acordo com o processo já descrito no Capítulo 1.

Observa-se ainda na TABELA 10 que a dinâmica demográfica ocorrida no Paraná a partir de 1970, além do aumento dos domicílios urbanos foi seguida da redução significativa das taxas de crescimento populacional no contexto geral do estado. Para ULTRAMARI e MOURA (1994, p. 6) o expressivo crescimento da participação da população urbana no estado a partir desta década, marca a inserção do fenômeno de metropolização no processo de urbanização paranaense. Para DELGADO, DESCHAMPS e MOURA (2004, p. 1) a metropolização no Paraná caracterizou-se por um elevado processo de concentração urbana, em ritmo acelerado e em curto espaço de tempo, onde Curitiba e as áreas limítrofes constituíram o principal destino dos migrantes.

TABELA 10 – TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NO PARANÁ – 1940/2000

ANOS	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)		
	Situação de domicílio		Total
	Urbana	Rural	
1940/1950	5,84	5,54	5,61
1950/1960	9,31	6,33	7,16
1960/1970	6,73	4,10	4,97
1970/1980	5,97	3,32	0,97
1980/1991	3,01	-3,03	0,93
1991/2000	2,58	-2,62	1,39

FONTE: IBGE – Censos Demográficos

Em função de estar no aglomerado metropolitano, o mesmo fenômeno demográfico ocorrido no estado foi observado na escala local. Os dados do GRÁFICO 8 demonstram que em Araucária o incremento em número de habitantes e a inversão dos índices de crescimento das populações urbana e rural ocorreram também a partir da mesma década, confirmando o seu significado como marco temporal fundamental para a compreensão do processo sócio-espacial estudado.

As transformações econômicas e sociais ocorridas a partir deste período significaram, portanto, a incorporação do território municipal a um fenômeno de reestruturação do espaço metropolitano, que alterou o processo local de produção do espaço e cuja dinâmica pretende-se compreender neste capítulo.

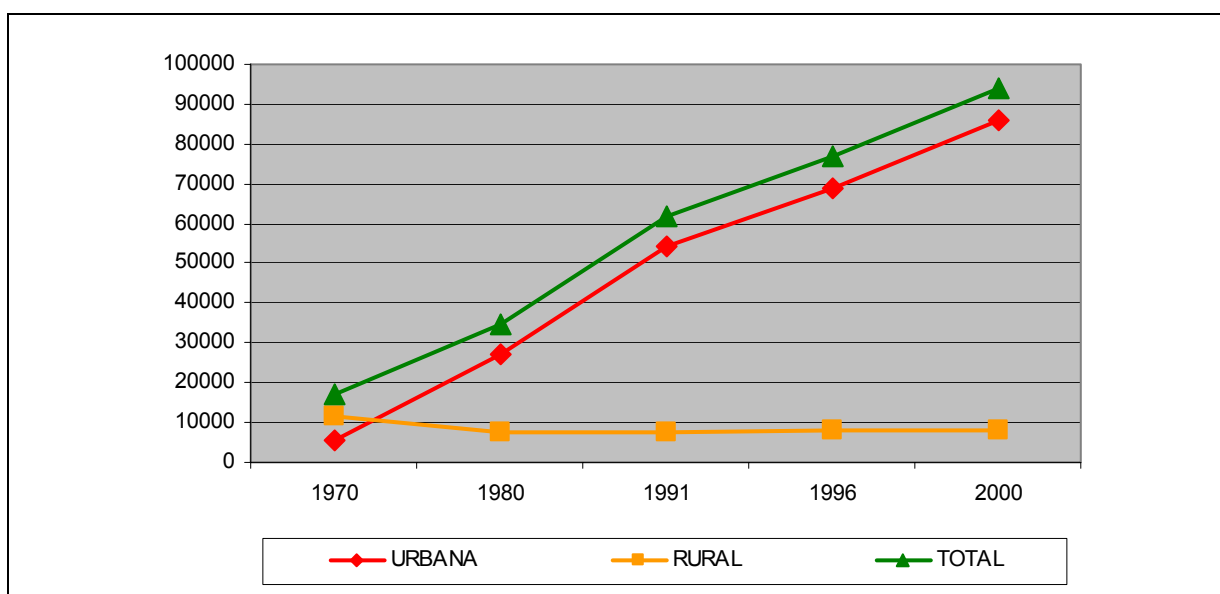


GRÁFICO 8 – Crescimento demográfico do município de Araucária – 1970/2000

FONTE: IBGE – Censos Demográficos.

NOTA: dados trabalhados pela autora.

A co-existência de fenômenos sócio-espaciais, ocorridos tanto na escala municipal quanto na metropolitana, apontam para a necessidade de tratar Araucária como parte de um todo maior e mais complexo, o aglomerado metropolitano de Curitiba. Esta intrínseca relação entre escalas está materializada espacialmente pela mancha contínua de ocupação metropolitana, observando-se a intensificação do processo a partir de 1970 (FIGURA 4). Percebe-se, a partir desta década, a aceleração do ritmo de expansão deste território, que em apenas vinte anos invade os limites administrativos dos municípios contíguos à Curitiba, tornando explícita a dinâmica de consolidação do processo de metropolização.



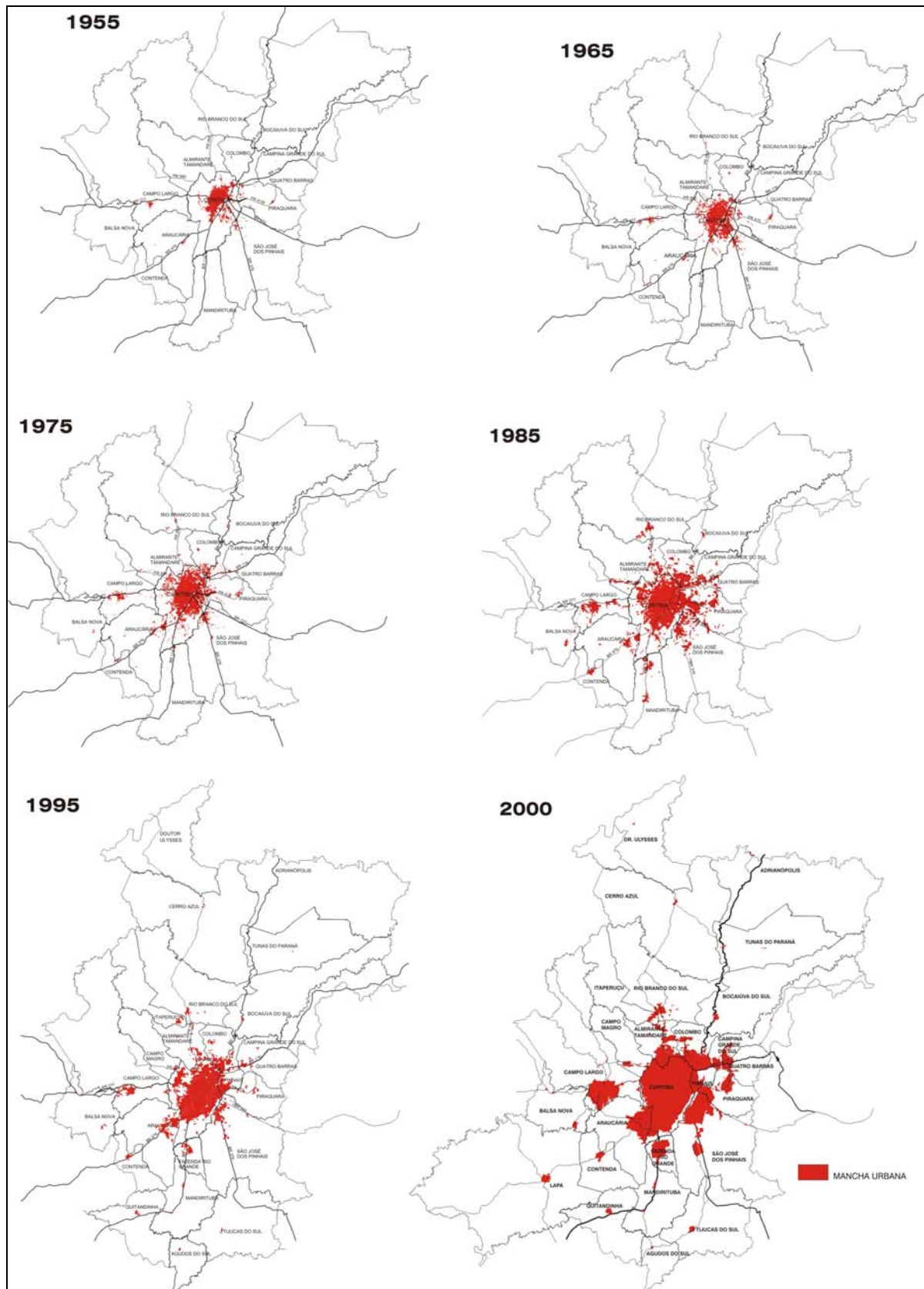


FIGURA 4 – Mancha de ocupação da RMC – 1955/2000  
 FONTE: COMEC

A partir da explicitação deste fenômeno, identifica-se uma questão fundamental que estará presente ao longo do desenvolvimento de toda a análise. Apesar da existência legal de limites territoriais, cada um dos municípios que compõem o aglomerado pertence a um espaço único no qual se concretizam múltiplas relações sociais, econômicas e espaciais, vinculadas ao fato metropolitano. Ao mesmo tempo que uma, enquanto processo, a metrópole encontra-se também fracionada, pois contraditoriamente sua gestão está atrelada à autonomia político-administrativa de cada um dos entes que a compõem. Levando em conta esta realidade, acredita-se que ao longo da análise temporal e espacial do processo de estruturação intra-urbana<sup>24</sup> do município tal contradição se manifestará.

O estudo do fenômeno de estruturação do espaço intra-urbano de Araucária terá como perspectiva uma análise histórica e geográfica da sua morfologia urbana<sup>25</sup>, e procurará explicitar a lógica e a dinâmica responsável por sua gênese e seu desenvolvimento. Assim, além da intrínseca relação entre escalas, procurar-se-á demonstrar que as formas urbanas produzidas ao longo do tempo derivam-se das estratificações sociais e do desnível de poder econômico e político entre as classes, que se articulam com o espaço através do setor da propriedade, expressando o que VILLAÇA (1998, p. 33) define como dominação que se dá por meio do espaço urbano.

Finalmente, a articulação entre indústria e produção do espaço se referenciará na análise crítica do fenômeno sócio-espacial que, como propõe GOTTDIENER (1997, p. 267), entende a origem dos padrões de espaço de assentamento como fruto de um sistema de organização social, estruturado tanto vertical quanto horizontalmente e que chamar de “capitalista” o motivo produtor do espaço não significa dizer que as relações características a este modo de produção se refletem nas formas urbanas através de uma relação de causa e efeito, mas são produtos de relações contraditórias nem sempre funcionais ao capitalismo.

---

<sup>24</sup> O uso do termo intra-urbano significa que a análise da reestruturação espacial ocorrida terá como referência as condições de deslocamento dos seres humanos, sejam eles portadores da mercadoria, força de trabalho ou consumidores, aproximando-se do conceito utilizado por VILLAÇA (1998, p. 19) e diferenciando-se dos estudos de estruturação do espaço regional que privilegiam o deslocamento de informações, energia, capital e mercadorias em geral.

<sup>25</sup> A compreensão aceita pela pesquisa é de que o conceito de morfologia urbana não se limita ao estudo da configuração espacial de uma determinada forma urbana, e como sintetiza SPOSITO (2004, p. 69) entende que seu estudo deve incorporar “a maneira como as sociedades as produzem e delas se apropriam, no tempo e no espaço”.

### 3.1 A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO INTRA-URBANO

Este item privilegiará o estudo da estruturação do espaço intra-urbano de Araucária através da identificação e da localização dos sub-espacos que caracterizam a sua morfologia urbana e subsidiará a análise seguinte, onde serão identificadas as forças orientadoras do processo de produção do espaço urbano nas últimas três décadas, responsáveis pela (re)estruturação<sup>26</sup> espacial havida.

A ocupação do território municipal tem sua origem no século XVII, e daquela época até os dias de hoje, integrou ciclos econômicos importantes para a história do Paraná e região: o Tropeirismo<sup>27</sup> no século XVIII, o Ciclo do Mate e a política de imigração do Governador Lamenha Lins no século XIX, bem como a industrialização da Região Metropolitana de Curitiba ocorrida no século XX. Cada um destes distintos momentos da história acompanhou a formação de diferentes formas urbanas que contribuíram para definir a atual estrutura espacial, caracterizada sinteticamente pelos seguintes sub-espacos (MAPA 5):

- a) centro urbano tradicional<sup>28</sup>, que corresponde ao assentamento urbano original, localizado no extremo oeste do perímetro urbano, implantado às margens da Estrada Geral Curitiba – Lapa no Século XVIII e que desde o início da ocupação encontrou como barreira natural para expansão o Rio Iguaçu;
- b) Colônia Thomaz Coelho, criada no século XIX a nordeste do centro urbano tradicional nos limites com o município de Curitiba, próxima à Estrada Geral Curitiba – Lapa, que foi incorporada ao perímetro urbano na década de 1970;

---

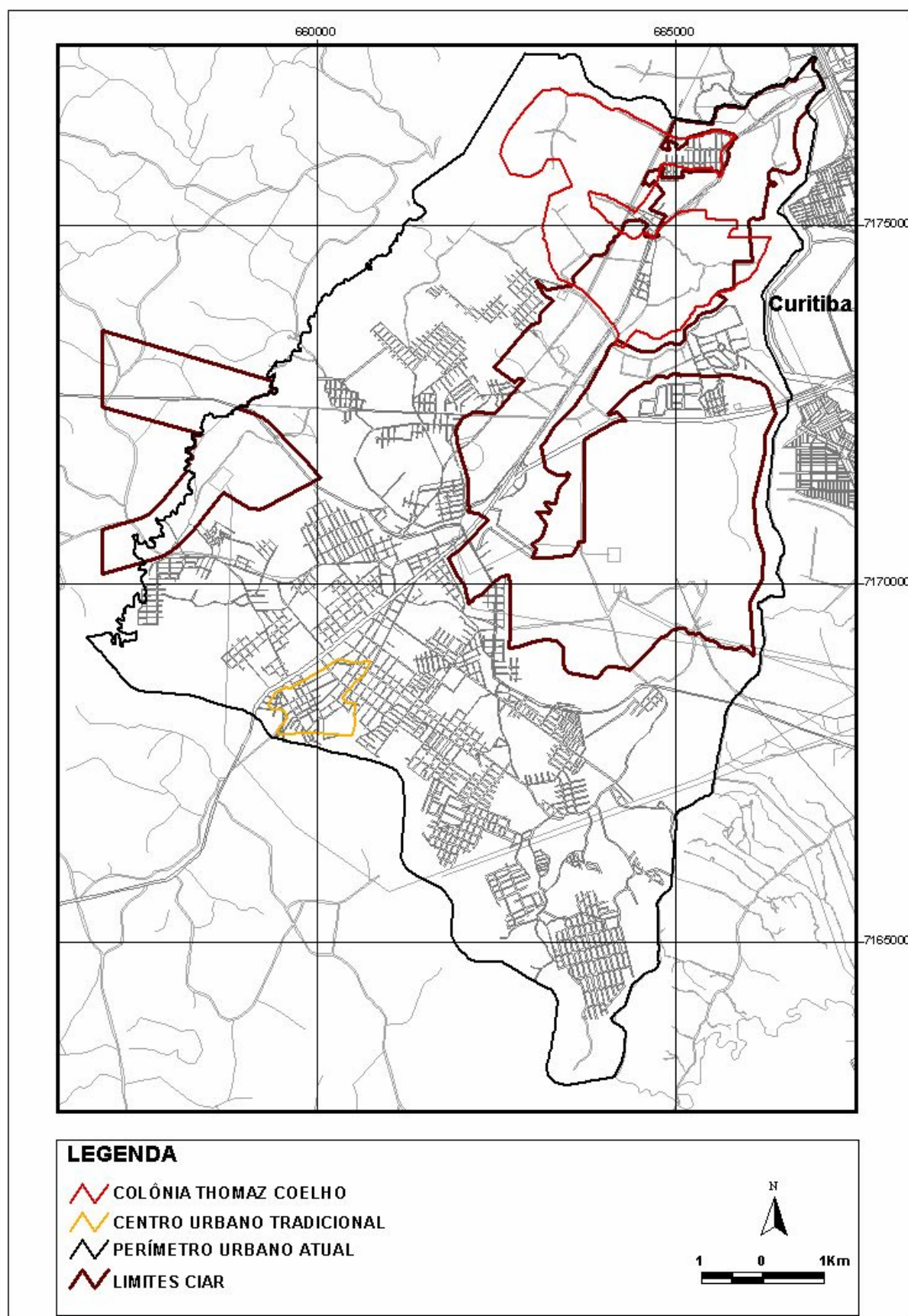
<sup>26</sup> Com o objetivo de diferenciar os termos estruturação e estrutura urbana, SPOSITO (2004, p. 312) define o primeiro como um processo contínuo, múltiplo e contraditório e o segundo como expressão momentânea do primeiro, redefinida não apenas pela expansão territorial ou pelo acréscimo de novos usos do solo, mas também por desestruturações. Já o termo reestruturação, para a autora, deve ser utilizado para identificar períodos nos quais o conjunto de mudanças que orienta os processos de estruturação urbana foi amplo e profundo.

<sup>27</sup> Importante atividade econômica ocorrida no século XVIII baseada na criação, transporte e comércio de mulas, cavalos e éguas que eram levadas do Rio Grande do Sul para serem vendidas na feira de Sorocaba - São Paulo, e de lá seguiam para a região de Minas Gerais para apoiar a exploração do ouro. (PARANÁ, 1993, p. 23)

<sup>28</sup> Após a reestruturação intra-urbana ocorrida a cidade continuou possuindo o mesmo centro urbano, todavia para identificar esta espacialidade na pesquisa será utilizado o termo “centro urbano tradicional”. Avaliou-se como necessária esta designação pelo fato de também existir um bairro denominado “centro” cujo recorte espacial não coincide com o do centro urbano tradicional.

- c) CIAR, implantado na década de 1970 a nordeste do centro urbano tradicional, limítrofe à CIC, que se estruturou ao longo de importantes vias de ligação regional: Estrada Geral Curitiba – Lapa, atual Avenida das Araucárias, BR 476 – Rodovia do Xisto e Ferrovia Engenheiro Bley;
- d) loteamentos residenciais populares surgidos a partir da década de 1970 que ocuparam prioritariamente a região sudeste e parte da região noroeste da área urbana.

A investigação da formação de cada uma destas espacialidades conduzirá o processo de análise do fenômeno de estruturação intra-urbana, entendido como produto da ação de diversas forças que agem sobre o espaço em sentidos, intensidades e tempos variados através de um movimento cotidiano e constante. Para tanto, torna-se necessário esclarecer que os modelos gráficos apresentados, com o objetivo de ilustrar cada uma das fases da sua estrutura urbana, apesar de significarem um corte neste movimento, serão úteis metodologicamente para descrever e compreender a evolução do processo.



MAPA 5 – Limites e localização do centro urbano tradicional, da Colônia Thomaz Coelho e do CIAR, Araucária - 2005

FONTES: VILA DE ARAUCÁRIA. **Quadro urbano e rocio da Vila de Araucária. Araucária, 1890.** 1 mapa: preto e branco.; 100 x 68 cm. Escala 1:2000; WACHOWICZ, R. C. **Tomás Coelho uma comunidade camponesa.** Curitiba: Real, 1977.

NOTAS: dados trabalhados pela autora.  
Editoração: Helena Lisboa.



No século XVIII, a circulação de tropeiros<sup>29</sup> pela Estrada Geral Curitiba – Lapa foi responsável pela localização do centro urbano tradicional de Araucária. A intensificação desta atividade econômica, de acordo com PARANÁ (1993, p. 23) fez com que os tropeiros passassem a contar com serviços que surgiam nos povoados que se formavam ao longo dos caminhos ou em torno das invernadas<sup>30</sup> e foi responsável pelo surgimento de várias cidades nos estados do Sul e do Sudeste do país. O movimento de tropas que circulavam ao longo da Estrada Geral e cruzavam o Passo das Laranjeiras<sup>31</sup>, induziu assim o surgimento de atividades de pouso e comércio dando origem ao assentamento urbano primitivo (FIGURA 5).



FIGURA 5 – Antiga estrada geral Curitiba-Lapa, rio Iguaçu e centro urbano tradicional de Araucária - 2003  
FONTE: SMPL – Prefeitura do Município de Araucária

O centro urbano original desenvolveu-se num ponto alto da topografia, na margem direita do Rio Iguaçu, ladeando a Estrada Geral Curitiba – Lapa. Ao longo deste caminho, que cruzava o assentamento no sentido sudoeste – nordeste, foram

---

<sup>29</sup> “As atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo, desenvolvidas a partir da primeira metade do século XVIII, ao longo dos Caminhos das Tropas, marcaram profundamente a história da região atravessada por esses roteiros, determinaram a particular ocupação do espaço, induziram o surgimento de assentamentos urbanos e núcleos agro-pastoris, influenciaram o modo de vida, os costumes e as tradições da população aí estabelecida”. (PARANÁ, 1989, p. 11)

<sup>30</sup> Fazendas formadas ao longo do caminho das Tropas com o objetivo de alimentar e dar pouso aos animais que eram trazidos do sul. (PARANÁ, 1993, p. 23)

<sup>31</sup> Nome como era conhecido no século XVIII o passo de tropas sobre o Rio Iguaçu, que permitiu o acesso, nesta região do estado do Paraná, dos Tropeiros que vinham da cidade da Lapa em direção à capital Curitiba.

edificadas a praça da igreja matriz e as edificações originais durante o primeiro século de ocupação urbana (FIGURA 6).



FIGURA 6 – Situação do centro urbano tradicional de Araucária - 2004

FONTE: SMPL - Prefeitura do Município de Araucária

NOTAS: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Tarquino Luis Silveira da Mota.

A barreira física representada pelo Rio Iguaçu, com seu extenso vale e suas várzeas alagáveis e a relação econômica e social estabelecida entre a Freguesia do Iguaçu<sup>32</sup> e a capital Curitiba, definiram a localização, a direção e o ângulo prioritário de expansão urbana, que desde o início do assentamento apresentou como tendência de propagação o sentido leste. VILLAÇA (1998, p. 116) defende que o “lado” do espaço urbano com menor tempo de deslocamento em relação ao centro principal acaba se configurando no “lado” mais vantajoso sob o ponto de vista da acessibilidade. Desta forma o “lado” ao leste do Passo das Laranjeiras, onde se consolidou o centro urbano tradicional, representava o local com custos e tempos de

<sup>32</sup> Nome original do assentamento urbano.

deslocamento mais vantajosos em relação à capital, destino dos tropeiros que cruzavam o rio. A partir desta dinâmica, tendo como referência o centro original, o espaço intra-urbano passa a se desenvolver num raio de aproximadamente 180°, direção de expansão que se mantém até os dias atuais, como pode ser observada na síntese das estruturas espaciais consolidadas ao longo do tempo (FIGURA 7).

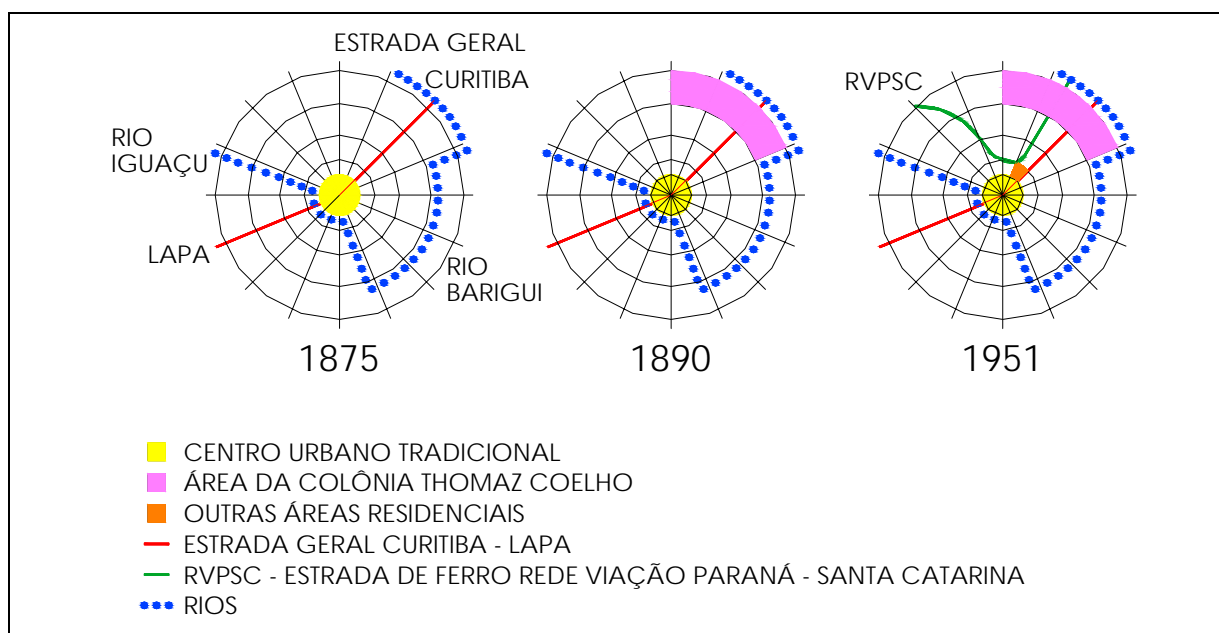


FIGURA 7 – Estruturas espaciais do primeiro século de ocupação de Araucária – 1875/1951<sup>33</sup>

FONTE: SMPL – Prefeitura Municipal de Araucária

NOTAS: dados trabalhados pela autora.

Metodologia de análise baseada em: VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: S. Nobel, 1998. 373 p.

Até o final do século XIX o centro original, com aproximadamente 17 quadras divididas em 202<sup>34</sup> lotes, era ocupado por poucas edificações presentes apenas no entorno da Praça Matriz e constituía o único núcleo de assentamento dentro do atual perímetro urbano. No ano de 1876, por iniciativa do governo do estado foi implantada nos limites com Curitiba (FIGURAS 7 e 8) uma colônia de imigrantes poloneses denominada Thomaz Coelho.

<sup>33</sup> O esforço de síntese das várias fases da estruturação intra-urbana foi elaborado a partir do modelo de setores de círculo desenvolvido por Hoyt (1959). Por tratar-se de um modelo sintetizador, tem-se consciência de que o espaço estudado terá suas formas simplificadas e será reduzido a seus elementos fundamentais, todavia, a utilização do modelo pretende apenas descrever o processo de expansão territorial urbana e explicitar a morfologia característica. Como observa VILLAÇA (1998, p. 114), “a metodologia científica não pode prescindir de boas observações, descrições e classificações de processos. Uma observação defeituosa leva a uma explicação igualmente defeituosa.”

<sup>34</sup> Dados obtidos na. Planta do quadro urbano e rocio da Vila de Araucária. (ARAUCÁRIA, 1890).



A criação da Colônia Thomaz Coelho vinculou-se à implementação de uma política de imigração elaborada pelo então Governador Lamenha Lins no ano de 1875. Motivada pela carência de mão-de-obra na lavoura, em função do fim da escravidão e do envolvimento da maioria da população paranaense na extração e exportação da erva mate, esta política tinha como objetivo resolver uma grave crise de abastecimento de gêneros alimentícios vivida pela região de Curitiba. Para tanto, a estratégia adotada pelo governo baseou-se na implantação de núcleos coloniais agrícolas no entorno da capital<sup>35</sup> com o principal objetivo de suprir a falta de trabalhadores que se dedicassem à agricultura de subsistência.

O estado definia a localização e o plano de arruamento das colônias e cabia aos imigrantes a aquisição dos lotes e a implantação das vias. Neste processo o governo do estado aparece como a força responsável por alterar a dinâmica de estruturação do espaço municipal. Com o objetivo de resolver um problema que afetava a região, este agente define e executa uma política, que em poucos anos alterou o processo social de produção do espaço intra-urbano e regional.

Em função das características do projeto, a área definida para Thomaz Coelho não tinha contigüidade física com o centro urbano tradicional e sua via principal, com 10 Km de extensão, conectava-se nos extremos norte e sul com a Estrada Geral que ligava Curitiba a Araucária e a Lapa (FIGURA 7 e MAPA 5).

A origem e o local de implantação da colônia expressam a importância das localizações na estruturação do espaço intra-urbano, que para VILLAÇA (1998, p. 23) caracterizam-se pela existência de relações que inexistem sem um tipo especial de contato envolvendo os deslocamentos dos produtos e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo. No processo de constituição da Colônia Thomaz Coelho, a escolha do sítio priorizou a proximidade e a facilidade de acesso com o mercado consumidor de Curitiba, condição fundamental para viabilizar a comercialização dos produtos agrícolas que seriam ali produzidos, tornando secundária a necessidade do projeto em garantir relações espaciais com o centro urbano de Araucária, então existente.

---

<sup>35</sup> Através da política de imigração do Governador Lamenha Lins, foram fundadas várias colônias nos arredores da cidade de Curitiba. Estes núcleos, implantados em áreas pertencentes aos municípios de Curitiba, São José dos Pinhais (do qual Araucária fazia parte), Campo Largo, Lapa e Bocaiúva do Sul, deram origem mais tarde a vários bairros da capital e a cidades hoje integrantes da RMC.

O surgimento da Colônia de imigrantes provocou a primeira diferenciação no padrão urbanístico das áreas que hoje integram o perímetro urbano do município. Estas diferenças são identificadas através da comparação entre as áreas totais parceladas e o tamanho médio dos lotes que compunham o centro urbano existente em 1875 e a colônia recém implantada, e são derivadas dos distintos usos do solo destas espacialidades (TABELA 11).

TABELA 11 – ÁREA PARCELADA E PADRÃO DE PARCELAMENTO, ARAUCÁRIA -1875

	Área Total (m2)	Tamanho médio de lotes (m2)	Número de lotes
Área ocupada pelo centro urbano tradicional	771.496	800	202
Colônia Thomaz Coelho	6.947.636	65.000	149

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Originalmente rural, um século após sua criação, Thomaz Coelho foi incorporada à área urbana de Araucária, abrigando em parte das suas terras o CIAR, cuja estrutura fundiária foi marcada pela pré-existência da Colônia. A outra parte, foi incorporada à Área de Proteção Ambiental do Rio Passaúna<sup>36</sup>, e nas terras que não ficaram submersas na formação do lago do reservatório de abastecimento, mantiveram-se praticamente inalteradas as características do parcelamento colonial.

A presença da via de ligação regional (FIGURA 7) foi responsável pela localização do centro urbano tradicional e da Colônia Thomaz Coelho e orientou a direção da expansão urbana no sentido nordeste. Do final do século XIX até a década de 1970, a área atualmente definida como urbana caracterizava-se pela existência desses dois assentamentos, que ao longo de setenta anos mantiveram suas características espaciais originais.

No início da década de 1970, marco temporal fundamental para a pesquisa, a criação da RMC e a implementação da política de industrialização da região, que culminaram com a instalação da refinaria de petróleo e a criação do CIAR, introduziram importantes transformações nas relações de produção e consumo do seu espaço intra-urbano. Para compreender este processo, responsável por desencadear a reestruturação espacial da cidade, torna-se fundamental ressaltar a pré-existência de alguns elementos espaciais relevantes: a ocorrência de áreas

<sup>36</sup> Criada a partir da implantação da Represa do Passaúna faz parte do sistema de abastecimento integrado de água da RMC administrado pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) que iniciou sua operação no ano de 1989.

aptas para uso industrial nos limites com Curitiba, a existência de áreas urbanas ainda não parceladas e sem ocupação entre o centro tradicional e a zona industrial, e a presença de vias regionais de acesso (BR - 476 e ferrovia Engenheiro Bley), conectando estes dois sub-espacos.

A instalação do CIAR concretizou-se espacialmente através da delimitação legal de uma área a nordeste do centro urbano tradicional (FIGURA 8), definida com uso predominantemente industrial que, contígua à CIC, criada na mesma época, configurou o espaço prioritário de instalação da indústria dinâmica no aglomerado metropolitano até o final da década de 1990. A definição da localização do CIAR, vinculada a interesses que extrapolaram a escala local e potencializados pela pré-existência da acessibilidade, independeram da ocorrência dos espaços que até então compunham sua estrutura intra-urbana: o centro tradicional e a colônia de imigrantes.

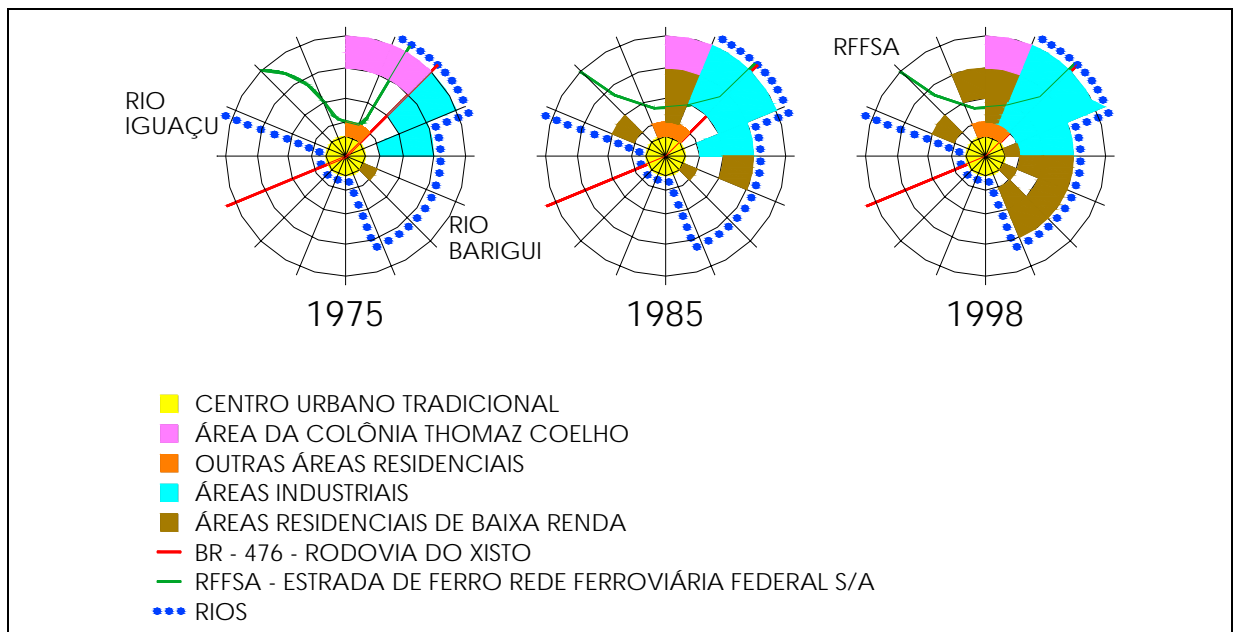


FIGURA 8 – Estrutura espacial após a instauração do processo de desenvolvimento industrial, Município de Araucária – 1975/1998

FONTE: SMPL – Prefeitura Municipal de Araucária

NOTAS: dados trabalhados pela autora.

Metodologia de análise baseada em: VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: S. Nobel, 1998. 373 p.

O diferencial apresentado pelo vetor oeste do aglomerado, capaz de torná-lo potencialmente atrativo para a instalação da indústria, além de características

ambientais<sup>37</sup>, explica-se pelo fato dos espaços onde se localizam a CIC e o CIAR serem cortados por uma importante rede de circulação rodoviária e ferroviária, com possibilidade de acesso a outros estados, ao Porto de Paranaguá e a países da América do Sul. Tais características comprovam a afirmação de VILLAÇA (1998, p. 138) de que a instalação de indústrias voltadas para o mercado interurbano tem a escolha da sua localização ditada também por interesses interurbanos. Ou seja, a partir deste período os interesses na localização das indústrias que viriam a se instalar no município passam a ser orientados por forças e dinâmicas que não encontram explicação no plano local. Nesta nova conjuntura, já explicitada no Capítulo 1, alteraram-se a escala dos investimentos e os mercados a serem atingidos pelos empreendimentos industriais recém chegados, introduzindo mudanças no processo de produção do espaço.

Em função destas características, a observação da FIGURA 8 demonstra que o local de implantação do CIAR representou um fato espacial fundamental para a compreensão do processo de estruturação intra-urbana de Araucária. Em trinta anos, a força econômica da indústria materializada espacialmente pelo CIAR e pela CIC, consolidou e acelerou a tendência já existente de expansão da malha urbana no sentido nordeste em direção ao pólo da metrópole.

VILLAÇA (1998, p. 140) defende que, tanto na escala local quanto na metropolitana, as zonas industriais e a região de concentração das classes de mais alta renda constituem os elementos mais poderosos nos processos de estruturação do espaço intra-urbano no Brasil. Os demais sub-espços são mais influenciados por eles do que vice-versa e conclui afirmando que tal poder se dá pela independência destes elementos na produção de suas localizações. Para a indústria esta escolha é determinada por forças externas e para as classes de mais alta renda é ditada pelos interesses de consumo que se concretizam através do poder que exercem sobre o setor imobiliário.

Para o autor, estas forças têm historicamente estruturado as cidades e regiões metropolitanas brasileiras, afirmação que pode ser comprovada pelo fenômeno ocorrido em Araucária. Observa-se na FIGURA 8 que o centro urbano tradicional e o centro industrial mantiveram-se preservados dos empreendimentos

---

<sup>37</sup> Segundo FIRKOWSKI (2001, p. 3) à leste da RMC estão localizados os principais mananciais de água da região e um conjunto de importantes rios. Estes condicionantes ambientais induziram o planejamento metropolitano, elaborado no final da década de 1970, a estimular a instalação industrial a oeste como forma de evitar possíveis conflitos de usos e atividades.

imobiliários, surgidos após 1970, destinados para loteamentos populares. O espaço residencial das classes de mais baixa renda ocupou prioritariamente os loteamentos parcelados nos setores sudeste e parte do norte.

Através do levantamento e agregação dos dados referentes à área total produzida para loteamentos residenciais no município, verifica-se no GRÁFICO 9 que os bairros com os maiores índices de parcelamento, Campina da Barra (18)<sup>38</sup>, Iguaçu (16) e Capela Velha (6), localizam-se em áreas periféricas dentro destes setores (MAPA 6). Os bairros que integram o CIAR<sup>39</sup> e o centro tradicional com seu entorno imediato<sup>40</sup> apresentam os menores índices.

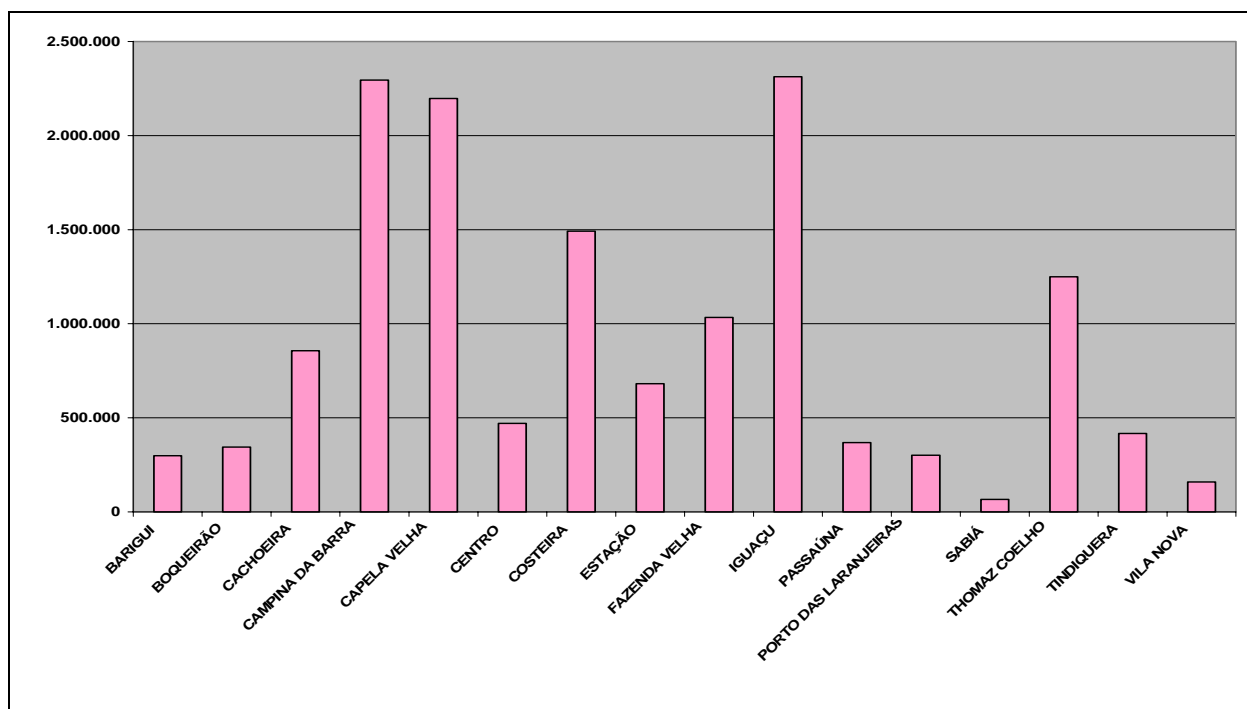


GRÁFICO 9 – Loteamentos residenciais: áreas totais(m<sup>2</sup>) parceladas segundo bairros de Araucária - 2005

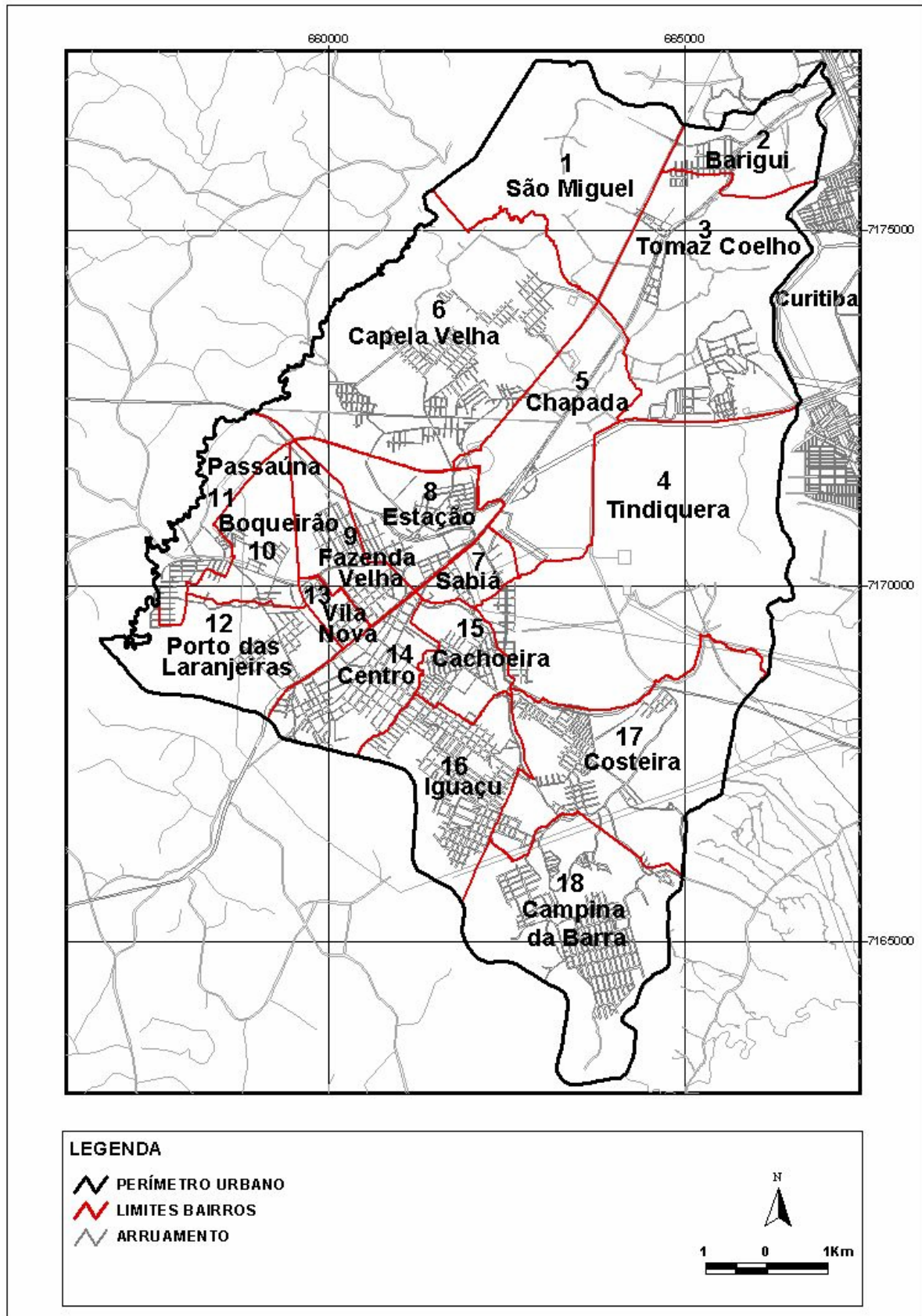
FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

<sup>38</sup> Doravante será utilizado um número entre parêntesis após o nome dos bairros, com o objetivo de identificar a localização geográfica dos mesmos nos mapas subseqüentes.

<sup>39</sup> Integram o CIAR a quase totalidade das áreas pertencentes aos bairros Tindiquera (4), Chapada (5), Barigüi (2), Thomaz Coelho (3) e Passaúna (11) e uma pequena área dos bairros São Miguel (1), Capela Velha (6), Boqueirão (10) e Fazenda Velha (9).

<sup>40</sup> Porto das Laranjeiras (12) e Vila Nova (13).



MAPA 6 – Localização dos bairros de Araucária – 2006

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: editoração de Helena Lisboa.

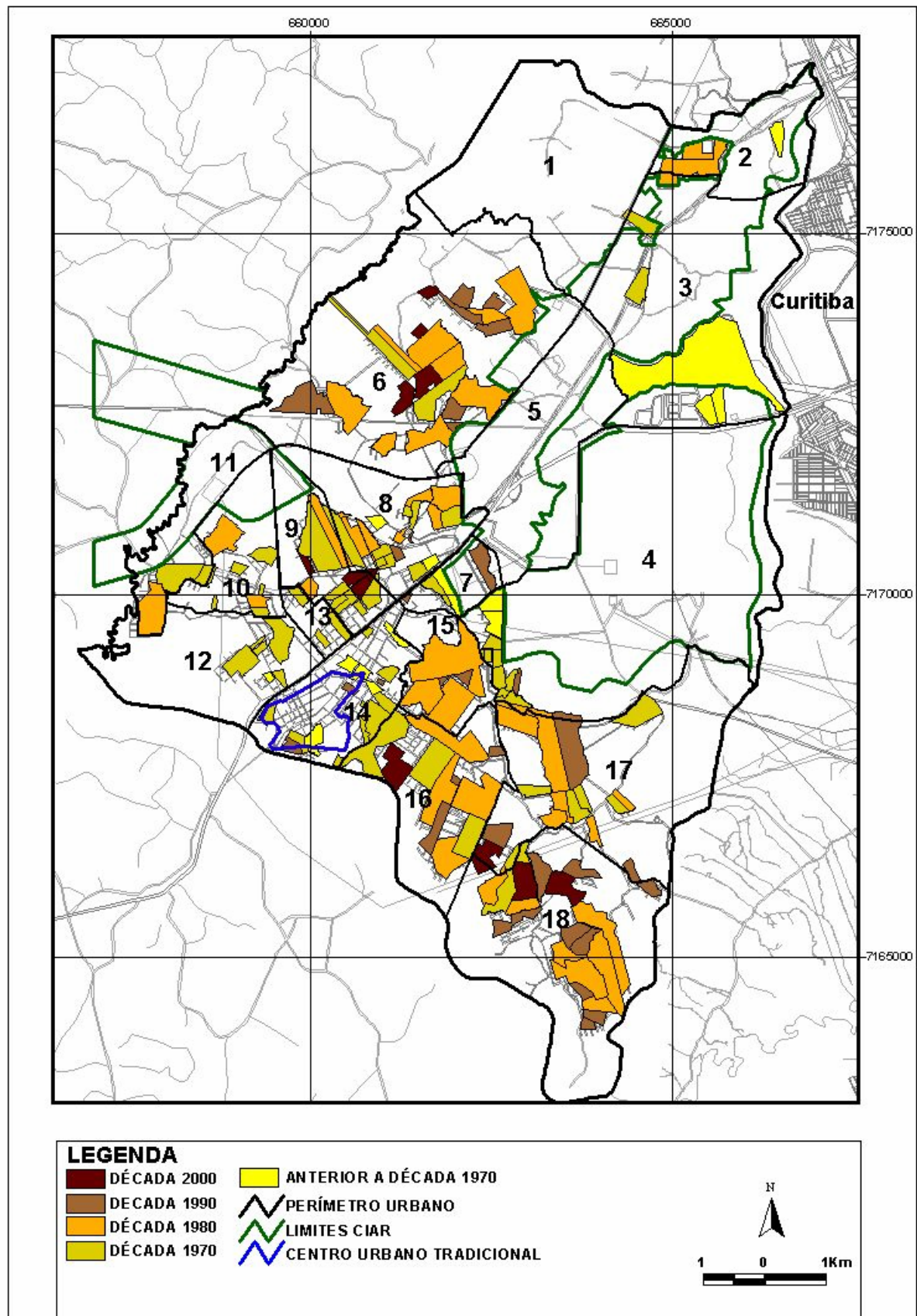
A exceção é o bairro Thomaz Coelho, quase totalmente incluído dentro do centro industrial. A posição intermediária por ele ocupada no Gráfico 9 explica-se pela ocorrência de três grandes loteamentos residenciais, parcelados na década de 1960, antes da instalação da indústria na região.

Após a delimitação legal do CIAR, não foi implantado neste bairro mais nenhum loteamento residencial. Este fenômeno fica mais claro através da espacialização do parcelamento residencial na área urbana de Araucária ao longo do tempo (MAPA 7). Observa-se que a partir de 1970, a existência do CIAR além de produzir a preservação do uso industrial do seu espaço, insere uma nova diretriz de localização e direção de expansão para os loteamentos residenciais no município. Nos últimos trinta anos identifica-se a ocorrência de apenas um novo parcelamento residencial no CIAR, justificado pela proximidade dele com o núcleo historicamente ocupado pela Colônia Thomaz Coelho.

Considerando a dinâmica de estruturação espacial, identifica-se que o vetor de movimento da expansão urbana, a partir da década de 1970, passou a realizar-se da periferia em direção ao centro. Ou seja, a produção do espaço urbano sob a atuação de vários agentes instaurou um processo de parcelamento, no caso dos loteamentos residenciais, e de ocupação no caso da indústria, que teve início nas áreas periféricas limítrofes a Curitiba e ao CIAR, e posteriormente avançou em direção ao centro tradicional ocupando os vazios urbanos existentes. Tal processo preservou o centro tradicional e o espaço industrial, manifestando-se geograficamente através da localização dos loteamentos periféricos (MAPA 7). A partir da identificação desta dinâmica, pode-se afirmar que entre 1970 e 2000, a dinâmica de estruturação do espaço urbano no município caracterizou-se pela implantação e consolidação do centro industrial e pela produção de espaços residenciais populares, representados pelos loteamentos periféricos.

A alteração de sentido do vetor de expansão urbana marca o momento em que se instaura o processo de metropolização, modificando-se a relação centro-periferia. Dependendo da escala espacial analisada, esta relação permite mais de uma interpretação. Do ponto de vista intra-urbano, apesar da estrutura espacial tornar-se mais complexa o centro tradicional de Araucária continua sendo o núcleo político e administrativo, na perspectiva da escala interurbana ou do espaço metropolitano, o centro passa a ser o pólo da metrópole (Curitiba) e todos os demais espaços, inclusive o centro tradicional de Araucária, passam a ser periferia.





MAPA 7 – Evolução temporal do parcelamento do solo urbano em Araucária – 1970/2000

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTAS: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Helena Lisboa.



Na concretização da atual morfologia urbana desempenhou ainda papel relevante a existência de vias de ligação regional (rodovia e ferrovia), que cortam o espaço no sentido sudoeste – nordeste, cuja existência significou para a indústria a circulação e controle dos tempos de deslocamento e para os incorporadores imobiliários a possibilidade de viabilização de seus empreendimentos, através da disponibilidade de acesso a glebas distantes e dispersas, proporcionado pelos transportes coletivos e individuais.

Segundo VILLAÇA (1998, p. 328), a estruturação urbana se processa sob a ação do conflito de classes em torno da apropriação diferenciada do espaço urbano, enquanto produto do trabalho. Afirma o autor que cada classe social luta com diferentes instrumentos pelas condições materiais de sobrevivência, definidos na esfera da produção. Para a indústria a escolha da localização tem o objetivo de comandar a apropriação pela otimização dos gastos e controle dos tempos despendidos nos deslocamentos e a acessibilidade de um determinado ponto do território a outro, em especial ao principal centro urbano. A partir disso compreende-se porque a indústria, força econômica dominante no município a partir da década de 1970, foi aquela que mais conseguiu exercer tal poder, passando a disputar a localização com a residência, o comércio e o serviço.

SPOSITO (2004, p. 313), ao explicitar as dinâmicas e relações que orientam a reestruturação das cidades contemporâneas, define como eixo central para a compreensão destes processos os conflitos originados pelo par dialético: necessidades individuais x necessidades coletivas. Apesar deste ser um fenômeno presente desde o início da história da urbanização, ressalta que tais conflitos se acentuaram a partir do desenvolvimento do capitalismo. Isto ocorreu não apenas porque as cidades aumentaram em número e tamanho demográfico, mas fundamentalmente pela instituição da propriedade privada da terra. Para a autora, do ponto de vista da reprodução social, o acesso à terra, mediado por esta instituição, traduz-se na possibilidade diferenciada dos diversos grupos sociais em obter plenas condições de vida urbana. Esta afirmação, do ponto de vista das lógicas espaciais que orientam os interesses dos distintos agentes econômicos, significa que a competição pelas melhores localizações dá-se segundo interesses na maioria das vezes não coincidentes. A autora ressalta ainda que a estruturação das cidades orienta-se pela divisão social e técnica do trabalho, que se realiza em múltiplas escalas considerando as relações que se estabelecem entre elas.

### 3.2 ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA, EXPANSÃO URBANA E PERIFERIZAÇÃO

Ao estudar o processo de urbanização e a conformação do sistema urbano brasileiro, MOURA (2004, p. 271) aponta que “até os anos de 1970 a indústria impôs uma lógica aglomeradora como condição fundamental para a produção e reprodução do capital, que erigiu metrópoles como as centralidades fundamentais a esses processos”. A partir desta lógica consolidaram-se importantes metrópoles brasileiras, dentre as quais a de Curitiba.

O aumento crescente desta aglomeração, comprovada pela evolução das taxas de crescimento populacional, apresentadas na TABELA 12, significou ao mesmo tempo o aumento da diversidade de atividades, da complexidade social e da sua extensão territorial, deixando transparecer com maior evidência as diferenciações presentes no seu espaço.

TABELA 12 – TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS – 1970-1996

REGIÕES METROPOLITANAS	1970-1981	1980-1991	1991-1996
Belém	4,15	2,65	2,23
Fortaleza	4,15	3,50	2,33
Recife	2,55	1,86	1,47
Salvador	4,21	3,19	1,68
Belo Horizonte	4,49	2,53	2,25
Rio de Janeiro	2,31	1,03	0,77
São Paulo	4,36	1,88	1,46
Curitiba	5,56	3,03	3,99
Porto Alegre	3,62	2,61	1,44
Total RMs	3,65	2,00	1,57
Brasil	2,34	1,93	1,38

FONTES: PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (FJP), IBGE

Segundo SANTOS (1994, p. 95), nas grandes cidades brasileiras contemporâneas ocorre uma interdependência do que denominou “categorias espaciais relevantes”: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestrutura, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, produzindo, graças à pobreza e a seu componente geográfico, um modelo de centro-periferia. Todas estas categorias estão presentes na consolidação da metrópole de Curitiba.

Araucária, elemento importante na formação deste aglomerado, incorporou-se a este modelo de urbanização a partir da década de 1970, destacando-se três

forças responsáveis por desencadear um novo momento no processo de produção do seu espaço urbano:

- a) a indústria, através da sua lógica aglomeradora;
- b) o poder público, tanto estadual quanto municipal, através da implementação das políticas de incentivo à industrialização, da definição e implementação da legislação urbanística e da alocação de investimentos públicos;
- c) os incorporadores imobiliários e proprietários de terra, através dos loteamentos produzidos.

A indústria foi fundamental neste processo e constituiu-se num dos principais vetores responsáveis por desencadear a reestruturação espacial. Articulada com o poder público Municipal, seus interesses materializaram-se no espaço através da criação do CIAR e da implementação da regulamentação urbanística aprovada no ano de 1978. Segundo ARAUCÁRIA (1977b, p. 1) um dos objetivos fundamentais do Plano de Desenvolvimento Urbano era definir diretrizes de reorganização espacial e de uso do solo, necessárias ao desempenho futuro das novas motivações de desenvolvimento municipal, no caso o industrial.

A iniciativa de elaborar o primeiro Plano Diretor em Araucária articulou-se ainda à implementação da PNDU<sup>41</sup> - IIPND que vinculou a possibilidade de obtenção de recursos federais pelos municípios a existência de planos diretores. SPOSITO (2004, p. 79) explica que a partir de 1960, para liberar financiamentos ou incluir municípios em seus programas, o governo federal passou a exigir a existência deste instrumento. Para os governos local e estadual os recursos disponíveis nos vários fundos criados eram caros naquele momento, pois possibilitavam a implantação de uma série de investimentos necessários à realização das estratégias de desenvolvimento industrial da região, que, de acordo com o que foi analisado no Capítulo 1, faziam parte do II PND.

Nesta conjuntura, fica claro que as diretrizes de planejamento territorial contidas no Plano de Desenvolvimento Urbano relacionavam-se aos interesses de

---

<sup>41</sup> De acordo com MARICATO (2000, p. 138) foi durante o regime militar, sob a égide das diretrizes formuladas pela PNDU prevista no II PND, que a atividade do planejamento urbano mais se desenvolveu no Brasil. Dois órgãos federais foram os implementadores dessa política: a Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios (SAREM) que controlava o Fundo de Participação dos Municípios e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SEFHAU) que gerenciava o Fundo de Financiamento ao Planejamento. Mais tarde foi criada a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPU) que passou a controlar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano e o Fundo Nacional de Transporte Urbano.

desenvolvimento industrial. Materializados geograficamente pelo CIAR, o termo “reorganização espacial”, deve ser traduzido como a garantia de que a área para ele delimitada estaria destinada exclusivamente ao uso industrial. Segundo a lógica presente nesta matriz de planejamento urbano, o controle pretendido se faria através da aplicação das leis de zoneamento, uso e parcelamento do solo, cuja execução e fiscalização estaria a cargo do poder público municipal. O que no caso do CIAR realmente aconteceu.

MARICATO (2000, p. 123) pontua que no Brasil o modelo de planejamento urbano modernista/funcionalista, “definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na cidade formal ou legal”. Para a autora este modelo contribuiu para a modernização incompleta e excludente das cidades brasileiras.

O Plano de Desenvolvimento Urbano, transformado em quatro leis urbanísticas entre 1977 e 1978, redefiniu os limites do perímetro urbano<sup>42</sup>, instituiu o Plano Diretor<sup>43</sup>, regulamentou o zoneamento de uso e ocupação do solo<sup>44</sup> e disciplinou os parcelamentos do solo no município<sup>45</sup>. A lei de zoneamento incidu diretamente sobre os proprietários, disciplinando o uso e a ocupação destes espaços, e a de parcelamento disciplinou a ação dos incorporadores imobiliários, regulamentando a área mínima dos lotes e inviabilizando a aprovação de loteamentos residenciais no CIAR.

Garantida a exclusividade do uso do CIAR, a regulação possibilitou ainda a ocorrência de um fenômeno fundamental para a reestruturação do espaço intra-urbano: a ampliação do mercado de terras. Neste processo, o novo perímetro urbano foi o instrumento legal com maior poder de transformação da sua morfologia, produzindo a descontinuidade do tecido urbano. Observa-se no MAPA 8 que ao incorporar a região definida para instalação do CIAR, ampliou-se de 2.490.000 m<sup>2</sup>

---

<sup>42</sup> A Lei Municipal 511 de 30 de dezembro de 1977 delimitou as áreas urbanas e de expansão urbana, substituindo o Decreto Municipal nº 78 de 25 de junho de 1951 que aprovava e delimitava a planta e os limites das áreas urbanas e suburbanas (ARAUCÁRIA, 1997e).

<sup>43</sup> A Lei Municipal 512 de 2 de janeiro de 1978 instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento de Araucária em consecução de convênios com a Secretaria de Planejamento do Estado e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC (ARAUCÁRIA, 1978a).

<sup>44</sup> A Lei Municipal 513 de 05 de janeiro de 1978 definiu o zoneamento do uso do solo e as diretrizes do sistema viário (ARAUCÁRIA, 1978b).

<sup>45</sup> A Lei Municipal 514 de 2 de janeiro de 1978 disciplinou no território do município a divisão de áreas em loteamentos, subdivisões e desmembramentos (ARAUCÁRIA, 1978c).

para 84.000.000 m<sup>2</sup> a área urbana, aumentando 34 vezes a sua dimensão original, transformando grandes extensões de áreas rurais em áreas urbanas. Da área total do novo perímetro urbano aproximadamente 25% estavam destinadas ao centro industrial, significando um aumento de 25 vezes a disponibilidade de áreas urbanas aptas para o parcelamento, potencializando assim o interesse especulativo das imobiliárias e dos proprietários de terra no município.

Além da produção da descontinuidade, ocorre um expressivo aumento do número de lotes urbanos não edificadas, em função da diferença de ritmo na produção dos parcelamentos e no crescimento demográfico, alterando a demanda solvável para os produtos imobiliários. Este processo é verificado ao compararmos os MAPAS 7 e 9 onde se observa que a velocidade de ocupação dos lotes ocorreu de forma muito mais lenta do que a de produção dos mesmos. A espacialização deste fenômeno é comprovada pelos dados fornecidos pela Divisão de Rendas Imobiliárias<sup>46</sup> do município para o ano de 2004. Segundo as informações contidas em seu cadastro, dos 34 mil imóveis urbanos tributáveis, apenas 41% encontravam-se ocupados no final daquele ano.

A ação dos agentes imobiliários no processo de produção do espaço urbano a partir desta nova realidade, é demonstrada no GRÁFICO 10 que apresenta as áreas totais legalmente parceladas antes de 1970 e ao longo dos anos seguintes.

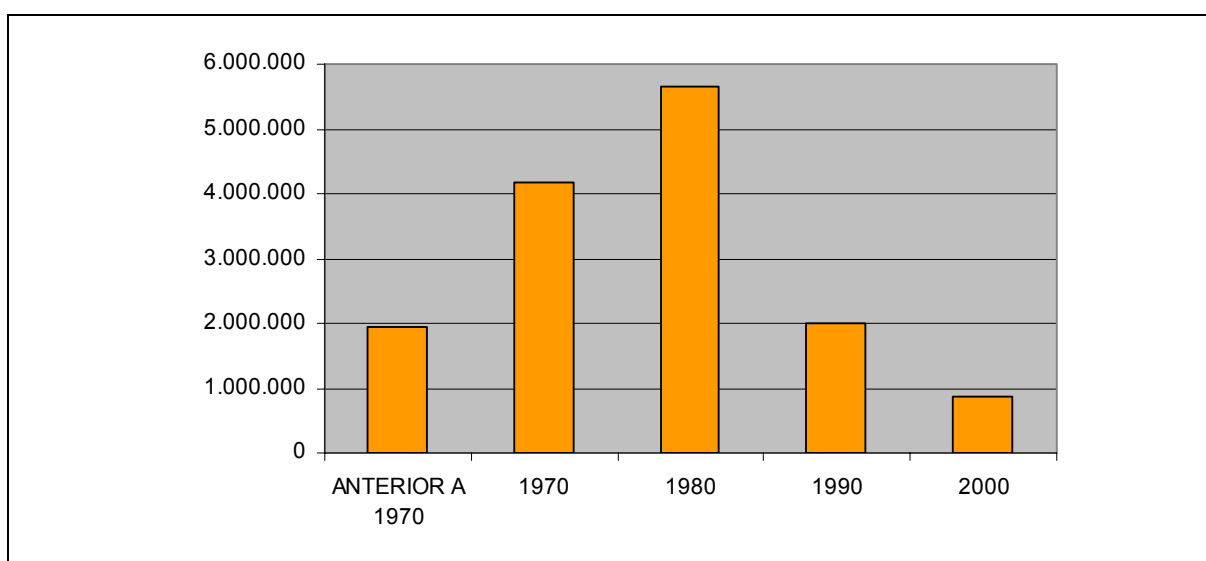


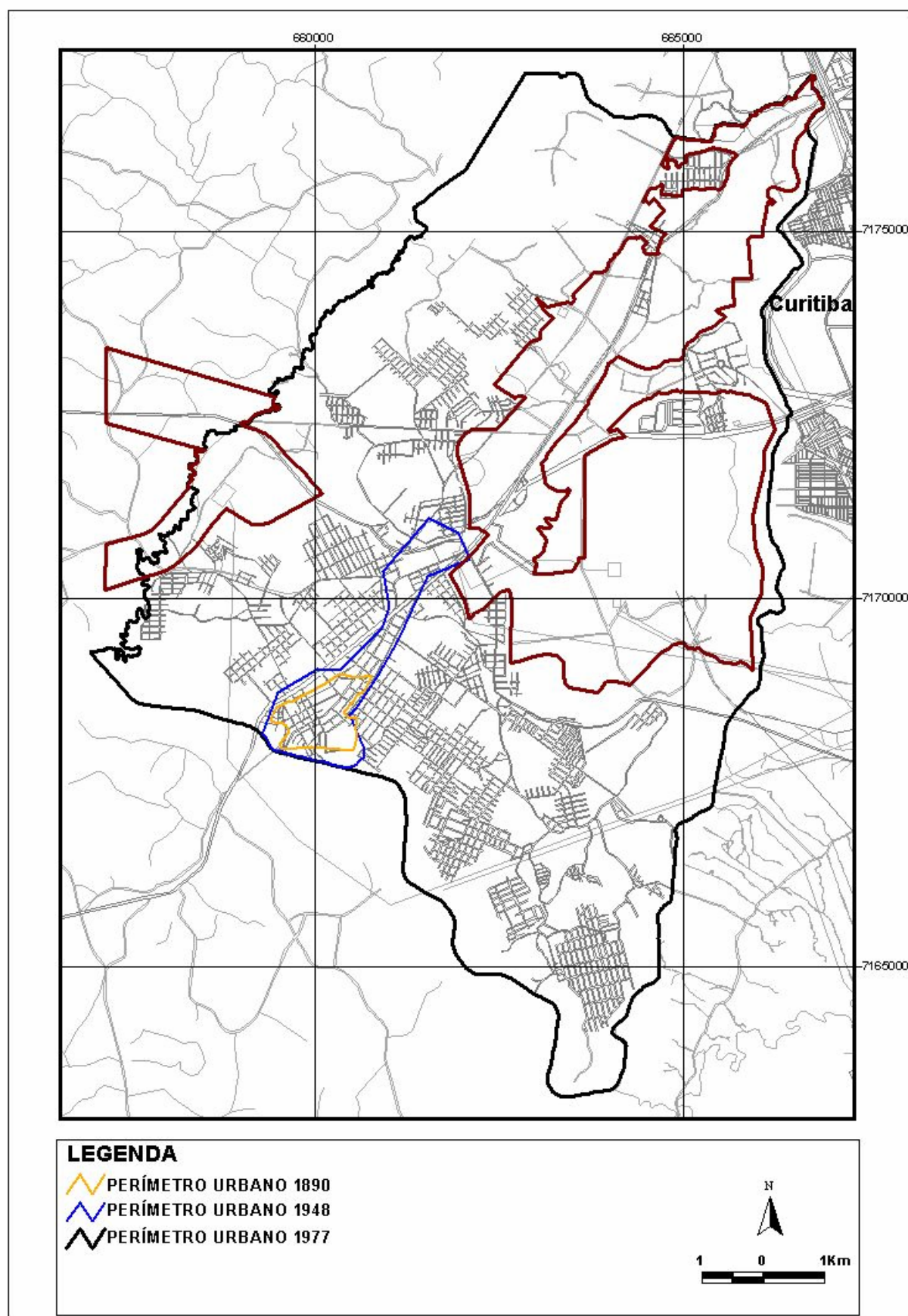
GRÁFICO 10 – Área (m<sup>2</sup>) parcelada em loteamentos legais segundo décadas, Araucária – 2004

FONTE: SMUR – Prefeitura Municipal de Araucária

NOTAS: dados trabalhados pela autora.

Para 2000 os dados tabulados correspondem aos quatro primeiros anos da década.

<sup>46</sup> Departamento integrante da SMFI da Prefeitura Municipal de Araucária.



MAPA 8 – Evolução temporal dos limites do perímetro urbano, Araucária – 1890/1977

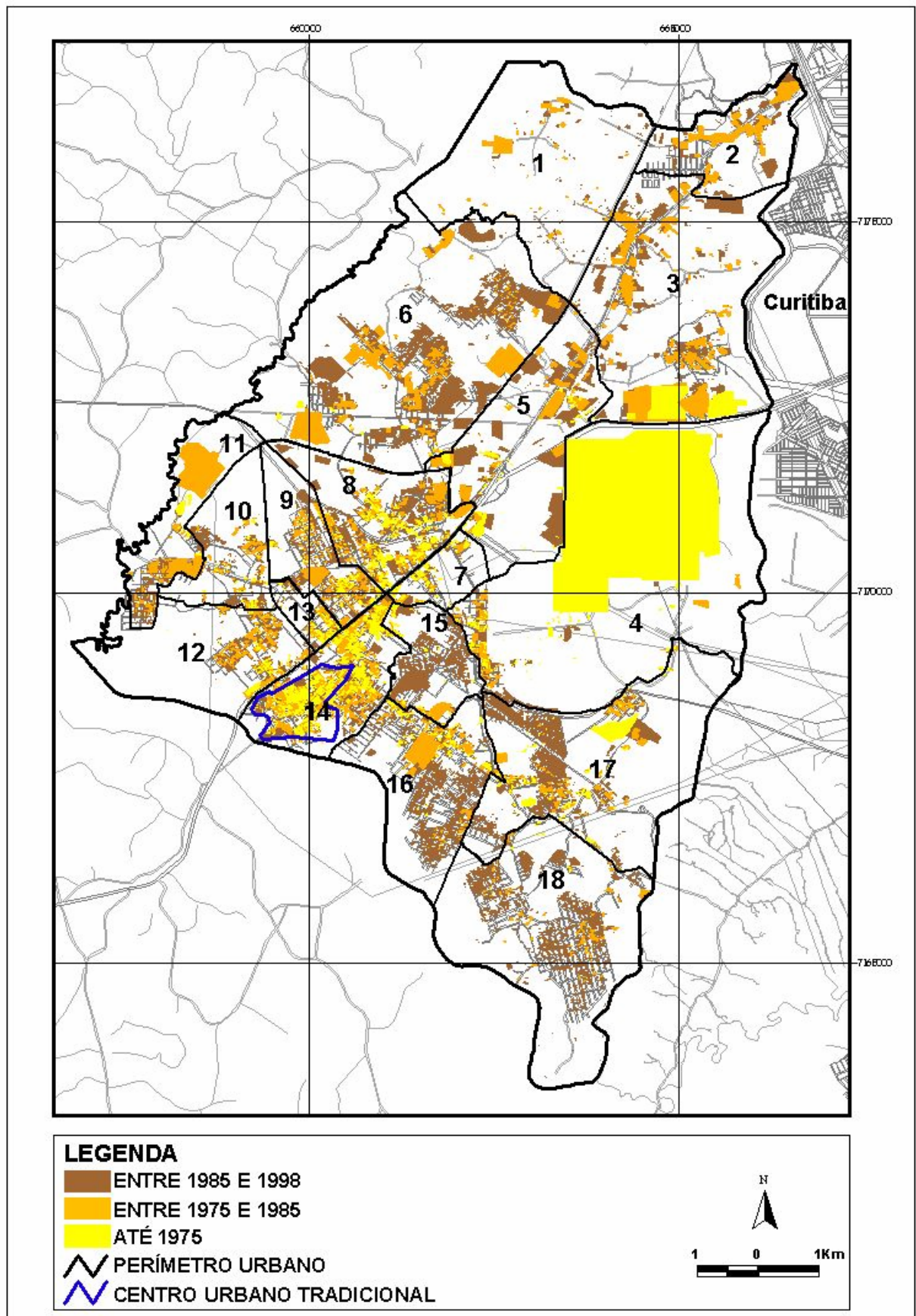
FONTE: ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Planta das ruas atuais e projetadas na cidade de Araucária.** Araucária, 1948. 1 mapa: preto e branco.; 53 x 88 cm.

Escala 1:5000.; ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Quadro urbano e suburbano da cidade de Araucária.** Araucária, 1951. 1 mapa: preto e branco.; 90 x 78 cm. Escala 1:5000.

NOTAS: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Helena Lisboa





MAPA 9 – Evolução temporal da ocupação do solo urbano de Araucária – 1975/1998

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTAS: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Henrique Fraga e Helena Lisboa.

Nestes dados destacam-se as décadas de 1970 e 1980: a primeira marca a instauração do processo e a segunda representa o período de maior atividade na produção de loteamentos no município. De 1.948.214,79 m<sup>2</sup> de loteamentos residenciais parcelados até 1970, esta área passa para 14.658.587,44 m<sup>2</sup> em 2004, representando um acréscimo de sete vezes e meia o total de áreas aptas para serem vendidas e ocupadas.

A aceleração da atividade dos incorporadores imobiliários no município articula-se ainda ao processo de periferização do aglomerado metropolitano, iniciado na mesma época. Esta relação pode ser confirmada através dos dados apresentados pelo diagnóstico realizado pela COMEC em 2001<sup>47</sup>, que registrou para as décadas de 1960 e 1970 que 54% do total de lotes regulares produzidos na RMC pertenciam aos municípios de São José dos Pinhais, Colombo e Almirante Tamandaré. Na década seguinte, o estabelecimento de maiores exigências para a aprovação de loteamentos com a aprovação da Lei Federal 6766/1979 significou a redução do número de loteamentos regulares aprovados nestes municípios e um acréscimo de áreas ocupadas irregularmente, comprometendo as regiões de manancial de abastecimento de água a leste da RMC.

Em Araucária, a aprovação desta lei federal representou a intensificação do processo de parcelamento legal do solo. De acordo com o mesmo documento, na década de 1980 o município foi responsável por 24% do total dos lotes regulares produzidos na RMC, indicador significativo se levarmos em consideração que são oito os municípios que dividem seus limites territoriais com o pólo da metrópole.

Esta dinâmica representou ainda a alteração dos padrões e do ritmo de parcelamento residencial no município. A primeira transformação refere-se à quantidade e ao tamanho dos lotes produzidos ao longo das últimas três décadas (GRÁFICOS 11 e 12). Ao identificar-se o total da área urbana residencial parcelada por década, segundo o tamanho dos lotes, observam-se no GRÁFICO 11 as alterações sofridas ao longo do tempo. Na década de 1980 destaca-se o número total de área parcelada para lotes com dimensões entre 240 e 360 m<sup>2</sup> e na década de 1990, evidencia-se o crescimento do número de lotes menores que 240 m<sup>2</sup>.

---

<sup>47</sup> Diagnóstico produzido para o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da RMC (COMEC, 2001).



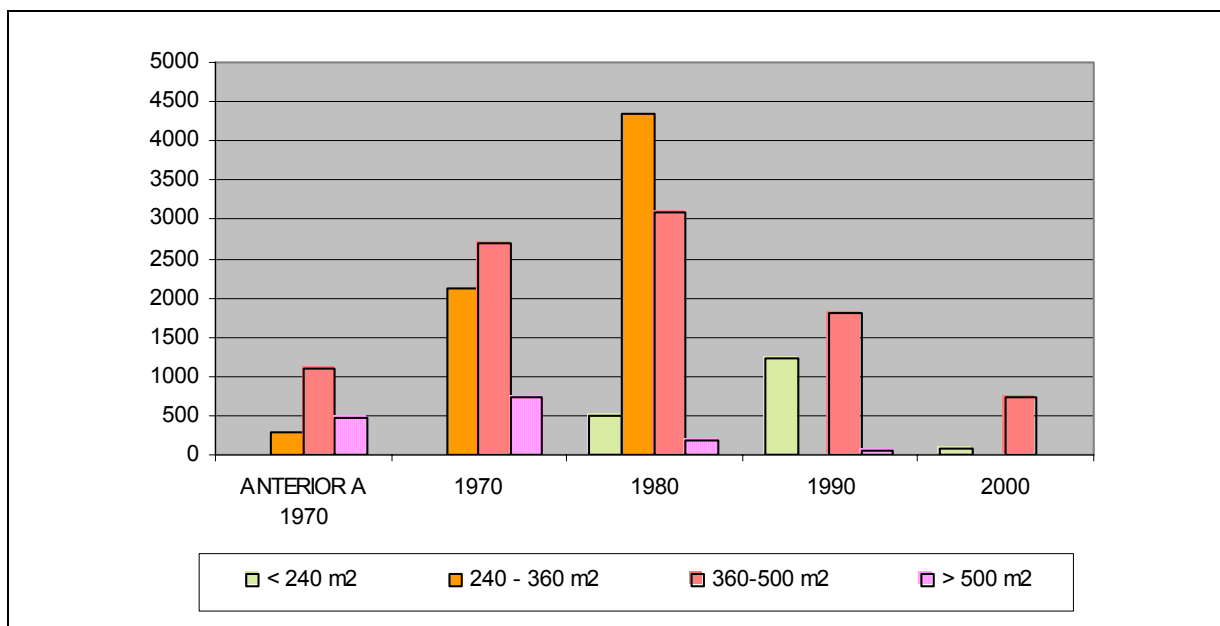


GRÁFICO 11 – Área total (m<sup>2</sup>) parcelada por tamanho de lote segundo décadas, Araucária - 2004

FONTE: SMUR – Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Comparando-se estes dados aos apresentados na TABELA 13, observa-se uma produção crescente de loteamentos que utilizam como padrão de projeto o tamanho mínimo de lote permitido pela legislação urbana, tendência que acompanhou as alterações sofridas pela lei de parcelamento do solo do município. Se os menores lotes produzidos encontram-se nos parcelamentos residenciais surgidos a partir de 1970, observa-se na TABELA 14 que as zonas onde se permite maior adensamento com uso residencial, Zona Central e Zona Residencial 4, estão nas áreas urbanas centrais e mais valorizadas da cidade. A identificação destas características demonstra a existência de articulação e/ou afinidade de interesses nas ações implementadas pelo poder público municipal, os incorporadores imobiliários e os proprietários de terra, responsáveis por conduzir o processo de produção do espaço urbano de Araucária.

TABELA 13 – LOTES MÍNIMOS (m<sup>2</sup>) DEFINIDOS NA LEGISLAÇÃO URBANA MUNICIPAL SEGUNDO ZONAS, ARAUCÁRIA – 2005

ZONA	continua				
	LEI 514/1978	LEI 584/1981	LEI 844/1992	LEI 1030/1995 <sup>(1)</sup>	LEI 1083/1996 <sup>(2)</sup>
Zona Residencial 1	450	390	390		
Zona Residencial 2	360	390	240		
Zona Residencial 3	360	360			
Zona de Expansão Urbana	390	360			
Zona Central	360	360	360		
Zona de Serviço 1	360	360	360		
Zona de Serviço 2	360	360	360		

TABELA 13 – LOTES MÍNIMOS (m<sup>2</sup>) DEFINIDOS NA LEGISLAÇÃO URBANA MUNICIPAL SEGUNDO ZONAS, ARAUCÁRIA – 2005

ZONA	conclusão				
	LEI 514/1978	LEI 584/1981	LEI 844/1992	LEI 1030/1995 <sup>(1)</sup>	LEI 1083/1996 <sup>(2)</sup>
Zona Industrial	1800	1800	1800		
Zona Verde Residencial 1		1500	1500		
Zona Verde Residencial 2		4000	4000		
Zona Comercial 1		360	360		
Zona Comercial 2		360	360		
Zona Especial de Entrepósitos		1800	1800		
Zona de Serviço 3		360	360		
Zona Rural		5000	5000		
Zona Residencial 4			240		
Zona Especial Industrial 3					600
Zona Especial Industrial 5					600
Zona Especial Residencial 1					360
Zona Especial de Expansão Urbana e Industrial					5000
Zona Especial de Uso Misto 1					360
Zona Especial de Uso Misto 2					390

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTAS: A Lei Federal 6766/1979 definiu o lote mínimo de 125,00 m<sup>2</sup>, salvo se o estado ou o município definir exigência maior, ou quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social.

(1) A Lei Municipal 1030/1995, definiu o lote mínimo de 200,00 m<sup>2</sup> para loteamentos de interesse comunitário e social.

(2) Na ZER1, nas áreas de interesse comunitário e social, a área mínima pode ser de 200 m<sup>2</sup>.

TABELA 14 – LOTES MÍNIMOS, GABARITO MÁXIMO E TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA DEFINIDOS NA LEGISLAÇÃO URBANA MUNICIPAL SEGUNDO ZONAS, ARAUCÁRIA – 2005

ZONA	Lotes Mín.(m2)	Gabarito (pavimentos)	Taxa de Ocupação	Área máx. constr. por (m2)
Zona Residencial 1	390,00	04	1/3	1,33
Zona Residencial 2	240,00	04	1/3	1,33
Zona Residencial 3	360,00	04	1/2	2,00
Zona de Expansão Urbana	360,00	-	-	-
Zona Central	360,00	06	1	6,00
Zona de Serviço 1	360,00	04	2/3	2,66
Zona de Serviço 2	360,00	04	2/3	2,66
Zona Industrial	1800,00	-	1/2	-
Zona Verde Residencial 1	1500,00	02	1/3	0,66
Zona Verde Residencial 2	4000,00	02	1/5	0,40
Zona Comercial 1	360,00	12	1 no 1º pav.e 2/3 nos demais	4,66
Zona Comercial 2	360,00	08	1 no 1º pav. e 2/3 nos demais	3,33
Zona Especial de Entrepósitos	1800,00	-	1/2	-
Zona de Serviço 3	360,00	04	2/3	2,66
Zona Rural	5000,00	02	-	-
Zona Residencial 4	240,00	06	1/2	4,00
Zona Especial Industrial 3	600,00	-	1/2	-
Zona Especial Industrial 5	600,00	-	1/2	-
Zona Especial Residencial 1	360,00	04	1/1,33	3,00
Zona Especial de Expansão Urbana e Industrial	5000,00	02	1/ 2,5	0,80
Zona Especial de Uso Misto 1	360,00	02	1/2	1,00
Zona Especial de Uso Misto 2	390,00	04	1/2	2,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

Ao estudar a urbanização ocorrida nas cidades brasileiras nos últimos trinta anos, SANTOS (1994, p. 111) aprofunda o papel do poder público no que denomina “cidade corporativa”. Para ele o poder público é um dos principais responsáveis pela escassez urbana:

...criador privilegiado da escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece mais os pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de consumo indispensáveis e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer.

A aceleração da especulação imobiliária e da produção de lotes voltados para a população de renda mais baixa pode ser comprovada nos dados apresentados pela TABELA 15 e pelo GRÁFICO 12. Observa-se que antes de 1970, 59,31% dos lotes parcelados possuíam entre 360 e 500 m<sup>2</sup>, e 25,48% mais que 500 m<sup>2</sup>. Na década seguinte, 38,08% dos lotes produzidos tinham área entre 240 e 360 m<sup>2</sup>, indicando o surgimento de loteamentos residenciais com padrão de lotes menores. Em 1980, 53,51% dos lotes parcelados estavam entre 240 e 360 m<sup>2</sup>, surgindo pela primeira vez uma pequena porcentagem de lotes com área menor que 240 m<sup>2</sup>. Em 1990 esta tendência se acentua, e 39,96% dos lotes produzidos possuem menos de 240 m<sup>2</sup>, observando-se, ainda nesta década, certa redução na produção de lotes urbanos. Os dados computados para os primeiros quatro anos da década de 2000, demonstram a continuidade da desaceleração no ritmo de parcelamento de solo e na produção de lotes mínimos destacando-se os com área entre 360 e 500 m<sup>2</sup>.

TABELA 15 – PORCENTAGEM DE ÁREA PARCELADA POR TAMANHO DE LOTE SEGUNDO DÉCADAS, ARAUCÁRIA - 2004

ÁREA DO LOTE (m <sup>2</sup> )	DÉCADAS (%)				
	ANTERIOR A 1970	1970	1980	1990	2000
< 240,00	0,00	0,00	6,10	39,96	9,59
240,00 – 360,00	15,20	38,08	53,51	0,00	0,00
360,00 – 500,00	59,31	48,77	38,09	58,54	90,41
> 500,00	25,48	13,14	2,28	1,49	0,00

FONTE: SMUR – Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

A redução do ritmo de parcelamento nas duas últimas décadas e a tendência de crescimento de loteamentos que utilizam como padrão o lote mínimo

nas áreas periféricas (GRÁFICOS 11 e 12) configuram características fundamentais para compreender o processo de produção do espaço urbano em Araucária.

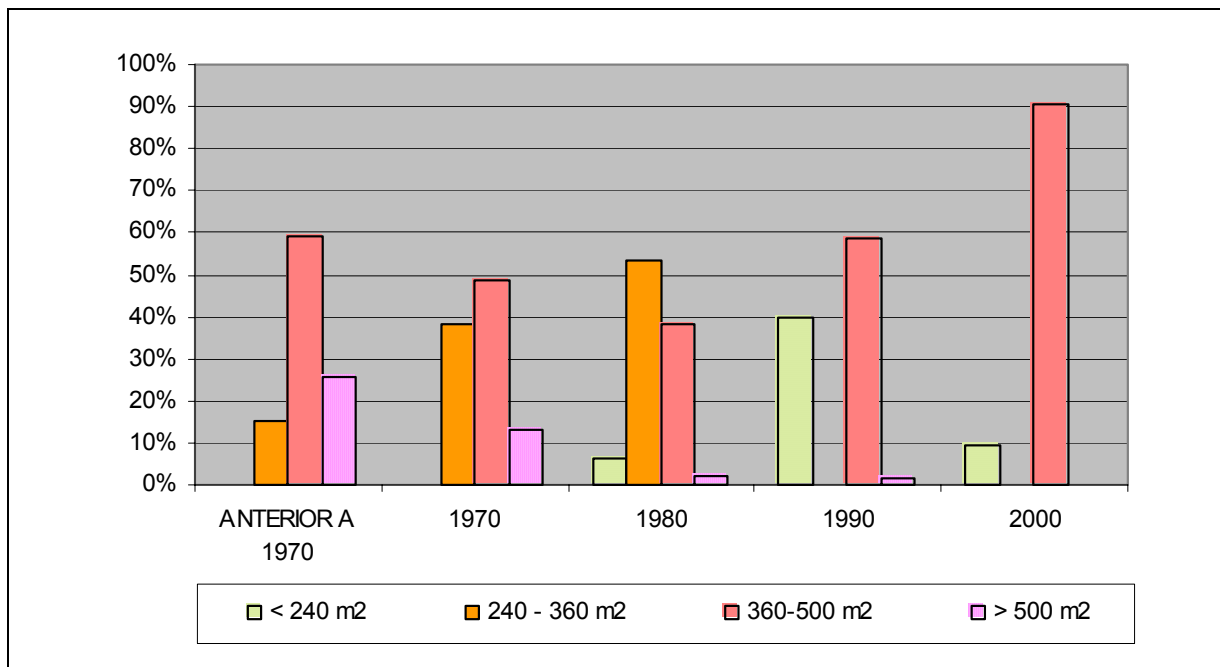
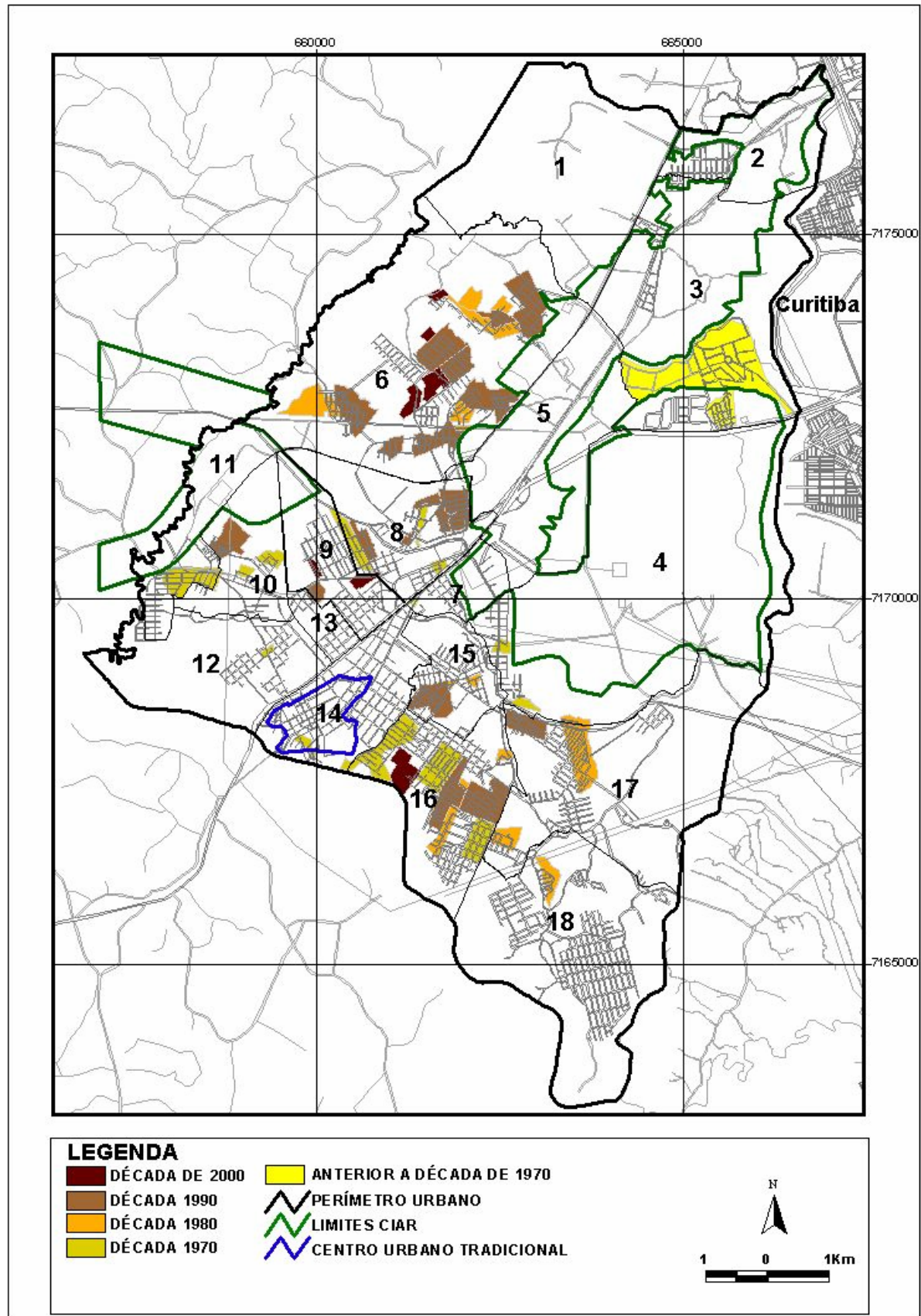


GRÁFICO 12 – Tamanho de lotes: porcentagem de área parcelada segundo décadas no município de Araucária - 2004

FONTE: SMUR – Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

A tendência de crescimento de loteamentos que utilizam como padrão o lote mínimo significa que a redução da área dos lotes possibilitou a ampliação dos lucros por parte dos incorporadores imobiliários e proprietários de terra. Ao oferecerem lotes menores e mais baratos, os empreendedores ampliaram seu mercado consumidor, tornando assim o produto imobiliário mais atrativo para a venda. Ao localizar no espaço urbano estes loteamentos o MAPA 10 demonstra que este processo ajudou a consolidar a periferia urbana do município e da metrópole, pois tais empreendimentos tinham como consumidor alvo a população de renda mais baixa com impossibilitado de adquirir um lote no espaço valorizado da cidade pólo ou no centro urbano tradicional.



MAPA 10 – Localização dos parcelamentos com padrão de lotes mínimos segundo décadas, Araucária – 1970/2000

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Helena Lisboa.

MARICATO (2000, p. 155), ao descrever características do processo de urbanização no Brasil, relaciona o fenômeno de “industrialização com baixos salários” com a expansão das periferias legais e ilegais e o crescimento urbano. A autora afirma que o custo da reprodução da força de trabalho nunca incluiu o custo da mercadoria habitação fixado pelo mercado privado, dificultando ou inviabilizando a aquisição da moradia pela classe trabalhadora, situação que se agrava quanto mais precárias forem as relações de trabalho.

A redução no ritmo da produção dos lotes observados para as décadas de 1990 e 2000 em comparação às duas décadas anteriores indica, no âmbito da análise intra-urbana do processo e do valor do solo enquanto mercadoria, que a diferença da velocidade da ocupação em relação à produção dos lotes alterou a lei da oferta e da procura deste produto, transformando a dinâmica de estruturação da cidade. Este descompasso entre produção e ocupação está espacializado nos MAPAS 7 e 9 onde se observa que, se a década de 1980 representou o período de maior produção de lotes urbanos, é na década seguinte que se identificam as maiores porcentagens de áreas urbanas ocupadas.

A partir do reconhecimento da realidade aprofundada nos capítulos 1 e 2, podemos utilizar o termo reestruturação urbana para nos referirmos ao conjunto de transformações sócio-espaciais ocorridos a partir da década de 1970 em Araucária. Processo que teve como principais características a emergência de uma nova centralidade urbana - o centro industrial e o rompimento da continuidade do tecido urbano formado até então, representado pela dinâmica de parcelamento de loteamentos populares periféricos. O CIAR passa, portanto, a representar um novo pólo de estruturação urbana.

Esta constatação possibilita relacionarmos as alterações sofridas pela morfologia e pelo processo de estruturação urbana ao desenvolvimento industrial do município. SPOSITO (2004, p. 298) destaca que, em relação à organização interna das áreas urbanas, a expansão do fato industrial<sup>48</sup>, responsável por aprofundar a divisão técnica e econômica do trabalho e compartimentar o processo produtivo em várias unidades fabris, exigiu a proximidade entre as fábricas promovendo o crescimento das grandes áreas urbanas. Além disso, a concentração econômica, a

---

<sup>48</sup> A autora explora a expansão do fato industrial no contexto do desenvolvimento do capitalismo, através do processo de multinacionalização das empresas ocorridas a partir da Segunda Revolução Industrial. Esta fase é marcada pelo novo paradigma energético da eletricidade que liberou a localização industrial das restrições impostas pela proximidade das minas de carvão.

constituição de grandes conglomerados e a tendência de produção em larga escala, geraram a necessidade de ampliação das plantas industriais, exigindo a sua localização em áreas disponíveis, geralmente localizadas nas periferias das cidades, possibilidade ampliada pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte.

A emergência deste modelo de desenvolvimento urbano-industrial produziu no município a expansão territorial urbana marcada pela presença de processos de especulação imobiliária, materializados pela produção de loteamentos periféricos voltados para os segmentos de menor poder aquisitivo.

Complementarmente, modifica-se o papel do centro tradicional que antes da reestruturação era o espaço articulador de todas as funções urbanas (circulação, habitação e trabalho) e abrigava de forma concentrada a diversidade de relações sócio-espaciais e toda a população urbana do município. A partir da década de 1970, apesar de continuar desempenhando o papel de centro político-administrativo, este sub-espaço passa a ser reservado como local de moradia das famílias tradicionais, que devido a maior presença dos meios de consumo coletivo e individual, possibilitava um padrão de vida urbano superior ao espaço recém desbravado da periferia. Além disso, o centro tradicional deixa de ser o único pólo em torno do qual se dá a estruturação urbana, passando a dividir este papel com o CIAR.

As características das transformações espaciais ocorridas em Araucária permite-nos afirmar que o processo de reestruturação trouxe consigo novos conteúdos e estabeleceu novas relações entre os sub-espacos integrantes da sua morfologia urbana. O surgimento de loteamentos residenciais periféricos e a consolidação de novas centralidades, a articulação entre os processos de produção do espaço intra e interurbano e a fragmentação sócio-espacial, indicam a ocorrência de novas interações entre os espaços centrais e os periféricos.

Todo este conjunto de mudanças que passaram a orientar a estruturação do seu espaço torna pertinente a reflexão de LEFEBVRE (2001, p. 87) sobre forma urbana. Nas palavras do autor:

Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise é sempre uma **unidade** entre forma e conteúdo. A análise rompe a unidade. Faz aparecer a pureza da forma, e a forma remete ao conteúdo. A unidade, indissolúvel e no entanto rompida pela análise é conflitante (dialética)... Através da razão dialética os conteúdos superam a forma e a forma dá acesso aos conteúdos. A forma leva assim à uma dupla

existência. Ela é e não é. Só tem realidade nos conteúdos e no entanto separa-se deles.

Aprofundando-se, o autor afirma que a forma urbana tem sua existência marcada pela simultaneidade (de acontecimentos, percepções, etc...) e o encontro (de bens, produtos, atividades, pessoas). De acordo com seu raciocínio é possível articular desenvolvimento industrial e urbanização, elementos que tiveram suas relações intensificadas pela existência da sociedade urbana. Sua emergência possibilitou a consolidação de espaços onde se fortaleceram e densificaram as possibilidades de reunião, aceleradas pela simultaneidade dos acontecimentos. Esta característica do processo de produção dos espaços urbanos remete-nos a importância dos fluxos e das relações para a compreensão da dinâmica ocorrida em Araucária, objeto de reflexão no próximo capítulo.



#### **4 INDUSTRIALIZAÇÃO / URBANIZAÇÃO: A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ARAUCÁRIA**

Ao refletir sobre o processo de formação intra-urbana das cidades contemporâneas, SPOSITO (2004, p. 311) afirma que o exercício de reconhecer e mapear as localizações possibilita a compreensão da estrutura urbana, mas não é suficiente para explicitar a dinâmica de estruturação e (re)estruturação destes espaços. Para a autora os processos de produção do espaço, somente poderão ser revelados na sua totalidade considerando-se: as interações que se estabelecem entre as várias partes da cidade e a compreensão dessa articulação entre diferentes escalas.

Esta afirmação é fundamental para nortear o alcance dos objetivos da pesquisa e justifica-se pelo fato do município integrar um fenômeno espacial que não está contido dentro dos limites político administrativos do seu território, o fato urbano metropolitano. Assim, este capítulo procura interpretar de que forma as articulações entre as mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas, e as relações (combinadas, somadas, sobrepostas, entrelaçadas) entre partes e todo do espaço estudado ocasionaram a reestruturação espacial. O reconhecimento da dinâmica de produção e apropriação das partes a partir dos fluxos e da relação entre escalas, deverá explicitar o papel desempenhado por Araucária no contexto da produção social do aglomerado metropolitano de Curitiba.

Para a compreensão do processo, reafirma-se que a configuração espacial urbana estudada associa-se a dinâmicas e transformações características das cidades capitalistas ocorridas ao longo das Revoluções Industriais<sup>49</sup>. Ao defender um paradigma alternativo para a perspectiva de produção do espaço, GOTTDIENER (1997, p. 271) afirma que o produto dos processos capitalistas tardios de crescimento é a desigualdade de desenvolvimento e ressalta que mesmo em áreas que experimentaram grande crescimento econômico observou-se a manifestação espacial da pobreza, materializada por espaços segregados, deprimidos e degradados. Esta constatação do autor é relevante para o caso estudado,

---

<sup>49</sup> Em SPOSITO (2004, p. 295-301) pode-se encontrar a descrição e análise das configurações espaciais urbanas que emergiram do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, marcado por um conjunto de mudanças estruturais denominadas Revoluções Industriais.

caracterizado no âmbito da metrópole e do município pela consolidação de territórios desiguais.

As desigualdades territoriais presentes no mundo contemporâneo foram também objeto de reflexão de SANTOS e SILVEIRA (2003, p. 259). Para os autores elas têm como fundamento um número muito maior de variáveis em comparação a períodos históricos anteriores, cuja combinação produz situações de difícil classificação. Concluem afirmando que a simples identificação morfológica não tem valor para a compreensão dos processos se a análise não incorporar o dinamismo presente em cada parte do território e sua relação com a dinâmica ocorrida no território como um todo.

Ao abordar a relação industrialização / urbanização LEFEBVRE (2001, p. 9) afirma serem estes, fenômenos ao mesmo tempo inseparáveis e conflitantes. Declara que historicamente sempre existiram choques entre a realidade urbana e a industrial, cuja complexidade ao longo do tempo revelou-se cada vez mais difícil de ser apreendida. Conclui afirmando que longe de ser elucidado, este processo dialético está distante de ser terminado, devendo provocar ainda inúmeras situações ou problemas.

Expostas as questões e reflexões, o desafio que se impõe para a conclusão do estudo sobre a produção do espaço urbano de Araucária será o de captar as interações espaciais presentes no fenômeno de urbanização ocorrido, levando em conta a desigualdade territorial, a complexidade e as transformações que historicamente tem caracterizado as cidades capitalistas.

#### 4.1 O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE URBANA

As reflexões até aqui apresentadas demonstraram que a relação responsável por desencadear a reestruturação intra-urbana em Araucária derivou-se do par dialético industrialização / urbanização. Neste processo, cumpriu papel fundamental a desconcentração espacial da indústria ocorrida no Brasil na segunda metade do século XX, que se materializou no aglomerado metropolitano de Curitiba a partir da década de 1970, constituindo o fato histórico e geográfico responsável por reorientar a reestruturação do espaço urbano-metropolitano.

Derivada, portanto, da relação industrialização / urbanização e produto de interações inter e pluri-escalares, a morfologia espacial consolidada a partir da instauração destes fenômenos, revela uma primeira contradição. A desconcentração da indústria, justificada pelo Estado no início do processo pela necessidade de redução dos desequilíbrios regionais no Brasil, materializou-se no Paraná e no aglomerado por meio de uma estratégia de incentivo ao desenvolvimento industrial caracterizada pela concentração espacial desta atividade.

No Paraná, tal concentração realizou-se prioritariamente no aglomerado metropolitano de Curitiba, em alguns poucos municípios localizados no entorno do pólo. Dados sobre a evolução da participação do aglomerado no total do Valor Adicionado Fiscal (VAF) do estado (TABELA 16) demonstram o papel crescente deste espaço como receptor de grande parcela dos investimentos industriais no Paraná.

TABELA 16 – PARTICIPAÇÃO NO VAF TOTAL DO PARANÁ, RMC – 1975/2000

ÁREA	% DO VAF TOTAL						
	1975	1980	1983	1985	1989	1996	2000
Aglomerado Metropolitano <sup>(1)</sup>	15,568	31,907	34,252	27,536	35,310	38,367	41,123
Curitiba	13,474	15,763	18,093	15,617	23,214	25,669	19,892
Primeiro anel <sup>(2)</sup>	2,094	16,144	16,158	11,919	12,096	12,698	21,231
Segundo anel <sup>(3)</sup>	1,117	1,107	1,100	1,069	1,300	1,308	1,508
Terceiro anel <sup>(4)</sup>	0,371	0,467	0,380	0,496	0,415	0,416	0,412
TOTAL RMC	17,056	33,481	35,731	29,101	37,025	40,091	43,043

FONTE: MOURA, R; SILVA, S. T. Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. **Primeira Versão**, Curitiba, v. 3, 2004. 61 p. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira\\_versao/Dinamica\\_RMC.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf)> Acesso em: 15 nov. 2004.

- (1) O aglomerado metropolitano corresponde ao pólo e primeiro anel.
- (2) O Primeiro anel corresponde ao conjunto de municípios formado por Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.
- (3) O Segundo anel corresponde ao conjunto de municípios formado por Bocaiúva do Sul, Balsa Nova, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.
- (4) Denomina-se terceiro anel o conjunto de municípios formado por Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Doutos Ulisses, Lapa, Quitandinha e Tijucas do Sul.

A mesma dinâmica concentradora analisada sob o ponto de vista da escala metropolitana, foi identificada por FIRKOWSKI<sup>50</sup> (2001, p. 194) ao demonstrar que

<sup>50</sup> A centralização da indústria dinâmica no vetor oeste da RMC no período entre 1970 e 1990 é apontada por FIRKOWSKI (2001, p. 194). Ela explicita que tal estratégia fazia parte dos princípios definidos para o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba em 1978 e, segundo o documento, a indústria dinâmica prioritariamente concentrada em Curitiba e Araucária, orientaria o desenvolvimento industrial dos outros municípios: Campo Largo destacava-se como centro produtor de louças e cerâmicas em função das reservas minerais; Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré teriam uma área de industrialização definida em função das características

os investimentos públicos e privados aplicados na sua industrialização entre as décadas de 1970 e 1990 realizaram-se prioritariamente nos espaços da CIC em Curitiba e do CIAR em Araucária, a oeste do aglomerado. Em Araucária o principal investimento foi promovido pelo Estado, através da instalação da refinaria de petróleo da Petrobrás, segmento que de acordo com IPARDES (2004, p. 7) deteve a maior participação no VAF do Paraná no ano de 2002.

Estudando este fenômeno sob o ponto de vista das diferentes escalas espaciais, observa-se que as estratégias de desconcentração e desenvolvimento industrial planejadas para o país não significaram a realocação equilibrada dos investimentos e ficaram restritas a determinadas parcelas destes espaços, produzindo a desigualdade.

A centralização dos principais investimentos voltados para desenvolvimento do setor industrial na RMC, localizados de forma concentrada numa região determinada da metrópole, fornece-nos um dos primeiros subsídios para o reconhecimento da existência de intrínsecas relações entre as transformações econômicas e espaciais ocorridas em Araucária a partir da década de 1970.

A realização das novas funções atribuídas ao aglomerado metropolitano de Curitiba tem uma vinculação direta com sua localização geográfica dentro do recorte espacial, denominado por SANTOS e SILVEIRA (2003, p. 27) de região concentrada, e da existência da então recém criada região metropolitana. Sob o ponto de vista das transformações ocorridas na escala local, o fato de Araucária estar situada a oeste do aglomerado, significou que, a partir daquele momento, passou a desempenhar um papel central no desenvolvimento industrial da região e do estado.

A emergência deste novo papel representou a reestruturação de seu espaço urbano, marcada por rupturas, descontinuidades<sup>51</sup> e desigualdades, conforme processo demonstrado no Capítulo 2. O reconhecimento de que o desenvolvimento industrial está na origem deste fenômeno é fundamental para a compreensão da dinâmica de produção do espaço em análise e permite relacioná-lo à gênese dos

---

naturais e da extração mineral e São José dos Pinhais, devido a proximidade dos mananciais e a existência de áreas inundáveis, teria um crescimento controlado onde a implantação de indústrias priorizaria aquelas com uso intensivo de mão de obra.

<sup>51</sup> O estudo das transformações da morfologia urbana de Araucária a partir de 1970, que caracterizam espacialmente a reestruturação espacial, foi objeto de estudo do Capítulo 2.

fenômenos de expansão urbana, ao surgimento de novas centralidades e a re-significação do centro tradicional ocorridos em Araucária.

A partir desta constatação e através dos dados representados espacialmente nos mapas subseqüentes, foram obtidos elementos que explicitam como as transformações espaciais ocorridas na escala local articulam-se ao processo de industrialização e à dinâmica metropolitana. Tais dados demonstram o fenômeno pelo qual o movimento de expansão da indústria no aglomerado incorporou o território de Araucária e trazem elementos fundamentais para a compreensão da constituição da morfologia intra-urbana e das características do processo de reestruturação espacial havido.

No plano das relações interurbanas a primeira manifestação espacial das transformações é explicitada pelo movimento de expansão da mancha urbana da cidade de Curitiba para além de seus limites territoriais (MAPA 11), incorporando municípios adjacentes. Sob o ponto de vista da abrangência do processo observa-se que a expansão contínua desta mancha restringe-se a seis municípios<sup>52</sup> e em Araucária tal relação estabelece-se a partir da conexão existente entre os espaços industriais da CIC e do CIAR.

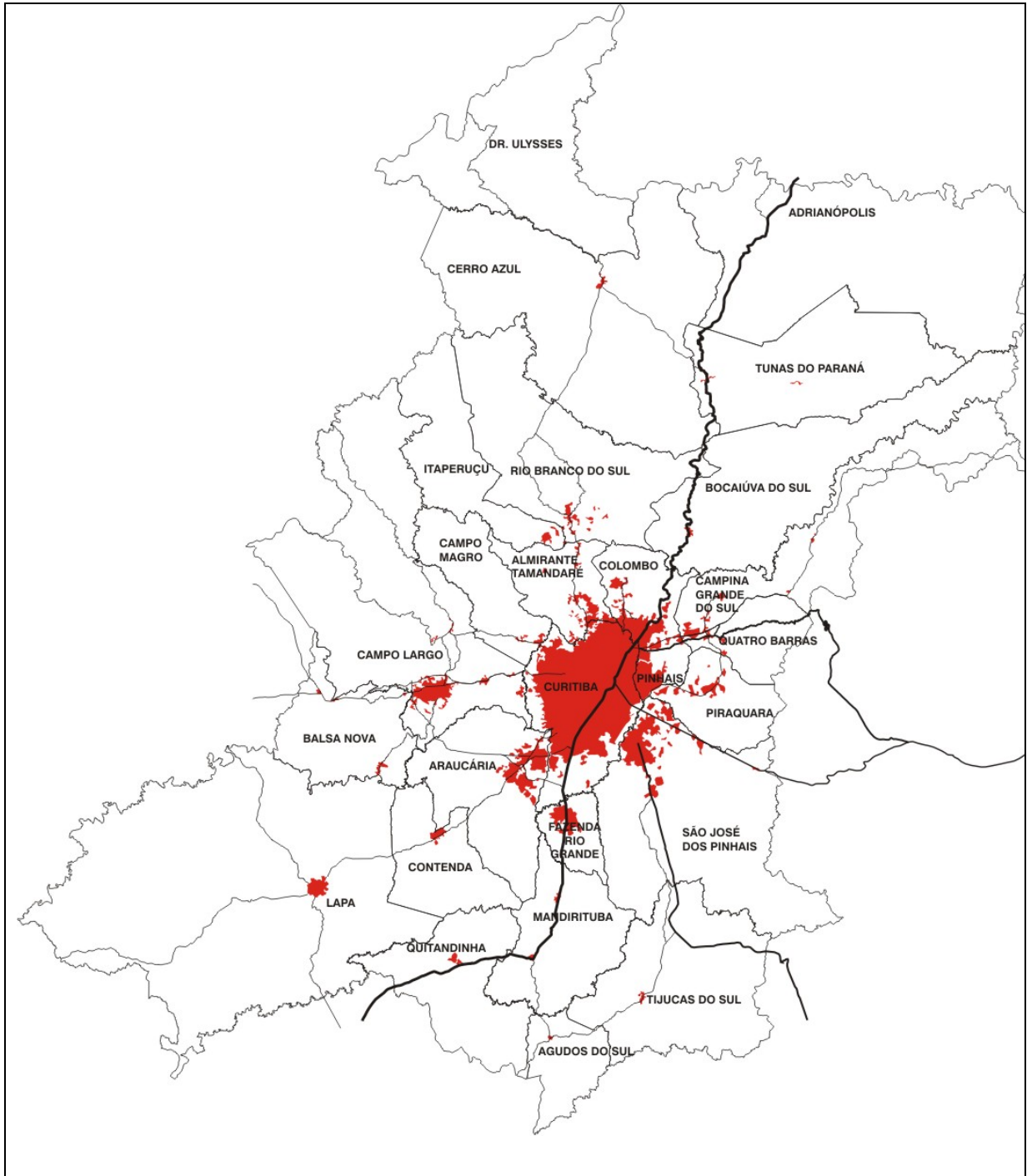
Na dimensão intra-urbana esta relação fica mais claramente compreendida a partir dos dados trazidos pelo MAPA 12. A análise temporal do fenômeno de instalação da indústria no município revelou que da década de 1970 em diante estruturaram-se dois eixos de ocupação industrial, articulados espacialmente, ao longo dos quais foram implantados a grande maioria dos estabelecimentos instalados no município. Consolidados ao longo de duas vias que conectam o CIAR à CIC, a BR 476 – Rodovia do Xisto<sup>53</sup> e a Avenida das Araucárias<sup>54</sup>, identifica-se a importância destes eixos para a compreensão das relações interescares e do par industrialização / urbanização no processo de produção do espaço estudado.

---

<sup>52</sup> Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Magro, Colombo, Pinhais, São José dos Pinhais.

<sup>53</sup> Principal via de ligação entre Araucária e Curitiba, a capital e o sudoeste do estado e acesso do município com o sul do país.

<sup>54</sup> Primeira via ligação entre o município e a capital do estado, parte do seu antigo traçado surgiu com o Tropeirismo.

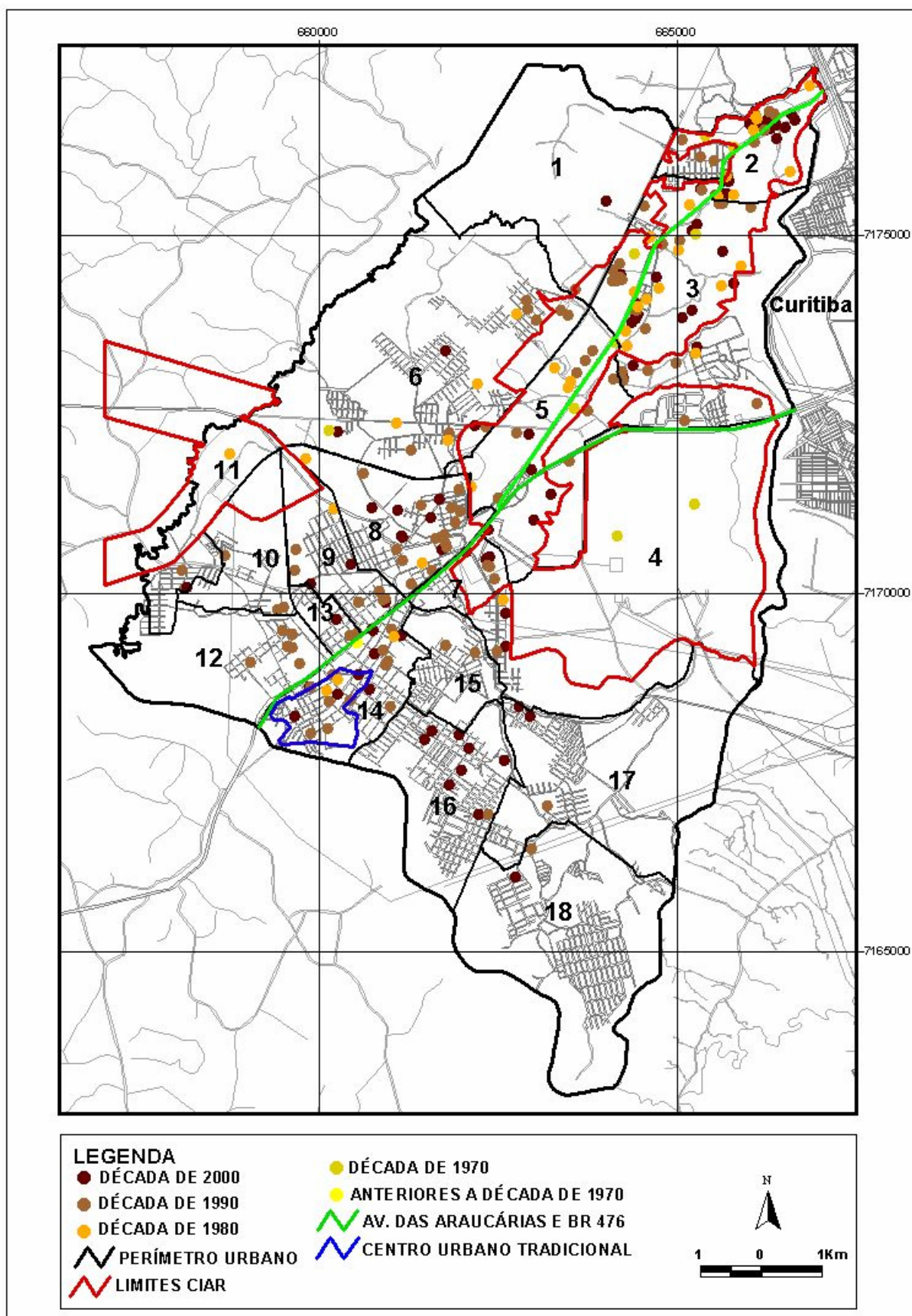


MAPA 11 – Mancha de ocupação urbana da RMC – 2000

FONTE: COMEC

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Tarquino Luis Silveira da Mota.



MAPA 12 – Indústrias existentes no município de Araucária no ano de 2002, segundo décadas de instalação – 1970/2002

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Edição: Henrique Fraga e Helena Lisboa.

Observa-se ainda no MAPA 12 que nas duas primeiras décadas do estudo os empreendimentos industriais encontravam-se instalados ao longo destes eixos de circulação, próximos da divisa com o município de Curitiba, mas restritos aos limites do CIAR. A partir de 1990 registra-se a continuidade da expansão da indústria ao longo da BR – 476, fora dos limites do centro industrial em áreas cada vez mais próximas do centro urbano tradicional. A partir da análise temporal do fenômeno de consolidação do território da indústria no município, identificou-se que o sentido do movimento de reestruturação do espaço intra-urbano deu-se de fora dos seus limites territoriais para dentro, ou seja, do pólo da metrópole em direção ao centro urbano tradicional.

A partir da identificação desta dinâmica observa-se a emergência de um processo de competição por localização no plano intra-urbano, em que o uso industrial vem substituindo os usos residencial e comercial dos subespaços correspondentes ao centro urbano tradicional e bairros residenciais que tangenciam estas vias. Tal processo tem promovido, mesmo contrariando em alguns casos o uso do solo previsto pela legislação urbana, a transformação dos seus valores de uso e de troca e a reestruturação espacial.

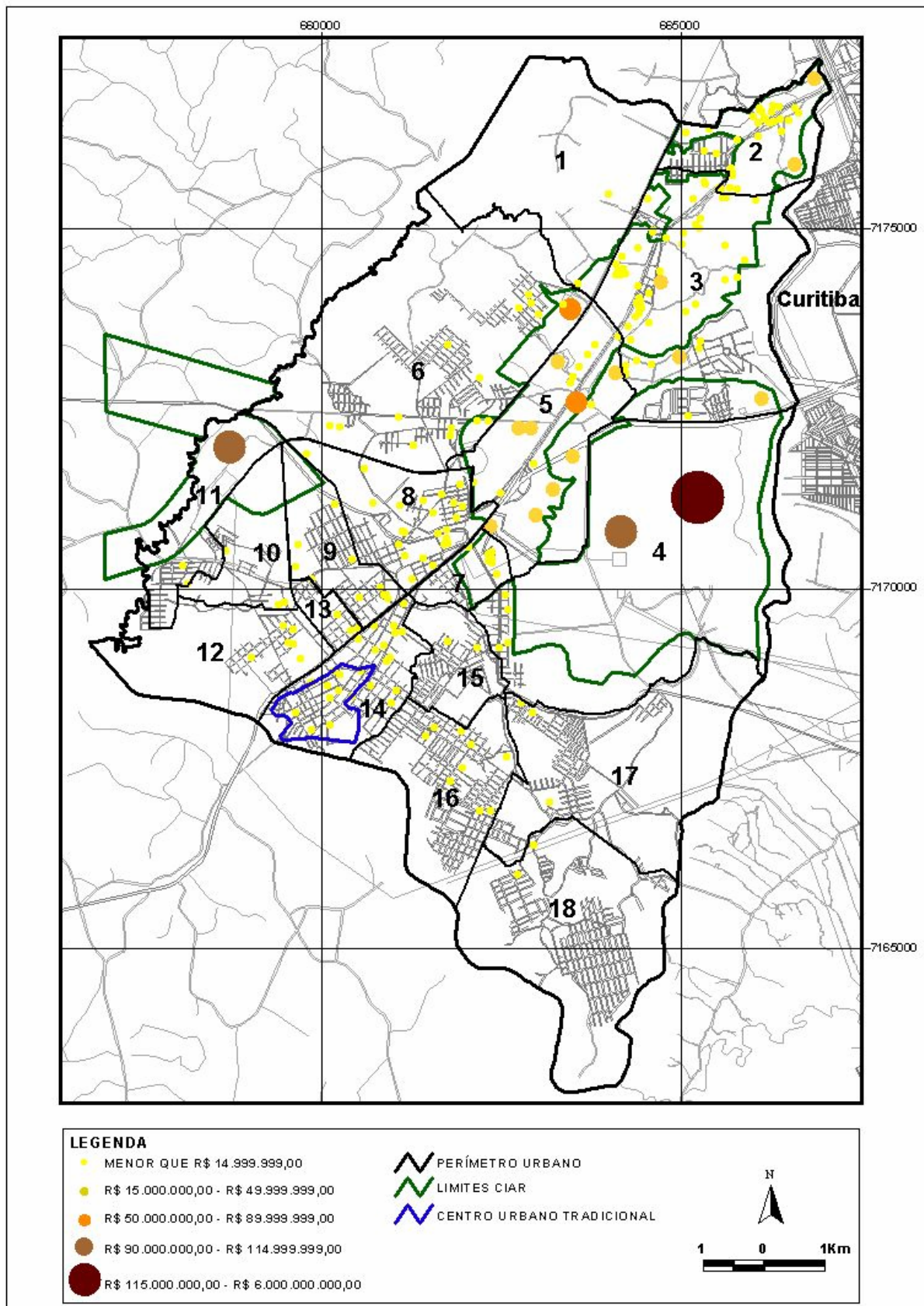
Se o MAPA 12 demonstrou que a expansão da indústria não ficou contida dentro dos limites do centro industrial criado pelo poder público municipal, mas consolidou um eixo que acompanha a Avenida das Araucárias e avança ao longo de toda a extensão urbana da BR – 476, o MAPA 13 ao priorizar a espacialização dos estabelecimentos industriais segundo a participação no VA municipal, possibilitou outra leitura. Tomando-se como referência este indicador, observou-se que se restringiram aos limites do CIAR os estabelecimentos responsáveis pela maior parcela do VA produzido em Araucária, incluídas as dezessete<sup>55</sup> indústrias que contribuem com 98,52% do VA total.

A centralização espacial dos maiores empreendimentos em produção de riqueza é também confirmada ao se localizar no território os gêneros industriais mais significativos. Observa-se no MAPA 14 que os estabelecimentos vinculados aos dois gêneros de maior peso na produção do VA do município, respectivamente química e metalúrgica, estão prioritariamente instalados dentro dos limites do CIAR.

---

<sup>55</sup> As atividades mais significativas e as principais indústrias em relação ao VA produzido estão detalhadas no Capítulo 1.



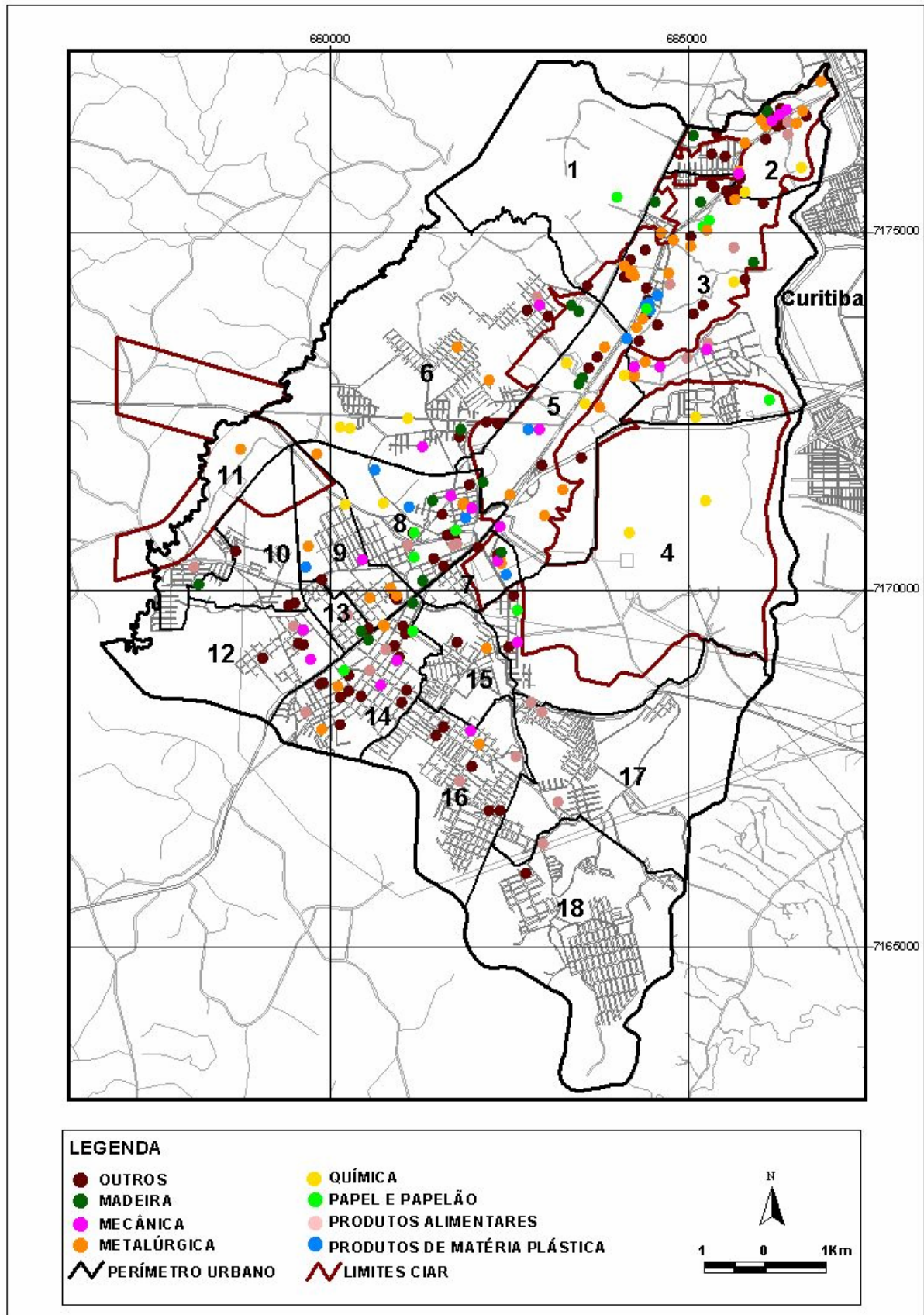


MAPA 13 – Agrupamento das indústrias conforme participação na composição do valor adicionado, Araucária - 2002

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Henrique Fraga e Helena Lisboa.



MAPA 14 – Gêneros industriais mais significativos segundo número de estabelecimentos em Araucária – 2002

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Henrique Fraga e Helena Lisboa.

A expressiva participação de Araucária na geração da riqueza do estado e da metrópole, marcada pelo peso significativo de poucos estabelecimentos industriais, demonstra algumas particularidades do espaço industrial consolidado no município:

- a) a sua centralidade no âmbito da rede de relações que se estabelecem nos planos intra e interurbano. Nele estão instaladas empresas que contribuem para a posição diferenciada ocupada pelo município no âmbito da economia do estado do Paraná;
- b) a centralização dos estabelecimentos de maior peso na geração do VA municipal dentro do CIAR, significando no que tange ao processo de reestruturação do espaço intra-urbano, a procura por localizações fora dos seus limites para aproximadamente 45% das indústrias, cujo VA produzido não chega a 3% do total municipal.

A centralidade e a centralização expressam a seletividade manifestada no espaço, observando-se o controle, a imposição e a garantia do uso industrial sobre os demais e a localização periférica das indústrias e gêneros menos significativos para a produção do VA do Município. Tais características demonstram que a presença da indústria tornou mais complexa a estrutura urbana de Araucária. Primeiro, porque ao consolidar um novo<sup>56</sup> subespaço, inicialmente desconectado do centro urbano tradicional, conformou uma nova centralidade no plano intra-urbano. Segundo, porque imprimiu novos significados e conteúdos aos demais subespaços da cidade, identificando-se fenômenos de reestruturação, no espaço urbano ocupado antes da industrialização, e de estruturação de novas áreas de expansão urbana.

A constituição desta nova centralidade urbana, representada pelo território da indústria em Araucária e pela emergência de maior quantidade de fluxos nos planos intra e interurbanos, expressam ainda a transformação dos papéis desempenhados pela cidade no que diz respeito à dinâmica metropolitana.

---

<sup>56</sup> No processo de reestruturação do espaço urbano de Araucária o espaço industrial surgiu a partir de 1970, pode ser chamado de “novo” tanto sob o ponto de vista da ocupação daquele espaço quanto das atividades e funções urbanas nele desenvolvidas.

## 4.2 CENTRO E PERIFERIA: A PRODUÇÃO DA DESCONTINUIDADE E DA DESIGUALDADE TERRITORIAL

Demonstrou-se no item anterior que a reestruturação espacial da cidade foi sendo construída a partir da consolidação do território da indústria. O surgimento de uma nova centralidade, manifestada espacialmente pela seletividade e exclusividade de uso do CIAR e pela consolidação dos eixos formados pela BR 476 e a Avenida das Araucárias, significou a instauração de um processo de competição por localização no plano intra-urbano, onde a indústria provocou a reestruturação de antigos espaços e estruturação de novos.

O poder da indústria sobre as demais atividades urbanas, além da constituição de uma nova centralidade, expressou-se no espaço através da formação da periferia urbana<sup>57</sup>. Observa-se no MAPA 15 que o espaço da indústria manteve-se praticamente preservado dos loteamentos residenciais surgidos a partir de 1970, registrando-se nos vetores sudeste e noroeste do perímetro urbano as maiores proporções de áreas parceladas. A identificação da localização prioritária destes parcelamentos residenciais indica não apenas o controle do uso do espaço exercido pela indústria, como também dá indícios das características nas quais se deu a estruturação da sua periferia urbana.

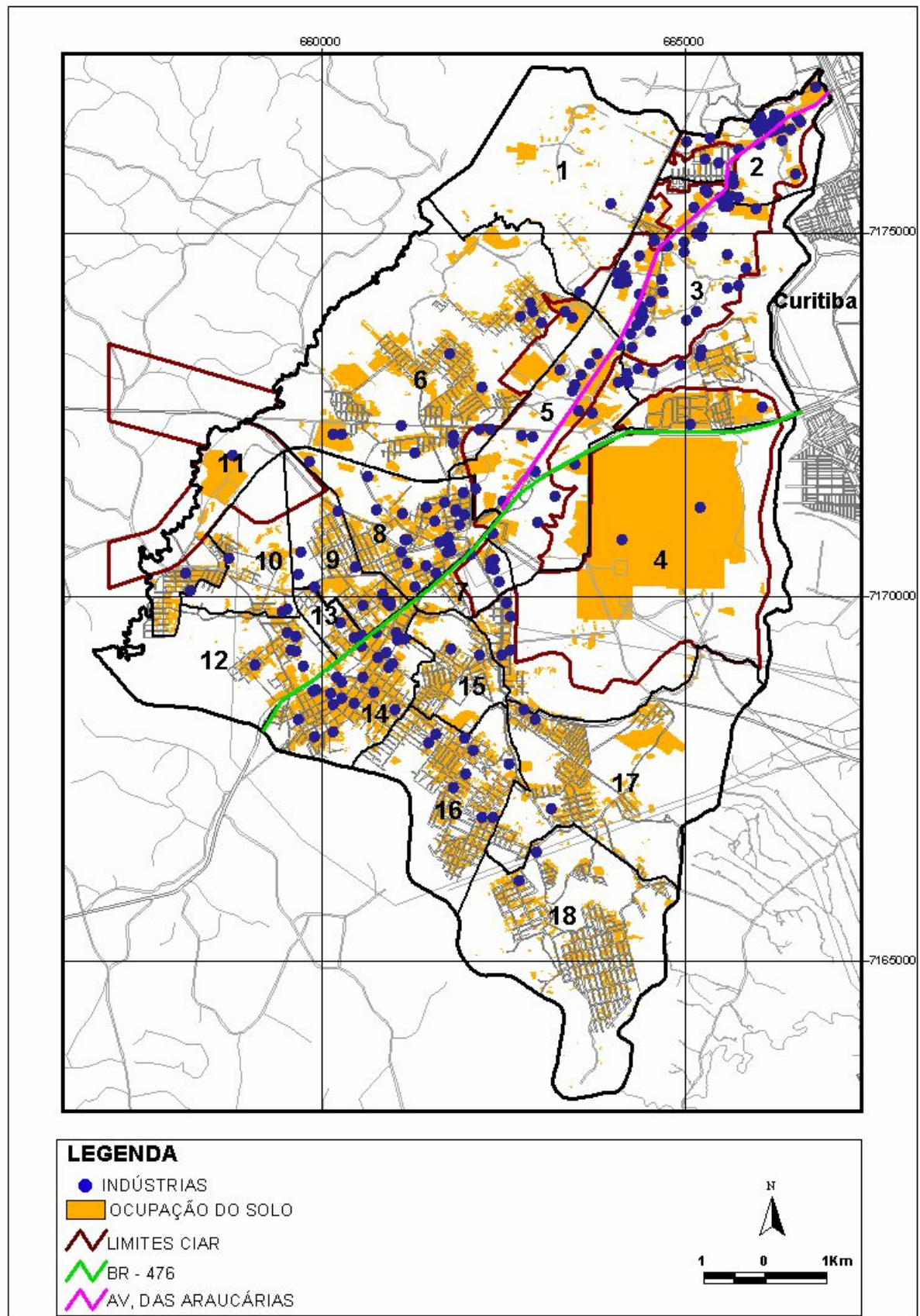
A partir do desenvolvimento industrial e da consolidação do território da indústria, cumpriram também papel fundamental para o surgimento deste novo sub-espaço dois elementos que se inter-relacionam:

- a) a valorização fundiária e o crescimento do interesse dos incorporadores imobiliários no município;
- b) a possibilidade de expansão legal do parcelamento de solo urbano derivada do aumento expressivo do perímetro urbano no final da década de 1970.

---

<sup>57</sup> SPOSITO (2004, p. 289) define periferia e a diferencia de subúrbio. Segundo a autora o último é resultado de um processo lento de ocupação, apropriação e uso de espaços não urbanos, que se transformam a partir de diferentes iniciativas, ações e práticas sócio-espaciais. A periferia é resultado de um planejamento realizado pela incorporadora que implanta o loteamento ou pelo poder público que realiza ou financia a incorporação imobiliária de conjuntos habitacionais voltados à população de baixa renda.





MAPA 15 – Loteamentos e localização das indústrias de Araucária – 2000

FONTE: Prefeitura Municipal de Araucária

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Henrique Fraga e Helena Lisboa.

Os dados apresentados no Capítulo 2 sobre a evolução temporal e espacial do processo de estruturação da periferia urbana residencial deixam claro a ação dos proprietários fundiários, incorporadores imobiliários e poder público municipal na sua produção. A articulação entre industrialização, valorização imobiliária, possibilidade de expansão urbana e aquecimento do mercado de terras, a partir da década de 1970, fica explícita nos depoimentos de alguns empreendedores imobiliários que atuam no município desde aquela época.

Segundo eles, a instalação da Refinaria de Petróleo da Petrobrás significou a abertura do mercado para lotes pequenos destinados a uma população de menor renda que era atraída pela possibilidade do emprego na indústria. Na leitura desses agentes, o desenvolvimento industrial desencadeou o processo, mas atualmente o interesse dos incorporadores imobiliários no município explica-se pelo fato de em Curitiba não existirem mais glebas a serem parceladas, acessíveis economicamente à população de baixa renda, público alvo da maioria de seus empreendimentos. A possibilidade de parcelamento de áreas afastadas do centro tradicional de Araucária e do pólo da metrópole, segundo tais relatos, possibilitou a esta população a aquisição de lotes “baratos”, financiados pelas imobiliárias<sup>58</sup>. De acordo com a IMOBILIÁRIA 1 para que o custo do lote viabilize a compra por esta faixa da população as prestações hoje devem ficar em torno de meio salário mínimo, custo que se pode obter em glebas parceladas com padrão de lote mínimo num bairro como o Capela Velha (6), por exemplo. Os lotes do centro urbano de Araucária, consolidado antes da industrialização onde vivem as famílias tradicionais, eram e ainda são vendidos à vista, inviabilizando a compra pela faixa de população de menor renda.

Neste processo de produção da periferia é importante ressaltar o desempenho dos proprietários fundiários. De acordo com o relato das IMOBILIÁRIAS 1 e 2, nas primeiras décadas de expansão imobiliária o baixo custo das glebas recém transformadas em urbanas possibilitava a aquisição de áreas, por parte das imobiliárias, antes da elaboração dos projetos e da execução dos loteamentos. Havia grande disponibilidade de terras no mercado e interesse de venda por parte de seus proprietários. Atualmente segundo eles, a valorização do solo urbano do município significou que para tornar viável a realização de novos

---

<sup>58</sup> Informação verbal da IMOBILIÁRIA 1 (11 de outubro de 2005), da IMOBILIÁRIA 2 (24 de outubro de 2005) e da IMOBILIÁRIA 3 (09 de novembro de 2005).

empreendimentos há a necessidade de constituição de parcerias<sup>59</sup> entre incorporadores e proprietários.

As informações apresentadas no Capítulo 2 sobre o volume de parcelamentos legais produzidos no município, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, já demonstravam o crescente interesse dos incorporadores imobiliários no município. Todavia através destas declarações pode-se compreender o papel desempenhado pelos proprietários fundiários na instauração dos processos de especulação imobiliária e expansão urbana.

Apesar de todas as periferias das cidades brasileiras serem similares nos seus processos de formação, a de Araucária apresenta algumas particularidades. Primeiro porque ela foi prioritariamente construída pelo mercado legal de terras. Não há ocorrência de ocupações irregulares significativas em Araucária, como é o caso dos municípios localizados no vetor leste do aglomerado. A proximidade com a indústria e a pouca presença de restrições ambientais e legais para parcelamento significou a valorização fundiária do seu espaço urbano. A “terra urbana” em Araucária transformou-se num produto altamente valorizado no mercado metropolitano. Este potencial fica explícito nas palavras dos empreendedores: levando em conta lotes de mesmo preço e tamanho, Araucária vende melhor do que qualquer município da RMC, as classes de mais baixa renda sempre procuram lotes em Araucária, elas são atraídas pelo emprego na indústria e pela existência de um bom sistema público de saúde e educação<sup>60</sup>.

Dados sobre o processo de parcelamento de solo, apresentados no Capítulo 2, comprovam a evolução da produção e comercialização de terras no município a partir da década de 1970, todavia, a explicação para a instauração desta dinâmica encontra-se na redefinição do papel econômico da cidade e na consolidação da metrópole enquanto fato urbano único. Industrialização e urbanização / metropolização produziram ao mesmo tempo a valorização fundiária e o crescimento do interesse dos incorporadores imobiliários no município, responsáveis por conformar sua periferia urbana.

---

<sup>59</sup> Segundo relato da IMOBILIÁRIA 1 estas parcerias têm sido estabelecidas da seguinte forma: o proprietário disponibiliza a gleba, o incorporador aprova o loteamento nos órgãos competentes e executa a sua implantação pagando posteriormente ao proprietário em troca de lotes urbanizados (informação verbal).

<sup>60</sup> Informação verbal da IMOBILIÁRIA 1 (11 de outubro de 2005).

Balizando-se nas reflexões de SANTOS (1994) sobre a organização interna das cidades brasileiras, pode-se compreender que a dinâmica de formação da periferia de Araucária não é única nem exclusiva. Assemelha-se à cidade denominada pelo autor de “corporativa”, definida como aquela na qual as atividades não-hegemônicas são deixadas à “espontaneidade do mercado” e as atividades “centrais”, que possibilitam a realização com êxito dos propósitos do Estado e das corporações<sup>61</sup>, são as que canalizam todos os esforços públicos e privados no sentido de equipá-las para o exercício desta “vocação”. O autor afirma ainda, que na cidade “corporativa” o aparente caos expressado por sua organização interna obedece a uma lógica e decorre, dentre outras características, à:

... expansão das classes médias urbanas e à chegada de numerosos pobres à cidade, essa dupla pressão contribui para exacerbar o processo especulativo. A terra urbana, dividida em loteamentos ou não, aparece como promessa de lucro no futuro, esperança justificada pela existência de demanda crescente. Como as terras apropriadas, mas não utilizadas, são cada vez mais numerosas, a possibilidade de dotá-las dos serviços requeridos é sempre menor. Daí, e de novo, uma diferenciação no valor de troca entre as diversas glebas e assim por diante. É assim que a especulação se realimenta e, ao mesmo tempo, conduz a que as extensões incorporadas ao perímetro urbano fiquem cada vez maiores. (SANTOS, 1994, p. 97)

Se nos municípios localizados a leste do aglomerado, caracterizados pela presença das áreas de proteção de mananciais, a periferia foi marcada pela ocupação ilegal e a favela, em Araucária ela foi fundamentalmente realizada pela articulação entre proprietários fundiários, incorporadores imobiliários e poder público municipal, cujo efeito foi responsável pela produção deste sub-espço.

Para MARICATO (2000, p. 155-162), o fenômeno de urbanização brasileiro caracterizado por uma “industrialização com baixos salários” possibilitou a expansão do mercado de terras na periferia, porque:

- a) tinham um custo mais acessível do que as terras urbanas mais valorizadas dos centros urbanos já consolidados;

---

<sup>61</sup> O vocábulo “corporação” é empregado por SANTOS (1994, p. 109) para caracterizar grupos fechados, reunidos em torno de interesses exclusivos que não levam em consideração os interesses dos demais grupos. Para o autor a cidade atual presta-se a este tipo de segmentação, observando-se a emergência de grupos “mais ou menos organizados, lutando de maneira difusa ou com o apoio de lobbies mais ou menos agressivos e mais ou menos aparelhados, através de discursos, marketing, alianças duráveis ou colusões ocasionais, estratégias e táticas de prevalência de suas reivindicações setoriais”.



- b) os investimentos em infra-estrutura realizados pelas gestões urbanas têm historicamente alimentado a especulação imobiliária e não a democratização do acesso a terra;
- c) a legislação ambígua ou aplicada de maneira arbitrária é efetiva para as áreas valorizadas pelo mercado e relaxada naquelas inviáveis para produção de parcelamentos legais, nestas tem-se tolerado a transgressão da lei.

No processo de produção do espaço da periferia urbana cumpriu, portanto, um papel fundamental a dinâmica demográfica registrada nos municípios integrantes do aglomerado metropolitano nas últimas décadas. Segundo IPARDES (2003, p. 6-8), de 1970 a 1991 a população metropolitana de Curitiba cresceu de 869.837 para 2.003.015 habitantes, concentrando respectivamente 12,55% e 23,70% do total da população do estado. Esta tendência de concentração acentuou-se na década seguinte e em 2000 passou a agregar 28,95% da população paranaense. Naquele ano, concentrava-se em Curitiba 57,3% da população metropolitana, que somada à dos demais municípios do aglomerado, reuniam 92,4% dos seus habitantes. O mesmo estudo identificou que entre 1970 e 1980 o incremento de população privilegiava o pólo com 67%, contra 30,6% nos outros municípios e registrava taxas de crescimento geométrico anual da ordem de 5,21% e 8,06% respectivamente.

Em função de que a partir de 1970 as maiores taxas de crescimento passaram a ser registradas não mais no pólo, mas nos demais municípios do aglomerado, no ano de 2000 o incremento populacional inverte-se, distribuindo-se 40,8% em Curitiba e 54,9% nos demais. Estes mesmos municípios participam com 30% do valor adicionado fiscal da indústria no Paraná e grande parte desta parcela é atribuída à Araucária em função da presença da refinaria da Petrobras. Os dados apresentados são fundamentais para o estudo, e permitem relacionar os fenômenos de industrialização e urbanização.

Ao estudar a distribuição da indústria e da população na RMC a partir da década de 1990, FIRKOWSKI (2001, p. 125) afirma que tais estabelecimentos não mais se localizam de forma preferencial em Curitiba e sim nas cidades de seu entorno imediato, identificando que as atividades econômicas, a riqueza e a população concentram-se num espaço tipicamente metropolitano. Para a autora estas características evidenciam que a reestruturação espacial ocorrida no aglomerado dá-se a partir da desconcentração de certas atividades e de uma

parcela significativa da população, que passa a localizar-se fora dos limites político-administrativos de Curitiba, mas que guarda ainda uma vinculação essencial com o pólo.

Para SPOSITO (2004, p. 137), a diminuição do peso populacional do pólo no conjunto dos aglomerados é uma tendência mundial nas áreas metropolitanas e relaciona-se aos efeitos das deseconomias de aglomeração nos núcleos urbanos centrais, à redução da disponibilidade de áreas para ocupação e ao aumento dos preços imobiliários. A autora ressalta que no caso brasileiro e latino americano somam-se ainda mais duas razões:

Em primeiro lugar, as diferenças de disponibilidade dos meios de consumo coletivos, segundo um padrão de má distribuição espacial desses meios, são acompanhadas por maiores disparidades socioeconômicas no interior da sociedade, agravando a tendência ao maior adensamento das áreas menos equipadas, que se constituem na única opção para os que podem pagar menos. Em segundo lugar, as taxas de crescimento vegetativo são mais altas entre os mais pobres, e a densidade demográfica é mais elevada, porque são essas famílias que acolhem parentes ou amigos recém-imigrados para as metrópoles, em busca de trabalho, elevando o número médio de pessoas que ocupa um único domicílio.

A interação entre industrialização, crescimento demográfico e ampliação do mercado de terras produziu no município a constituição de uma morfologia espacial urbana descontínua e desarticulada, cujas origens devem-se:

- a) a ampliação do perímetro urbano em 1977, por ocasião da execução do Plano de Desenvolvimento Urbano, instrumento vinculado à criação do CIAR;
- b) a seletividade, o controle, a imposição e a garantia de uso do espaço reservado e dominado pela indústria;
- c) o crescimento da especulação imobiliária.

Observa-se no MAPA 16, na TABELA 17 e no GRÁFICO 13 que a periferia é o espaço onde se localiza a maioria da população urbana do município, destacando-se os bairros Capela Velha (6), Costeira (17), Campina da Barra (18) e Iguaçu (16), formados e ocupados a partir de 1970, que juntos somam 53,53% do total desta população. Cruzando-se estes dados com os trazidos pelo MAPA 17 pode-se concluir que a constituição da periferia, representada por tais bairros, é uma expressão da emergência de interações ocorridas no âmbito das escala intra-urbana e interurbana ou metropolitana. Além de mais populosos estes bairros registram

também as maiores porcentagens dos parcelamentos residenciais, 57,02% do total ocorrido no município, possibilitando relacionar a dinâmica de estruturação deste espaço à reestruturação espacial ocorrida no aglomerado metropolitano identificada por FIRKOWSKI (2001, p. 125).

TABELA 17 – POPULAÇÃO URBANA SEGUNDO BAIROS DE ARAUCÁRIA -2000

Localização/ Bairro <sup>(1)</sup>	Bairro / nome	Número de habitantes	Densidade Demográfica (hab/Km2)	População urbana (%)
1	São Miguel	361	60	0,42
2	Barigui	930	401	1,08
3	Thomaz Coelho	3988	524	4,63
4	Tindiquera	2651	222	3,08
5	Chapada	395	84	0,46
6	Capela Velha	17069	1670	19,82
7	Sabiá	1114	1271	1,29
8	Estação	5062	2030	5,88
9	Fazenda Velha	5407	2370	6,28
10	Boqueirão	2275	1123	2,64
11	Passaúna	3252	1542	3,78
12	Porto das Laranjeiras	2225	636	2,58
13	Vila Nova	718	1449	0,83
14	Centro	5487	2058	6,37
15	Cachoeira	4854	3008	5,64
16	Iguaçu	9066	2536	10,53
17	Costeira	10198	1553	11,84
18	Campina da Barra	9761	1467	11,34

FONTE: IBGE – Censo 2000

NOTA: dados trabalhados pela autora.

(1) A numeração refere-se à localização dos bairros no perímetro urbano de acordo com os mapas apresentados.

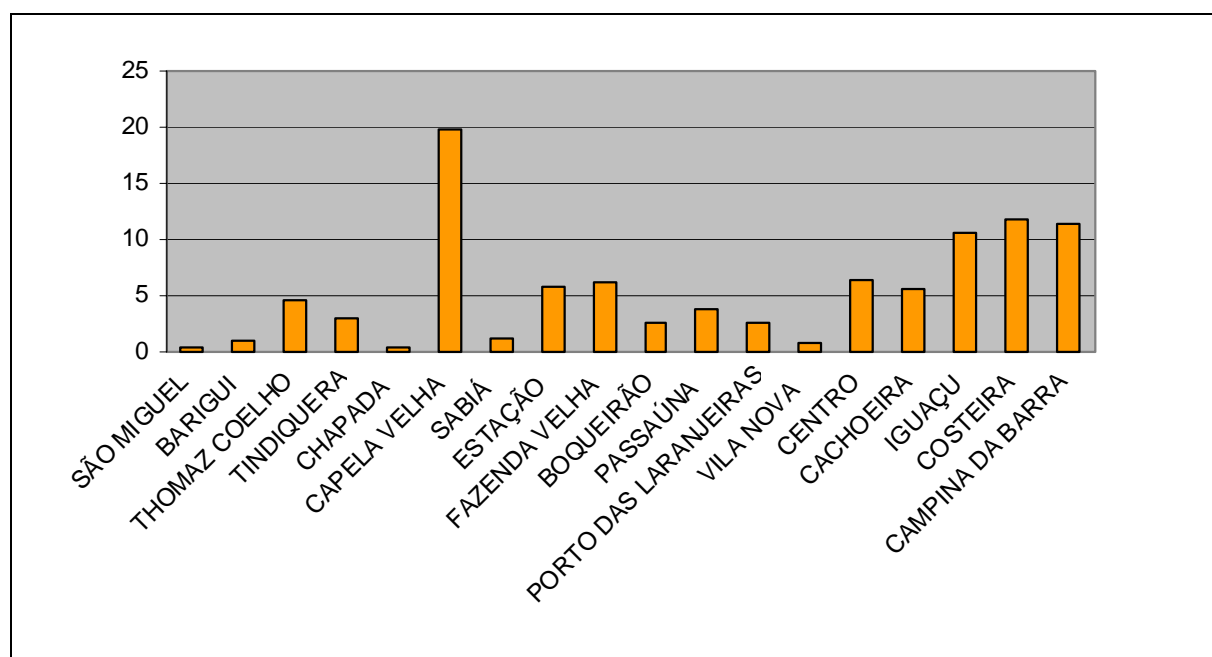
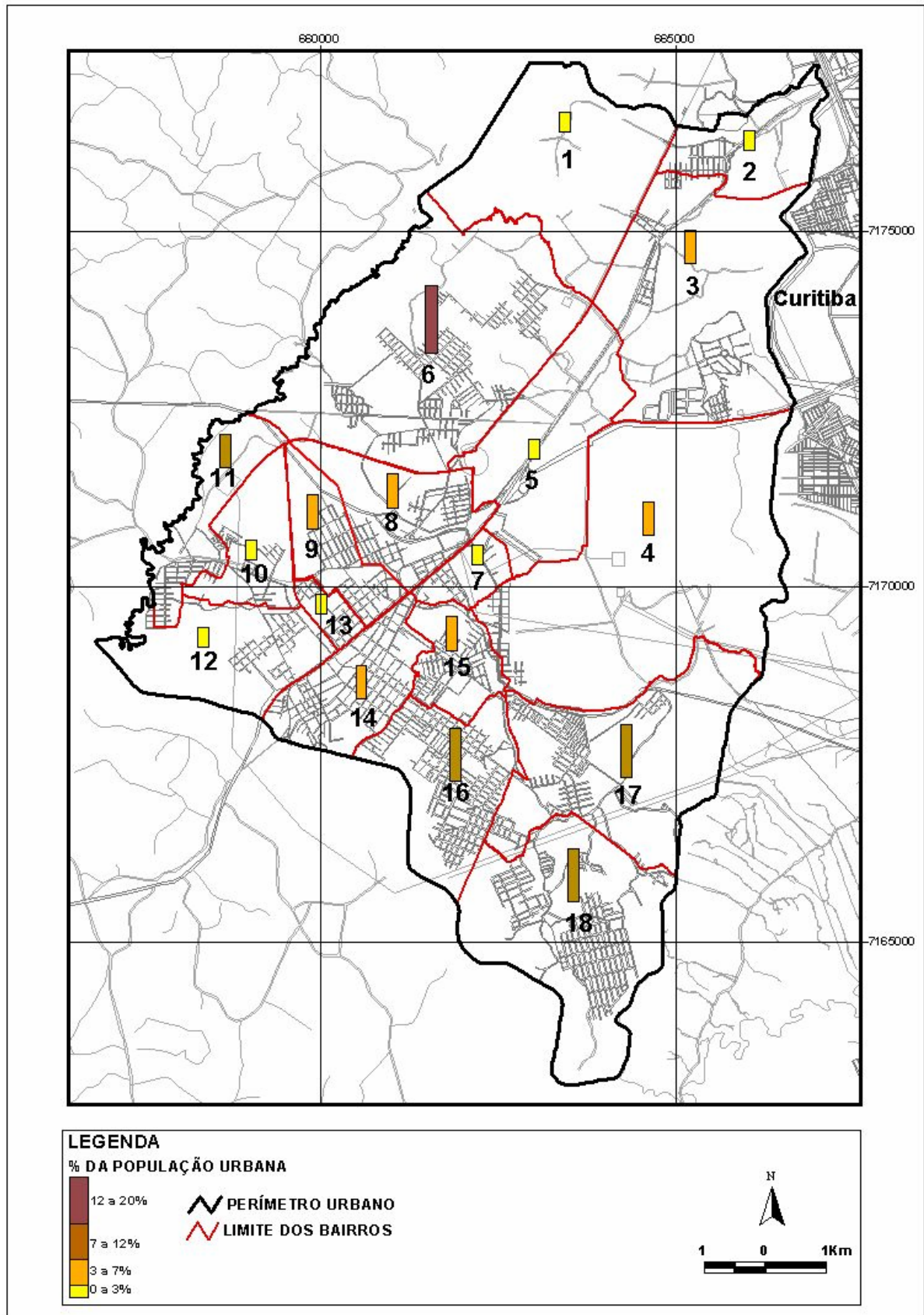


GRÁFICO 13 – Porcentagem da população urbana segundo bairros, Araucária - 2000

FONTE: IBGE – Censo 2000

NOTA: dados trabalhados pela autora.

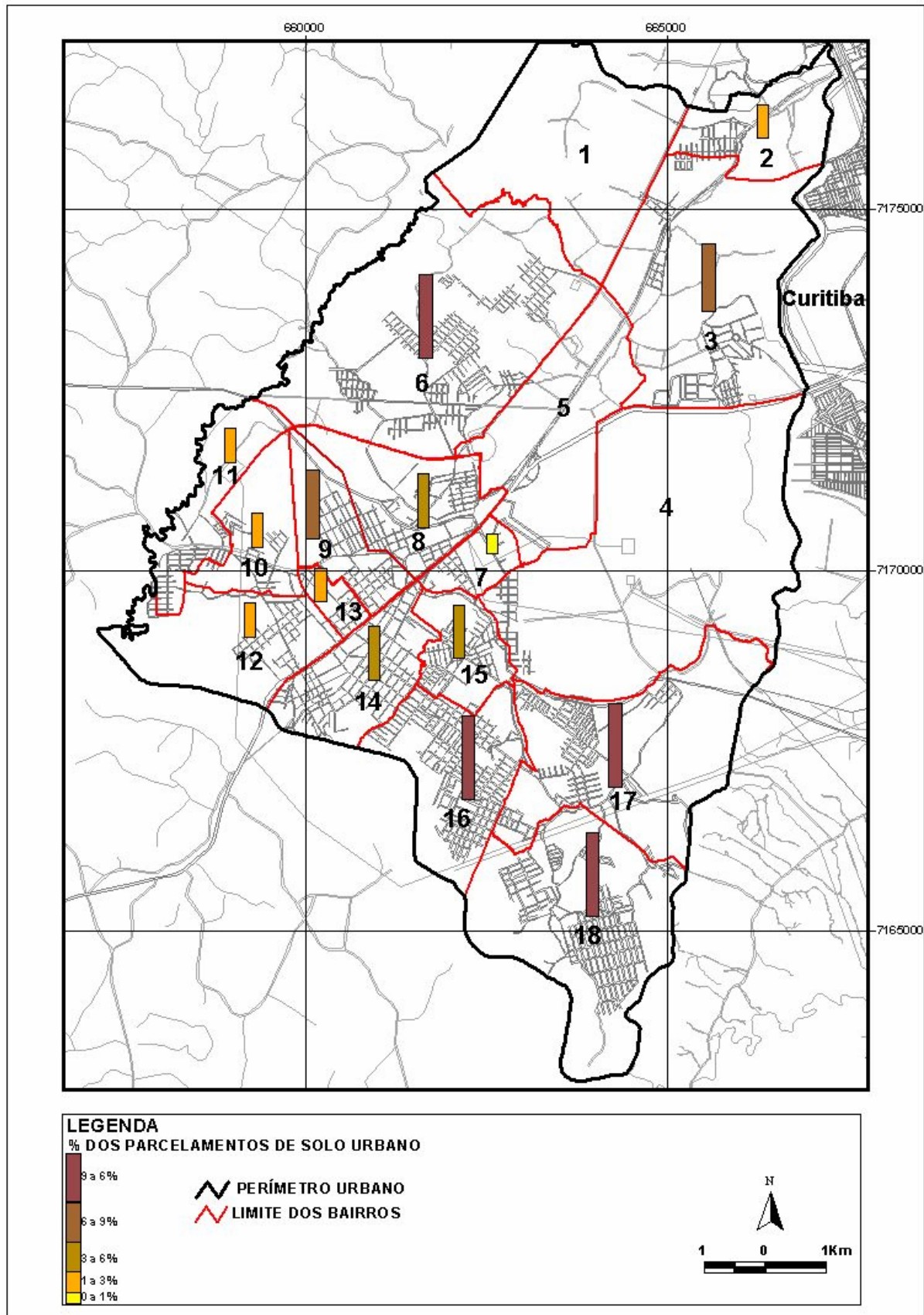


MAPA 16 – População urbana segundo bairros de Araucária – 2000

FONTE: IBGE - Censo 2000

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Helena Lisboa.



MAPA 17 – Atividade imobiliária segundo bairros de Araucária – 1970-2000

FONTE: SMUR

NOTA: dados trabalhados pela autora.

Editoração: Helena Lisboa.

A partir da desconcentração espacial da população e das atividades industriais ocorridas tendencialmente do pólo da metrópole de Curitiba em direção aos demais municípios integrantes do aglomerado, o centro urbano tradicional de Araucária que antes da industrialização e da redefinição do perímetro urbano na década de 1970 continha de maneira concentrada as diferentes classes sociais, a ocupação, as atividades e as funções urbanas, se reestrutura. Esta transformação é marcada pela expansão da atividade industrial e pela emergência da segregação<sup>62</sup> sócio-espacial das famílias tradicionais e da população imigrante. A primeira, concentrada no centro urbano existente antes da industrialização e a segunda, na periferia residencial surgida a partir do mesmo processo.

Este fenômeno relaciona-se à periferização do aglomerado metropolitano, cuja dinâmica já havia sido identificada por ULTRAMARI e MOURA (1994, p. 31), quando afirmaram que a expansão do anel periférico externo a Curitiba, produziu a “insularidade” dos centros tradicionais dos municípios limítrofes ao pólo, caracterizada pela existência de extensos vazios entre as áreas urbanas recém parceladas e os centros político-administrativos existentes.

Ao analisar as configurações espaciais urbanas, SPOSITO (2004, p. 293) afirma que, a partir da segunda Revolução Industrial, a tendência à periferização modificou o processo de estruturação das cidades segundo a lógica centro / periferia e ressalta três determinantes fundamentais responsáveis por sua alteração:

- a) a influência dos princípios do urbanismo modernista, que significou a ampliação territorial das cidades durante o século XX;
- b) os interesses imobiliários e fundiários;
- c) o desenvolvimento da tecnologia.

Procurando articular estas determinantes às forças<sup>63</sup> responsáveis por desencadear um novo período no processo de produção do espaço urbano estudado, identificaram-se sinteticamente os elementos responsáveis por alterar a relação centro / periferia em Araucária:

- a) o surgimento de novas centralidades e a desestruturação do centro urbano existente antes do desenvolvimento industrial. A nova

---

<sup>62</sup> Para VILLAÇA (1998, p. 142) “segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”.



centralidade representada pelo espaço industrial produziu na escala intra-urbana a estruturação não mais em torno de um único centro e na interurbana a incorporação de Araucária à dinâmica urbana metropolitana. Este fenômeno alterou e deu novos conteúdos ao espaço do centro urbano tradicional. A tendência de estruturação urbana a partir de mais de um centro vincula-se à ampliação de relações de interdependência entre as escalas local e metropolitana. No processo de produção do espaço em Araucária identifica-se a ocorrência de três centralidades: o centro urbano tradicional, o espaço industrial e o pólo da metrópole, as duas primeiras no plano intra-urbano e a última, indo além desta relação.

- b) o aumento dos interesses fundiários e imobiliários no processo de produção do espaço urbano, caracterizado, no que diz respeito às escolhas locacionais dos novos empreendimentos, pela ocupação de áreas não ocupadas pela indústria e desconectadas espacialmente do centro urbano tradicional, responsáveis pela configuração da periferia urbana.
- c) o descompasso entre os processos de produção e ocupação de lotes urbanos, gerando um aumento na proporção de terrenos não edificadas e o surgimento de glebas vazias e não parceladas nos interstícios destes loteamentos, produzindo uma morfologia urbana espalhada, menos densa e mais indefinida.

A formação da centralidade marcada pela presença da indústria, a reestruturação espacial do centro urbano tradicional e a estruturação da periferia urbana, permitem-nos afirmar que o processo de produção do espaço urbano de Araucária, a partir de 1970, relaciona-se de forma intrínseca à consolidação do aglomerado metropolitano, enquanto fenômeno urbano único. Alertam ainda para o fato de que tanto o território da metrópole quanto o território de cada um dos municípios que a compõem, não podem ser reconhecidos e nem compreendidos a partir do fracionamento legal produzido pelas delimitações políticas de cada um destes entes, pois integram um processo espacial único e indivisível.

---

<sup>63</sup> Conforme discussão apresentada no Capítulo 2, as forças responsáveis por desencadear um novo período no processo de produção do espaço urbano do município foram: a indústria, o Estado, o poder público municipal e os incorporadores imobiliários.

A partir da identificação deste processo torna-se pertinente a distinção de continuidade / descontinuidade territorial e continuidade / descontinuidade espacial, apresentada por SPOSITO (2004 p. 204). A autora afirma que a descontinuidade territorial muitas vezes torna-se possível porque fortalece a continuidade espacial através da ampliação das infra-estruturas de circulação e comunicação e da difusão do acesso aos equipamentos que possibilitam os deslocamentos e os contatos. Ressalta que quando estas dinâmicas ocorrem de modo simultâneo e articulado pode-se identificar “no plano da forma urbana a constituição de rupturas no tecido urbano e, no plano das dinâmicas e processos, a realização da integração espacial”.

Através da análise desenvolvida neste capítulo, pode-se afirmar que o processo de produção do espaço ocorrido em Araucária a partir do seu desenvolvimento industrial, caracterizado pela descontinuidade territorial do seu tecido urbano, possibilitou a expansão e a continuidade espacial do aglomerado, contribuindo para a consolidação da metrópole enquanto fato urbano. Assim, tanto a industrialização quanto a urbanização ocorrida no plano local expressam o papel desempenhado pelo município no contexto da produção social do espaço metropolitano.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cabo desta pesquisa permite-se afirmar que o processo de produção do espaço em Araucária nos últimos trinta anos vinculou-se à instalação e a consolidação da indústria no território do município, desestruturando e reestruturando o seu espaço urbano e contribuindo para a estruturação do espaço metropolitano.

Ficou demonstrado que a década de 1970 inaugurou um novo momento no processo de produção social do espaço urbano de Araucária. Tal fenômeno derivou-se da relação industrialização / urbanização. O estudo da consolidação da estrutura produtiva industrial do município identificou que a dinâmica ocorrida em nível local está relacionada a uma nova fase do capitalismo industrial no plano mundial e a desconcentração da indústria dinâmica no Brasil.

Desencadeada a partir da metrópole paulista, tal desconcentração não se distribuiu de maneira uniforme pelo território brasileiro, realizando-se de forma privilegiada nas regiões sul e sudeste do país. No Paraná concentrou-se no vetor oeste do aglomerado metropolitano de Curitiba. A concentração de importantes atividades industriais, destacando-se a refinaria de petróleo da PETROBRAS, e o reconhecimento de uma série de estratégias e ações que visavam reorganizar o território do município, com o objetivo de adaptá-lo às novas funções a ele atribuídas, foi o ponto de partida para a identificação das demais transformações sofridas pelo processo local de produção do espaço. As alterações da estrutura produtiva do aglomerado metropolitano de Curitiba, a partir da implantação da indústria dinâmica nos espaços da CIC e do CIAR entre as décadas de 1970 e 1990, forneceram, portanto, as bases para o reconhecimento da existência de intrínsecas relações entre as mudanças econômicas e as reestruturações espaciais, ocorridas em Araucária no mesmo período.

A comprovação de que a década de 1970 representa um marco temporal fundamental para a compreensão das transformações locais foi demonstrada através da análise histórica e temporal do processo de instalação dos estabelecimentos industriais em Araucária. A caracterização da estrutura produtiva consolidada no município, a partir deste período, confirmou que a desconcentração da indústria de bens intermediários, ocorrida no Brasil, desempenhou um papel fundamental na constituição do território da indústria em Araucária, marcado pela

presença dos gêneros química e metalúrgica. Através da identificação dos gêneros industriais mais significativos, comprovou-se também a ocorrência de articulação entre diferentes escalas geográficas na instauração e concretização dos processos de reestruturação produtiva e espacial, ocorridos no aglomerado metropolitano e no município neste período.

As análises comprovaram que industrialização e urbanização são fenômenos complementares e indissociáveis. Os dados apresentados explicitaram que ao mesmo tempo que a emergência da industrialização em Araucária significou a reestruturação intra-urbana, a dinâmica pela qual se concretizou o processo de urbanização contribuiu para a consolidação do território da indústria.

Esta intrínseca relação foi demonstrada através do estudo temporal e espacial da formação da morfologia urbana de Araucária, onde se identificou um processo de consolidação de uma nova centralidade à nordeste do perímetro urbano, o CIAR, e o rompimento da continuidade do tecido urbano até então existente, representado pelos loteamentos residenciais periféricos, implantados nos limites sudeste e noroeste de seu território. Marcado pela centralidade no âmbito das relações intra e interurbanas, o território da indústria manteve-se preservado dos parcelamentos residenciais surgidos após 1970, fenômeno que expressa a posição privilegiada desta atividade na escolha da localização intra-urbana.

A formação da espacialidade dominada pela indústria, representada pelo CIAR e pelo eixo industrial consolidado ao longo da área urbana da BR 476, significou também a reestruturação do centro urbano tradicional e das áreas adjacentes ocupadas antes da industrialização, localizadas à sudoeste do perímetro urbano. A manifestação espacial deste fenômeno realizou-se, em primeiro lugar, porque o centro tradicional deixou de conter de maneira concentrada a ocupação, as atividades, as funções urbanas e as diferentes classes sociais. Em segundo lugar, porque a expansão da atividade industrial sobre o eixo da BR 476, explicada pela sua posição dominante na disputa pela localização intra-urbana, vem provocando a conversão da função deste sub-espço.

LEFEBVRE (2001, p.13), explica que os centros urbanos, parte essencial da imagem e do conceito das cidades, transformaram-se ao longo dos diversos períodos da história, e afirma que foi a partir da industrialização que tais núcleos reestruturaram-se e ganharam novos significados. A partir deste período eles passam a ter não mais o significado de centro comercial, religioso, intelectual,

político e econômico, que tinham na cidade pré-industrial ou pré-capitalista, reestruturando-se. O autor ressalta que nas cidades contemporâneas muitos destes centros vem sofrendo processos de deterioração ou degradação, observando-se que tais núcleos ganham novos significados e são re-fortalecidos quando eles re-afirmam-se como centro de poder.

A reflexão do autor a propósito do processo de reestruturação dos centros urbanos é relevante para a compreensão das novas relações centro-periferia, observadas em Araucária a partir da década de 1970. Para se compreender o processo de reestruturação do centro urbano tradicional no município, afirma-se que tais relações somente podem ser explicadas levando-se em consideração as diferentes escalas espaciais envolvidas no processo de produção do espaço: a interurbana e a intra-urbana.

Do ponto de vista da primeira escala, onde as relações econômicas têm um peso fundamental, o centro é o pólo da metrópole, e a espacialidade definida pelo CIAR e pela CIC apresentam-se, em conjunto, como importante centralidade industrial e de atividades decorrentes, no âmbito do aglomerado metropolitano. Do ponto de vista da segunda, a intra-urbana, o CIAR constituiu-se num dos pólos que desempenhou papel fundamental na reestruturação urbana. O centro urbano tradicional, mesmo re-significado, continua ainda desempenhando o papel de centro político-administrativo do município.

Identificou-se portanto, que o processo de produção do espaço estabelecido a partir da industrialização tornou mais complexa a estrutura urbana de Araucária. A emergência desta nova centralidade significou, no que tange à escala intra-urbana, que a sua estruturação passou a realizar-se não mais exclusivamente em torno do centro urbano tradicional. Do ponto de vista da dimensão interurbana, dada a importância do centro industrial para a economia do Paraná e o peso dos estabelecimentos ali instalados na produção do VA do estado, esta nova centralidade representou a incorporação do espaço urbano municipal à dinâmica metropolitana. Paralelamente, este processo alterou o papel e deu novos conteúdos ao sub-espço do centro urbano tradicional, bem como produziu a estruturação de novos vetores de ocupação urbana nas áreas periféricas do seu perímetro urbano.

O estudo da estruturação do espaço urbano de Araucária explicitou ainda o papel desempenhado por Curitiba neste processo. Tomando-se como referência o sítio da cidade, observou-se que desde o início da estruturação urbana, a tendência

de expansão predominante foi no sentido leste. As análises demonstraram que, ao longo da história de ocupação do espaço intra-urbano, as atividades econômicas essenciais na produção da riqueza do município, tais como o comércio de tropas, a colônia agrícola e a indústria, sempre se localizaram junto aos principais eixos viários que conectam Araucária a Curitiba (Avenida das Araucárias e BR 476). A partir de 1970, com a instalação e consolidação da indústria dinâmica, identificou-se também a alteração do sentido de movimento de estruturação do espaço intra-urbano. A direção prioritária de expansão não se alterou, continuou rumando para o leste, mas o vetor passou a propagar-se dos limites territoriais de Curitiba para dentro dos limites territoriais de Araucária. Esta dinâmica explicitou não apenas o poder de estruturação desempenhado pelo pólo sobre os demais espaços integrantes do aglomerado metropolitano, mas a intensificação do fenômeno de metropolização, reconhecido a partir do aumento dos fluxos e relações cotidianas ocorridas entre os mesmos, da complementaridade de funções e do fortalecimento dos vínculos econômicos, características fundamentais para a concretização deste fenômeno espacial.

O poder da indústria sobre a localização das demais atividades, no plano intra-urbano, alterou ainda a lógica presente nas relações entre centro e periferia da cidade, marcada pela valorização fundiária e pelo crescimento do interesse especulativo dos incorporadores imobiliários e dos proprietários de terra. Demonstrou-se que a instauração de uma dinâmica de especulação imobiliária e a subserviência do poder local a estas corporações, produziu uma periferia expandida e fragmentada, desconectada do centro urbano tradicional. Os dados analisados demonstraram que tal periferia, localizada nos vetores sudeste e noroeste do perímetro urbano em áreas não ocupadas pela indústria e próximas aos limites com Curitiba, concretizou-se através da articulação de interesses dos grupos hegemônicos no processo de produção do espaço de Araucária, sendo possível pelas seguintes determinantes:

- a) a enorme expansão das áreas urbanas disponíveis para o parcelamento a partir da aprovação do Plano Diretor em 1978,
- b) a existência de uma legislação de parcelamento do solo permissiva,
- c) o crescimento dos interesses imobiliários e fundiários no município,

- d) a possibilidade de acesso destas áreas ao pólo da metrópole, viabilizando o fluxo e a mobilidade da crescente população metropolitana que passou a adquirir os lotes aí produzidos.

As entrevistas com os incorporadores e os dados sobre a evolução das suas atividades no município demonstraram que, a partir da década de 1970, o solo urbano em Araucária transformou-se num negócio. A periferia urbana é a concretização das estratégias de mercado, do poder exercido pela indústria e do papel desempenhado pelo poder público local neste processo. A partir daquela década, além de um incremento significativo no volume da área urbana loteada, os dados demonstraram a alteração no padrão dos novos parcelamentos, observando-se nas áreas periféricas um aumento crescente em número e total de área parcelada com lotes mínimos, especialmente aqueles cujas dimensões eram menores que 240 m<sup>2</sup> ou entre 240 e 360 m<sup>2</sup>. A emergência destes processos imprimiu novos conteúdos e significados ao espaço urbano, expressos pela concretização da periferia, planejada pelos interesses corporativos, e local de moradia da crescente população metropolitana que não tem renda para acessar a terra urbanizada e valorizada do centro urbano tradicional ou do pólo da metrópole.

A identificação de todas estas dinâmicas permitiu-nos reconhecer que a mesma lógica responsável por conformar a cidade expandida viabilizou também a desconcentração e a expansão territorial de Curitiba, contribuindo para a consolidação do aglomerado metropolitano. As reflexões desenvolvidas na pesquisa possibilitaram reconhecer a existência de profundas interações entre os fenômenos de industrialização, urbanização e metropolização. Demonstraram que em realidades como a estudada, a dinâmica de produção do espaço não pode ser explicada ou compreendida sem a observação do todo. A partir da totalidade o processo de identificar espacialidades, novas centralidades e novos centros, depende de onde parte o olhar analítico, ou seja, depende da escala em estudo. Assim, é possível afirmar que a estruturação urbana ocorrida em Araucária a partir da industrialização é ao mesmo tempo resultante e resultado de uma realidade que se manifesta no espaço, através de uma morfologia urbana denominada aglomerado metropolitano.

Ao explicitar a existência da interação presente no processo de produção destes espaços respondeu-se a uma questão que marcou desde o início o desenvolvimento da pesquisa: como captar, interpretar e compreender a totalidade

do processo que se pretende estudar, levando-se em conta que a dinâmica espacial, objeto privilegiado da pesquisa, é muito maior que os limites territoriais do município? A resposta foi se revelando ao longo da análise e comprovou a noção de que as totalidades não são estáticas, são inteiras e ao mesmo tempo dispersas, são dialéticas (LEFEBVRE 1963).

O estudo do processo de produção do espaço urbano demonstrou que, assim como Araucária, cada um dos demais municípios que integram a complexa realidade metropolitana desempenha um papel fundamental e de igual importância na sua constituição. Esta constatação da pesquisa permitiu reconhecer que a consolidação de territórios desiguais no plano intra-urbano manifesta também a desigualdade territorial presente na metrópole.

A desigualdade, a exclusão, a fragmentação e o domínio seletivo das forças hegemônicas sobre o espaço, demonstraram que nas grandes metrópoles brasileiras a cidade é o elemento material que tem posto à mostra a manutenção e o fortalecimento do modo capitalista de produção, pela instauração de processos de acumulação e exploração. Em Araucária, o espaço urbano produzido reflete esta dinâmica, onde as corporações reunidas em torno de seus interesses exclusivos tem tido o poder de comandar o seu processo de produção.

A partir destas constatações afloram algumas questões envolvendo o processo de gestão destes territórios: Quais os limites e os papéis do poder público municipal no processo de produção do espaço das grandes e médias cidades brasileiras, lugares onde se fazem mais presentes os interesses corporativos? Como desenvolver novas práticas de planejamento e gestão dos espaços metropolitanos capazes de considerar a totalidade e as contradições do processo espacial presente?

No estudo do processo de produção do espaço urbano de Araucária observou-se que o poder público municipal moldou as suas práticas às exigências do capital, contribuindo para a constituição do espaço fragmentado. Acredita-se, portanto, que na cidade corporativa o poder público pode assumir duas posturas políticas: ser permissivo aos interesses dos grupos hegemônicos e assim contribuir para o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais; ou agir como um contraponto neste processo, incorporando nas suas práticas a justa divisão dos bônus e dos ônus da urbanização postando-se ao lado dos grupos sociais que têm

sido historicamente deixados à espontaneidade do mercado, que os excluiu do direito à cidade.

Em ambas as opções se apresentarão conflitos e limites. Todavia, a partir da implementação de práticas de planejamento e gestão, menos subordinadas aos interesses dos agentes detentores do capital, que promovam a construção de uma cidade onde os benefícios da urbanização estejam à disposição da maioria, o poder público municipal poderá contribuir para a redução das desigualdades e da fragmentação sócio-espacial, características das cidades brasileiras.

## REFERÊNCIAS

AMIN, A.; KEVIN, R. Regresso das economias regionais? A geografia mítica da acumulação flexível. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.) **As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras (Portugal): Celta, 1994. p. 77-119.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Planta do quadro urbano e rocio da Vila de Araucária**. Araucária, 1890. 1 mapa: preto e branco.; 70 x 100 cm. Escala 1:2000.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Planta das ruas atuais e projetadas na cidade de Araucária**. Araucária, 1948. 1 mapa: preto e branco.; 53 x 88 cm. Escala 1:5000.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Quadro urbano e suburbano da cidade de Araucária**. Araucária, 1951. 1 mapa: preto e branco.; 90 x 78 cm. Escala 1:5000.

ARAUCÁRIA. Lei n. 410, de 27 de novembro de 1969. Incentiva a fixação de parques industriais no município, através da cessão de áreas próprias ou para os fins desapropriados.

ARAUCÁRIA. Lei n. 444, de 28 de agosto de 1973. Disciplina os loteamentos no Município de Araucária e toma outras providências. 1973a.

ARAUCÁRIA. Lei n. 448, de 17 de outubro de 1973. Autoriza o Poder Executivo a conceder estímulos à industrialização de Araucária. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 164, 25 out. 1973b.

ARAUCÁRIA. Lei n. 463, de 02 de setembro de 1974. Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS), visando participação do município em obras de construção civil. Araucária. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 131, 05 set. 1974.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Plano de desenvolvimento urbano de Araucária**. Plano Urbanístico Básico do Centro Industrial, v. 2, 1977a. 59 p.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Plano de desenvolvimento urbano de Araucária**. Plano de Aplicações Setoriais, v. 3, 1977b. 120 p.

ARAUCÁRIA. **Quadro urbano da cidade de Araucária**. Araucária, 1977c. 1 mapa: preto e branco.; 132 x 100 cm. Escala 1:10000



ARAUCÁRIA. Lei n. 507, de 27 de dezembro de 1977. Autoriza isenção de impostos e taxas municipais, para complexos industriais que venham a se fixar no município de Araucária até 31 de janeiro de 1981 e, toma outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 209, 30 dez. 1977d.

ARAUCÁRIA. Lei n. 511, de 30 de dezembro de 1977. Delimitação de áreas urbanas e de expansão urbana e demais providências. 1977e.

ARAUCÁRIA. Lei n. 512, de 02 de janeiro de 1978. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento de Araucária – PR, em consecução de Convênios com a Secretaria de Planejamento do Estado e Coordenação da Região Metropolitana – COMEC, e toma outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 292, 04 maio. 1978a.

ARAUCÁRIA. Lei n. 513, de 05 de janeiro de 1978. Do zoneamento do uso do solo, sistema viário e demais providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 292, 04 maio. 1978b.

ARAUCÁRIA. Lei n. 514, de 02 de janeiro de 1978. Disciplina no território do município a divisão de áreas em loteamentos e, toma outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 292, 04 maio 1978c.

ARAUCÁRIA. Lei n. 515, de 05 de janeiro de 1978. Fixa diretrizes e parâmetros para edificações e disciplina as posturas municipais, tomando outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 292, 04 maio. 1978d.

ARAUCÁRIA. Lei n. 584, de 18 de março de 1981. Institui a forma de uso das áreas territoriais; dispõe sobre o zoneamento municipal; define o sistema viário urbano e, por consequência, toma outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 1012, 25 mar. 1981a.

ARAUCÁRIA. Lei n. 659, de 05 de dezembro de 1985. Aprova substitutivo à Lei n. 584/81, art. 37, e toma outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 2178, 17 dez. 1985.

ARAUCÁRIA. Lei n. 674, de 24 de abril de 1987. Altera o disposto no artigo 25 da Lei Municipal n. 584/81 e a Tabela II (continuação) anexa à referida Lei, incluindo nas disposições da Zona de Serviço – 2 (ZS-2), a permissão relativa à implantação de indústrias não perigosas, nem incômodas ou nocivas à vizinhança. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 2615, 04 maio. 1987.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Agricultura e indústria: a memória do trabalho em Araucária**. 1990. v. 1, 86 p.

ARAUCÁRIA. Lei n. 800, de 17 de dezembro de 1991. Cria o Programa de incentivo empresarial PIE, conforme especifica.

ARAUCÁRIA. Lei n. 844, de 04 de dezembro de 1992. Acrescenta parágrafo único ao artigo 17 da Lei n. 584, de 18 de março de 1981, introduz alterações na Tabela I, modificada pela Lei n. 659, de 05 de dezembro de 1985, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 3909, 14 dez. 1992a.

ARAUCÁRIA. Lei n. 848, de 14 de dezembro de 1992. Altera a Lei n. 584, de 28 de março de 1981, conforme especifica. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 3919, 29 dez. 1992b.

ARAUCÁRIA. Lei n. 948, de 20 de maio de 1994. Estende os benefícios e as vantagens previstos no Programa de incentivo empresarial – PIE dispostos no art. 2º da Lei n. 800 de 17 de dezembro de 1991, conforme especifica. 1994a.

ARAUCÁRIA. Lei n. 976, de 27 de dezembro de 1994. Estabelece parâmetros, critérios e usos de ocupação do solo para as ZONAS: Especial Tradicional; Especiais Industriais e para a ampliação das ZONAS: Comercial 2, Residencial 3 e dá outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 4418, 02 jan. 1994b.

ARAUCÁRIA. Lei n. 1030, de 28 de dezembro de 1995. Institui normas complementares para o parcelamento do solo municipal, conforme especifica. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 4690, 06 fev. 1996a.

ARAUCÁRIA. Lei n. 1047, de 23 de maio de 1996. Institui normas especiais de usos e ocupação do solo urbano; e dá outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 4775, 11 jun. 1996b.

ARAUCÁRIA. Lei n. 1083, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece critérios e usos de ocupação do solo para zonas especiais e dá outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 4915, 03 jan. 1997.

ARAUCÁRIA. Prefeitura Municipal. **Da madeira ao aço: a industrialização de Araucária**. 1999a. v. 4, 80 p.

ARAUCÁRIA. Lei n. 1156, de 20 de setembro de 1999. Autoriza a Companhia de Desenvolvimento do Município de Araucária – CODAR, a doar imóvel à CISA – IMSA AÇOS REVESTIDOS S/A. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 5596, 24 set. 1999b.

ARAUCÁRIA. Lei n. 1159, de 18 de outubro de 1999. Dá nova redação ao artigo 3º, da Lei n. 800/91, que cria o Programa de Incentivo Empresarial. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 5605, 22 out. 1999c.

ARAUCÁRIA. Lei n. 1160, de 18 de outubro de 1999. Dá nova redação ao parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 948/94, que estende os benefícios e as vantagens previstos no Programa de Incentivo Empresarial. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 5605, 22 out. 1999d.

ARAUCÁRIA. **Relação de indústrias instaladas no ano de 2004**. Departamento de Atividades Econômicas, Secretaria Municipal de Finanças. Araucária, 2004a.

ARAUCÁRIA. **Relação de loteamentos aprovados em dezembro de 2004**. Secretaria Municipal de Urbanismo. Araucária, 2004b.

BRASIL. Ministério do Interior. Secretaria Geral. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**: programa de ação do governo na área de desenvolvimento urbano (1975-1979). Brasília, 1975. 97 p.

BRASIL. Lei 6766/ 1979, 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 19457, 20 dez. 1979.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Superintendência da Zona Franca de Manaus. **História**. Disponível em: <[http://www.suframa.gov.br/mzfm\\_historiacfm](http://www.suframa.gov.br/mzfm_historiacfm)> Acesso em 18 jan. 2006.

CARLOS, A. F. A. A “margem” está no centro. In: CASTRO, I. E. de et al (Org.) **Redescobrimo o Brasil**: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 365-379.

COHAB-CT. **Histórico**. Disponível em: <[http://www.cohabct.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=21&Itemid=45](http://www.cohabct.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=45)> Acesso em 17 jan. 2006.

COMEC; DEE. **Dados básicos da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: 1985. v. 1, 274 p.

COMEC. **Plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Curitiba**: documento para discussão. Curitiba, 2001. 181 p.

COMIN, A. **De volta para o futuro: política e reestruturação industrial do complexo automobilístico nos anos 90.** São Paulo: Annablume FAPESP, 1998. p. 21-95.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989. 94 p.

DAVIDOVICH, F. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, L.C. Q. (Org). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 197-229.

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org). **O processo de urbanização no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 346 p.

DELGADO, P.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Curitiba: tipologia e mudanças no período 1980/ 1991. In: **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 1 CD-ROM.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. In: **Nova Economia.** Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1993, p. 35-64.

FERREIRA, J. S. W. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil.** 21 p. No prelo. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/index.html>> Acesso em: 08 set. 2005.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba.** São Paulo, 2001. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 103, p. 79-100, jul./ dez. 2002.

GERARDI, L. H. O; SILVA, B. C. M. N. **Quantificação em geografia.** São Paulo: Difel, 1981. 161 p.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. 310 p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992. p. 135-184.

IPARDES. **Redes urbanas regionais**: sul. Brasília: IPEA, 2000. (Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil, 6).

IPARDES. **Indicadores Intrametropolitanos**: diferenças sócio-espaciais na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2003. 49 p.

LAKATOS, E; MARCONI, M. (Org). **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2000. 289 p.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. (Org). **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 219 p.

LEFEBVRE, H. A noção de totalidade nas ciências sociais. In: **Materialismo dialético e sociologia**. Portugal: Presença, 1963.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. 214 p.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MENDES, C. M. Contribuição à função industrial: a cidade de Araucária. In: **Educação Hoje**, Palmas, n. 2, p. 71-88, dez. 1983.

MENDONÇA, M. N. (Org). **Cidade Industrial de Curitiba**: 25 anos bem empregados. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1998. 122 p.

MOURA, R. Metrôpoles em reestruturação: a lógica da desordem. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrôpoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 269-288.

MOURA, R; SILVA, S. T. Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. **Primeira Versão**, Curitiba, v. 3, 2004. 61 p. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira\\_versao/Dinamica\\_RMC.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf)> Acesso em: 15 nov. 2004.

OLIVEIRA, D. O campo do planejamento urbano em Curitiba. In: **História: questões & debates**. Curitiba, p. 220-238, jun./dez. 1991.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Tropeirismo: um modo de vida. **Cadernos do Patrimônio**. Curitiba, v. 1, 1989. 99 p.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. Lapa: um passeio pela memória. **Cadernos do Patrimônio**. Curitiba, v. 4, 1993. 173 p.

PARANÁ. Governador (2003-2006: Requião). **Relatório de participação individual dos contribuintes na composição do valor adicionado no município de Araucária, Secretaria de Estado da Fazenda, ano base 2002, exercício 2003, benefício 2004**. Curitiba, 2003.

PETROBRAS. Mapa das refinarias. **Caderno da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: n. 3, p. 08-09, ago. 2003.

POSTHUMA, A. C. Mudanças de políticas na indústria automobilística brasileira: vestígios da substituição de importações e os impactos da liberalização. In: ABREU, A. R. P. (Org.) **Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 128-160.

PRADO, L. C. D; EARP, F. S. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-242. (O Brasil republicano, 4).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. 157 p.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: RECORD, 2003. 473 p.

SCHIFFER, S. R. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org). **O processo de urbanização no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 73-110.

SOUZA, M. A. de. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org). **O processo de urbanização no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 111-168.

SILVA, M. N. **A construção do espaço urbano:** implantação de empreendimentos industriais em Araucária. Curitiba, 2002. 64 f. Monografia (Especialização em Gestão Técnica do Meio Urbano) – Instituto Internacional de Gestão Técnica do Meio Urbano, Université de Technologie de Compiègne, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 191-229.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2004. 508 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

TORRES, H. G. Indústrias sujas e intensivas em recursos naturais: importância crescente no cenário industrial brasileiro. In: MARTINE, G. (Org). **População, meio ambiente e desenvolvimento:** verdades e contradições. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993. p. 43-66.

ULTRAMARI, C; MOURA, R. (Org.). **Metrópole grande Curitiba:** teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994. 154 p.

VILA DE ARAUCÁRIA. **Quadro urbano e rocio da Vila de Araucária.** Araucária, 1890. 1 mapa: preto e branco.; 100 x 68 cm. Escala 1:2000

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: S. Nobel, 1998. 373 p.

WACHOWICZ, R. C. **Tomás Coelho uma comunidade camponesa.** Curitiba: Real, 1977.